

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

EXTREMA-DIREITA E POLÍCIA MILITAR: A GRAMÁTICA MORAL
DOS POLICIAIS MILITARES E SUA ADESÃO AO BOLSONARISMO

Autor: Bruno de Leles Camargos

Brasília, 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

EXTREMA-DIREITA E POLÍCIA MILITAR: A GRAMÁTICA MORAL
DOS POLICIAIS MILITARES E SUA ADESÃO AO BOLSONARISMO

Autor: Bruno de Leles Camargos

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, agosto de 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EXTREMA-DIREITA E POLÍCIA MILITAR: A GRAMÁTICA MORAL
DOS POLICIAIS MILITARES E SUA ADESÃO AO BOLSONARISMO

Autor: Bruno de Leles Camargos

Orientadora: Doutora Débora Messenberg (UnB)

Banca: Profa. Doutora Débora Messenberg (UnB)
Profa. Doutora Haydée Glória Cruz Caruso
(UnB)
Prof. Doutor Alan Delazeri Mocellin (UFBA)
Suplente: Prof. Doutor Edson da Silva Farias (UnB)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Em primeiro lugar, agradeço a mim mesmo por ter encontrado força, paciência e resiliência ao longo dos dois anos dedicados a esta pesquisa – um período desafiador e cheio de incertezas, durante o qual tive que conciliar a escrita desta dissertação com o início da minha carreira como professor na educação básica.

Também agradeço imensamente àqueles que tornaram esse processo um pouco menos solitário:

À minha efêmera terapeuta, Simone, pelo acolhimento e por me ajudar a enfrentar as angústias que surgiram no início da construção desta pesquisa, reforçando minha responsabilidade frente a elas.

Aos professores que contribuíram para esta pesquisa por meio de leituras e discussões em sala de aula: Dr. Edson Farias, Dra. Sayonara Leal, Dra. Tânia Mara Tonhati, Dra. Daniela Felix e Dra. Analia Batista.

Aos meus colegas do PPGSOL, por todas as conversas, desabafos e momentos de descontração. Um agradecimento especial ao Adriano Valente e ao Patrik Camporez, pela ajuda valiosa no levantamento de dados empíricos.

Ao Prof. Augusto Rodrigues de Lima (Guto) pela ágil e cuidadosa revisão textual desta dissertação.

Aos membros da banca de qualificação, Dra. Haydée Caruso e Dr. Alan Mocellin, pelas instigantes críticas e sugestões que enriqueceram esta pesquisa. E, também, pelos elogios que motivaram a continuidade da minha trajetória acadêmica.

Em especial, à minha orientadora, Dra. Débora Messenberg, cuja contribuição ao meu percurso intelectual, desde a graduação, foi inestimável. Seu olhar preciso e seu compromisso com o rigor acadêmico foram uma inspiração, e sua contribuição ímpar esteve presente em todas as etapas deste trabalho.

Ao meu namorado, Breno Gomes, pela compreensão e pelo apoio nos momentos mais difíceis da realização deste mestrado.

E, finalmente, aos meus pais, Ataíde e Jaqueline, por todo suporte e zelo com minha trajetória acadêmica.

RESUMO

No contexto de ascensão da extrema-direita no Brasil, observou-se um significativo alinhamento de setores da segurança pública, especialmente da Polícia Militar, ao discurso bolsonarista, levantando questões sobre as raízes dessa adesão e o papel que a formação e a socialização militar desempenham na configuração das práticas e discursos políticos desses agentes. Esta dissertação discute a gramática moral dos policiais militares bolsonaristas a fim de compreender a relação entre a sua formação militar e a adesão ao bolsonarismo. Para isso, partimos das seguintes questões: Quais são os perfis e as trajetórias políticas dos policiais militares bolsonaristas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2022? Como se configura a gramática moral que influencia os sentimentos, as ações e os discursos dos policiais militares bolsonaristas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2022? De que maneira as suas atuações políticas foram moldadas pela sua socialização como policiais militares? Para responder a essas questões, elegemos como campo empírico de investigação as publicações veiculadas no *Facebook* por esses parlamentares durante a campanha eleitoral (16 de agosto a 01 de outubro de 2022) e no período pré-8 de janeiro (30 de outubro de 2022 a 08 de janeiro de 2023). Por meio da combinação de técnicas de Análise do Conteúdo das postagens, observamos que o conservadorismo moral, a exaltação do líder, o punitivismo e o antipetismo são os enquadramentos semânticos centrais nos discursos analisados. A análise da relação entre esse horizonte semântico e o contexto formativo dos policiais militares no Brasil mostra que não há simplesmente uma cooptação dos policiais militares pelo bolsonarismo, mas sua participação ativa na estruturação deste movimento político, para a qual colaboram, sobretudo, as gramáticas de discriminação social que fundamentam as normas informais da prática de policiamento, arbitrarias, autoritárias e excludentes, contrariando as expectativas constitucionais sobre o dever da polícia – a garantia dos direitos da cidadania.

Palavras-chave: Bolsonarismo, extrema-direita, polícia militar, segurança pública, Câmara dos Deputados

ABSTRACT

In the context of the rise of the far right in Brazil, there has been a significant alignment of public security sectors, especially the Military Police, with the Bolsonaro discourse, raising questions about the roots of this adherence and the role that military training and socialization play in shaping the political practices and discourses of these agents. This dissertation discusses the moral grammar of Bolsonaro-supporting military police officers in order to understand the relationship between their military training and their adherence to Bolsonarism. To this end, we start with the following questions: What are the profiles and political trajectories of the Bolsonaro-supporting military police officers elected to the Chamber of Deputies in 2022? How is the moral grammar that influences the feelings, actions, and discourses of the Bolsonaro-supporting military police officers elected to the Chamber of Deputies in 2022 configured? In what way were their political actions shaped by their socialization as military police officers? To answer these questions, we chose as the empirical field of investigation the publications posted on Facebook by these parliamentarians during the electoral campaign (August 16 to October 1, 2022) and in the pre-January 8 period (October 30, 2022 to January 8, 2023). Through the combination of Content Analysis techniques on the posts, we observed that moral conservatism, the exaltation of the leader, punitivism, and anti-PT sentiments are the central semantic frames in the analyzed discourses. The analysis of the relationship between this semantic horizon and the training context of military police officers in Brazil shows that there is not simply a co-optation of military police officers by Bolsonarism, but their active participation in the structuring of this political movement, which is primarily supported by the grammars of social discrimination that underpin the informal norms of policing practice — arbitrary, authoritarian, and exclusionary — which contradict the constitutional expectations regarding the police's duty to guarantee citizens' rights.

Keywords: Bolsonarism, far-right, military police, public security, Chamber of Deputies

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – POLICIAIS MILITARES ELEITOS PARA O PARLAMENTO EM 2022	13
QUADRO 2 – ESCALA HIERÁRQUICA NA POLÍCIA MILITAR	65
QUADRO 3 – DADOS SOBRE OS PARLAMENTARES ANALISADOS	84
QUADRO 4 – HISTÓRICO CORPORATIVO E POLÍTICO DOS PARLAMENTARES	85
QUADRO 5 – ENQUADRAMENTOS SEMÂNTICOS	97

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE PUBLICAÇÕES COLETADAS NO FACEBOOK	19
TABELA 2 – NÚMERO DE SEGUIDORES DOS PARLAMENTARES NAS REDES SOCIAIS (OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2023)	20

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Selfie do Capitão Alden ao lado do “Mapa do Medo”

115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Procedimentos metodológicos	18
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO NEOLIBERAL DA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL E NO MUNDO	23
1.1. Da propaganda fascista à era digital: mecanismos de mediação na ascensão da extrema-direita	31
1.2. As condições para a agitação: subjetividade, política e economia neoliberal	38
1.3. A ascensão do bolsonarismo: massas digitais, ressentimento e insegurança	46
CAPÍTULO 2 – A GRAMÁTICA MORAL E A ADESÃO DOS POLICIAIS MILITARES AO BOLSONARISMO	55
2.1. O contexto formativo da identidade policial: ritos de passagem, guerra cultural e autoritarismo	64
2.2. A cultura policial no Brasil: ordem, tradição e ethos masculino	75
2.3. Da polícia à política: a cidadania de bem e atuação dos policiais políticos	77
CAPÍTULO 3 – OS POLICIAIS MILITARES BOLSONARISTAS E SUAS CAMPANHAS ELEITORAIS	84
3.1. A gramática moral dos policiais militares bolsonaristas	97
3.1.1. Conservadorismo moral	97
3.1.2. Exaltação do líder	101
3.1.3. Punitivismo	107
3.1.4. Antipetismo	114
3.2. A relação entre a formação do policial militar e o bolsonarismo	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

INTRODUÇÃO

Em 2018, o Brasil assistiu à expressividade eleitoral do grupo político de extrema-direita denominado como “bolsonarista”, ligado umbilicalmente ao líder Jair Bolsonaro. As eleições desse ano representaram a consolidação institucional dos movimentos de direita que, conforme nos mostra Messenberg (2017), avançaram no Brasil pelo menos desde 2015. A propaganda bolsonarista, na referida eleição, foi marcada por enquadramentos discursivos que respondem a um descontentamento social generalizado, que se refere às esferas econômica, política, cultural e moral, contra o qual Jair Bolsonaro foi tomado como antídoto, o mito heroico que representava a salvação contra a sujeira e a bagunça que assolavam o país. Com um discurso de agitação do mal-estar da população, especialmente a partir da mobilização do medo e do ressentimento, Jair Bolsonaro e seus aliados foram eleitos e conseguiram penetrar corações e mentes, formando uma militância radical de apoio ao líder.

Contudo, quatro anos mais tarde, em 2022, Jair Bolsonaro (PL) perdeu as eleições para Luís Inácio Lula da Silva (PT). Logo após anunciada a sua derrota, uma série de movimentações de grupos bolsonaristas que não concordaram com os resultados eleitorais começaram a ser organizadas. Interdição de rodovias, acampamentos em frente aos quartéis das Forças Armadas, tentativa de explosão de um caminhão próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília, invasão à sede da Polícia Federal e vandalismo contra patrimônios particulares e públicos em Brasília foram alguns dos eventos que antecederam a invasão das sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023. Nesta data, os discursos violentos contra as instituições, que marcaram as eleições de 2018 e o governo de Jair Bolsonaro, transformaram-se em atos autoritários, na direção de um golpe de Estado, que destituísse o presidente eleito e desse continuidade ao poder institucional do bolsonarismo.

Com efeito, a invasão e a depredação das sedes dos Três Poderes foram somente possíveis em virtude das falhas grotescas do aparato de segurança sob a responsabilidade da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Conforme aponta a denúncia apresentada na Petição nº 11008/DF do Ministério Público Federal (MPF), os integrantes da cúpula da PMDF aderiram à difusão de informações falsas e conspiratórias e de ideais golpistas contra as instituições republicanas às vésperas das eleições gerais de 2022 e, especialmente, após o pleito – momento em que o país assistiu uma escalada de atos violentos e antidemocráticos protagonizados pelos bolsonaristas radicais. Apesar de até o

presente momento haver carência de decisão judicial a respeito da denúncia apresentada pelo MPF sobre a participação da PMDF no ato golpista, o alinhamento ideológico entre as polícias militares e o bolsonarismo é um fenômeno sociológico que vem sendo demonstrado em diversas pesquisas e levantamentos eleitorais (FBSP, 2021, 2022a, 2022b; Feltran, 2021)¹ assim como se mostrou evidente nas campanhas que elegeram muitos PMs para a política institucional.

A discussão sobre a segurança pública ocupou um lugar fundamental no vocabulário bolsonarista durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro e seus aliados em 2018 (Camargos, 2022). Sua presença manifestou-se de diversas formas nas publicações das redes sociais dos líderes políticos bolsonaristas, sejam eles militares ou civis. Vídeos de suplício contra criminosos; a defesa da militarização das instituições como solução última para a ineficiência dos serviços públicos; os ataques ao Estatuto do Desarmamento, aos direitos humanos e ao poder judiciário; a denúncia da violência urbana, da vitimização policial, da impunidade e dos supostos privilégios garantidos pelo Estado aos presidiários; a retórica da oposição entre “nós/cidadãos de bem” e “eles/criminosos”; e as promessas de valorização da carreira policial e de fortalecimento institucional da polícia foram amplamente difundidos durante a campanha eleitoral.

Ao longo do governo Bolsonaro (2019-2022), a aproximação entre os profissionais de segurança pública e o bolsonarismo se intensificou. Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2021), a participação destes atores em páginas bolsonaristas e bolsonaristas radicais² de redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) cresceu 27% e 24%, respectivamente, entre 2020 e 2021. O maior crescimento ocorreu entre os policiais militares, entre os quais a participação subiu 24% em páginas bolsonaristas e 29% em páginas bolsonaristas radicais.

Outro relatório do FBSP (2022a, p. 15), por sua vez, aponta que uma parcela de até 40% dos policiais “pode ser considerada radicalizada ou potencialmente radicalizável, a depender das características da conjuntura política e institucional”. Somado a isso, 47,3% dos policiais pesquisados admitem que “em alguns casos seria justificável que os militares

¹ Ver também: **Bolsonaro cria “pacote de bondades” por base eleitoral de PMs**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-cria-bondades-por-base-eleitoral-de-pms/>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

² De acordo com o FBSP, as páginas bolsonaristas são definidas como aquelas “relacionadas a políticos de direita mas que, não obstante o discurso radical, estão dentro da institucionalidade do jogo político partidário”, enquanto as bolsonaristas radicais referem-se às “declaradas fãs e militantes do presidente Jair Bolsonaro e sua visão de mundo” (FBSP, 2021, p. 3).

apoiassem ou tomassem o poder através de um Golpe de Estado” (FBSP, 2022a, p. 6), e 14,6% concordam ou concordam totalmente com um Golpe de Estado. Entre os policiais militares, esse percentual sobe para 50,9% e 17,5%, respectivamente.

Além disso, entre os setenta e sete deputados federais bolsonaristas eleitos em 2018, vinte e quatro são militares – das Forças Armadas (6) ou da Polícia Militar (9) – ou policiais civis (9); ou seja, quase um terço dessas lideranças são profissionais ligados à segurança pública. E o número de candidaturas destes profissionais nas eleições gerais do Brasil alavancou entre 2018 e 2022. Segundo relatório do FBSP (2022b), em 2018 foram 1.469 candidaturas. Em 2022, esse número subiu para 1.888, sendo os policiais militares o grupo com maior número de candidaturas, totalizando 824 candidatos. Boa parte desses candidatos estavam situados à direita do espectro político. Esse é um aspecto esperado sobre o nicho policial (Berlatto, Codato & Bolognesi, 2016), o que é interessante notar é a tendência de crescimento e adesão aos partidos de direita e ao bolsonarismo. Se, em 2018, 89,9% desses profissionais concorreram a cargos públicos em partidos de direita e centro-direita, em 2022, foram 94,9% (FBSP, 2022b) – sendo o Partido Liberal (PL), no qual Jair Bolsonaro concorreu à reeleição, o partido com o maior número de policiais candidatos, seguido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo Republicanos e pelo União Brasil.

Conforme apresentado no Quadro 1, no último pleito eleitoral, em 2022, 16 policiais militares foram eleitos para o parlamento da Câmara dos Deputados, sendo todos filiados a partidos de direita (Codato *et al.*, 2018)³ e a maioria concentrada no partido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Entre esses, 13 parlamentares podem ser classificados como bolsonaristas-raiz, tendo baseado suas campanhas eleitorais na associação com Jair Bolsonaro. As exceções incluem apenas Da Vitória (PP-ES), Sargento Portugal (PODEMOS-RJ) e Sargento Isidório (AVANTE-BA).

QUADRO 1 – POLICIAIS MILITARES ELEITOS PARA O PARLAMENTO EM 2022

#	Nome Urna	Partido	UF	Graduação	Corporação
1	Alberto Fraga	PL	DF	Tenente-Coronel	PMDF
2	Cabo Gilberto	PL	PB	Cabo	PMPB
3	Capitão Alberto Neto	PL	AM	Capitão	PMAM

³ Segundo a tipologia construída por esses autores, os partidos de direita brasileiros atuais são: PATRIOTA, UB (antigo DEM), PL, REPUBLICANOS, PROGRESSISTAS, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSD, DC, PSL, AVANTE, PTB, PODEMOS, SD.

4	Capitão Alden	PL	BA	Capitão	PMBA
5	Capitão Augusto	PL	SP	Capitão	PMESP
6	Capitão Derrite	PL	SP	Capitão	PMESP
7	Coronel Assis	UB	MT	Coronel	PMMT
8	Coronel Fernanda	PL	MT	Coronel	PMMT
9	Coronel Meira	PL	PE	Coronel	PMPE
10	Coronel Ulysses	UB	AC	Coronel	PMAC
11	Da Vitória	PP	ES	Cabo	PMES
12	Júnio Amaral	PL	MG	Cabo	PMMG
13	Sargento Fahir	PSD	PR	Sargento	PMPR
14	Sargento Portugal	PODEMOS	RJ	Sargento	PMERJ
15	Sargento Gonçalves	PL	RN	Sargento	PMRN
16	Sargento Isidório	AVANTE	BA	Sargento	PMBA

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

A forte presença militar na administração pública durante o governo Bolsonaro (2019-2022) poderia nos levar a explicar a ampla adesão dos policiais militares ao bolsonarismo a partir das lentes do corporativismo. Segundo levantamento feito por Nozaki (2021), houve um aumento de 55% na ocupação de militares – não apenas das Forças Armadas, mas também das polícias militares – nos postos do governo federal, seja em cargos de alto escalão ou em cargos comissionados e conselhos de administração de empresas estatais. De acordo com informações publicadas pelo jornal Estadão⁴, houve um movimento significativo de realocação de policiais em áreas estratégicas do governo, incluindo setores de comunicação política, ideológica e até mesmo em esferas relacionadas à Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Covid. A reportagem aponta que, somente no ano de 2020, pelo menos 76 policiais militares do Distrito Federal foram cedidos a diversos ministérios, ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e à Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Além disso, conforme argumenta Feltran (2021), o governo Bolsonaro atuou no sentido de tentar enfraquecer os mecanismos de controle civil e estatal das PMs, em favor da reivindicação central do bolsonarismo para a segurança pública: a autonomia policial. Para isso, foram apresentadas propostas legislativas com o objetivo de isentar os militares

⁴Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-cria-bondades-por-base-eleitoral-de-pm/>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

de eventuais punições por meio do “excludente de ilicitude”⁵, além de tirar dos governadores o poder sobre o comando das polícias, criar novas patentes, possibilitar aos policiais e aos bombeiros militares não reeleitos voltarem à ativa e garantir a nomeação e a promoção para investigados pela justiça⁶. Somado a isso, em todos os anos de seu governo, Jair Bolsonaro (PL) concedeu aos policiais e aos militares que cometeram crimes o indulto natalino, que representa um perdão da pena⁷.

Entretanto, apesar das concessões que o governo Bolsonaro fez aos interesses corporativos dos policiais militares, não parece suficiente atribuir à lógica dos interesses racionais, utilitários ou corporativos o forte vínculo dos PMs com o bolsonarismo. Uma hipótese mais sólida, conforme mostra Feltran (2021), é considerar que os PMs são agentes fundamentais em um projeto normativo de sociedade liderado por Jair Bolsonaro.

Segundo Goulart (2024), Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército, ergueu sua carreira política com o suporte de membros das Forças Armadas, particularmente de praças e seus familiares. Sua primeira campanha, para vereador do Rio de Janeiro, em 1988, foi alavancada pela distribuição de panfletos nos quartéis em defesa do aumento salarial dessa categoria. Dois anos depois, em 1990, ele foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde permaneceu por 27 anos. Ao longo de sua trajetória legislativa, ele desempenhou o papel de defensor dos interesses militares, apresentando uma série de projetos voltados para a defesa e a segurança pública. O auge do seu desempenho eleitoral ocorreu em 2014, quando foi o deputado federal mais bem votado no Rio de Janeiro, mesmo ano em que houve o primeiro crescimento expressivo de ex-policiais e ex-militares eleitos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (Instituto Sou da Paz, 2021).

Não por acaso, de acordo com um relatório divulgado pelo Instituto Sou da Paz (2021), Bolsonaro destacou-se como um dos primeiros a promover a ideia de que a representação parlamentar oriunda das forças policiais ou do Exército poderia ser uma resposta eficaz para os desafios da segurança pública, por meio de políticas e *slogans* que enfatizassem a tolerância zero à criminalidade e o recrudescimento penal. Além disso,

⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/21/bolsonaro-anuncia-envio-ao-congresso-de-projeto-que-preve-isencao-de-punicao-para-militares-e-policiais-em-operacoes-de-glo.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

⁶ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4977468-bolsonaro-prepara-pacote-de-bondades-para-pms-e-bombeiros.html>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/23/indulto-de-natal-bolsonaro-assina-perdao-de-pena-para-policiais-e-militares-presos-por-crime-culposo.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ainda enquanto deputado federal, Bolsonaro foi uma presença frequente e estimada no meio das polícias militares, participando de formaturas e eventos realizados nas instalações das corporações e consolidando uma base eleitoral dentro dos quartéis com discursos e promessas de segurança jurídica para as ações dos policiais militares contra criminosos⁸.

A ligação entre esse grupo e o bolsonarismo, portanto, está enraizado em uma gramática moral que é mutuamente compartilhada. Nesse sentido, reconhecemos que os profissionais da segurança pública, especialmente os policiais militares, constituem um *locus* fundamental para a investigação do movimento político que denominamos por “bolsonarismo-raiz”.

Entendendo que as concessões do governo Bolsonaro aos interesses corporativos desses profissionais não explicam inteiramente esse forte vínculo, esta pesquisa se interessa pela gramática moral que funda o vínculo identitário entre os policiais militares e o bolsonarismo. Partimos do pressuposto de que esses atores sociais não foram simplesmente coagidos, enganados ou seduzidos (em uma perspectiva utilitarista) pelos discursos⁹ propagandeados pelas lideranças políticas bolsonaristas, mas que há, na verdade, predisposições a esses discursos, tendo em vista a gramática moral que orienta os sentimentos, as opiniões e as ações desses sujeitos. Por isso, no contexto de ampla adesão dos policiais militares ao bolsonarismo, no qual houve uma possível colaboração para a tentativa de Golpe de Estado, é importante discutirmos a formação e o vocabulário social nos quais estão inseridos os policiais militares e buscarmos compreender como se dá a adesão de ampla parcela desse grupo ao bolsonarismo.

O estudo dos policiais militares eleitos para a Câmara dos Deputados torna-se relevante devido ao papel que desempenham como formadores de opinião e influenciadores digitais, com grande alcance público. No ambiente digital, eles promovem discursos que se tornaram uma forma bem-sucedida de “empreendedorismo moral”, nos termos de Miskolci (2021). Nesse sentido, as suas propagandas políticas podem informar, de maneira articulada, a gramática moral que os policiais militares trazem de suas

⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/20/politica/1508513779_228341.html>. Acesso em: 02 abril. 2024.

⁹ Compreendemos o discurso como “um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem” (Maingueneau, 1993 *apud* Messenberg, 2017, p. 625), ou seja, enquanto parte essencial da construção da vida social, elaborado por atores sociais orientados pelo contexto interpretativo em que estão inseridos e pelas suas visões de mundo.

corporações para o cenário político, as quais se alinham às angústias e aos ressentimentos de uma parcela da população que se vê representada politicamente em seus discursos.

Investigamos a propaganda desses parlamentares, veiculada em seus perfis na rede social *Facebook*, pois os discursos políticos difundidos na campanha eleitoral podem explicitar – de maneira articulada em técnicas de persuasão em massa que favorecem a consolidação do vínculo emocional entre agitadores autoritários e seu público (Adorno, 2020) – a gramática moral que molda sua identidade como policiais militares e que orienta as ações desse grupo político em um contexto de amplas transformações sociais, culturais e políticas. Apesar disso, reconhecemos que os discursos veiculados por esses parlamentares não podem ser apreendidos como um reflexo das identidades dos policiais militares brasileiros. Eles representam uma amostra dos discursos que circulam entre esses atores, especialmente entre os PMs bolsonaristas. Esses discursos se apresentam de maneira organizada, representando uma determinada visão de mundo e influenciando o debate público.

Além disso, analisamos também as publicações feitas por esses parlamentares durante o período pós eleitoral até o dia 8 de janeiro, por compreendermos que os seus discursos veiculados durante o acirramento de tentativas golpistas, após a derrota de Jair Bolsonaro (PL), revelam como essa gramática moral se manifesta em contextos de crise e de ameaças diretas à democracia, mobilizando justificativas para apoiar e/ou defender os protagonistas de ações antidemocráticas. Ademais, a consideração desse período pode contribuir para entendermos as bases normativas que fundamentam a percepção de grande parte dos policiais militares, que relativizam ou acham legítimas a tentativa de golpe de Estado (FBSP, 2023).

O objetivo desta pesquisa, portanto, é discutir a gramática moral que influencia os sentimentos, as ações e os discursos dos policiais militares bolsonaristas, a fim de compreender a relação entre a sua formação militar e a sua adesão ao bolsonarismo. Para isso, a pesquisa tem como foco a identificação dos campos semânticos e das ideias-força que sustentaram os discursos políticos dos policiais militares bolsonaristas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2022, veiculados na rede social *Facebook*, durante a campanha eleitoral (16 de agosto a 01 de outubro de 2022) e durante o período pré-8 de janeiro (30 de outubro de 2022 a 08 de janeiro de 2023).

Diante disso, a dissertação se orienta pelas seguintes questões: Quais são os perfis e as trajetórias políticas dos policiais militares bolsonaristas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2022? Como se configura a gramática moral que influencia os sentimentos, ações e discursos dos policiais militares bolsonaristas eleitos para a Câmara do Deputados em 2022? De que maneira as suas atuações políticas foram moldadas pela sua socialização como policiais militares?

Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa foi feita a análise dos conteúdos veiculados na rede social *Facebook* pelos policiais militares bolsonaristas que foram eleitos para a Câmara dos Deputados em dois momentos distintos: durante o período de campanha eleitoral (16 de agosto a 01 de outubro de 2022) e no intervalo entre a vitória eleitoral do presidente Lula (30 de outubro de 2022) e o ato golpista ocorrido em 8 de janeiro de 2023. Definimos como deputados policiais bolsonaristas aqueles parlamentares oriundos das corporações de polícia militar que fizeram suas campanhas eleitorais atreladas ao Jair Bolsonaro, na rede social *Facebook*, durante o primeiro turno – entre 16 de agosto e 01 de outubro de 2022.

Para uma caracterização detalhada sobre o perfil sociodemográfico e o potencial de influência nas redes sociais desses atores, foi construído um banco de dados contendo os seus elementos biográficos, utilizando as informações publicadas pelos próprios parlamentares em seus meios de comunicação digitais (sites oficiais e redes sociais), por *sites* e *blogs* jornalísticos, assim como disponíveis nos portais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Câmara dos Deputados. Além disso, foram registrados os números de seguidores e de visualizações nos seus perfis nas redes sociais *Twitter*, *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*, entre outubro e dezembro de 2023. Com isso, foi possível apresentar sumariamente os dados biográficos, a trajetória profissional e a trajetória política desses parlamentares para compreendermos seus percursos de entrada na arena política.

A amostra é composta por 13 parlamentares, os quais totalizaram 2.991 publicações no *Facebook* nos períodos em questão, sendo 1.923 durante a campanha eleitoral e 1.068 no período anterior ao 8 de janeiro. No entanto, 444 publicações foram descartadas por diversos motivos. Parte desse descarte ocorreu devido à indisponibilidade do conteúdo no *Facebook*, seja por restrições de privacidade impostas pelo dono do perfil ou pela exclusão das publicações. Adicionalmente, foram removidas publicações consideradas irrelevantes para o escopo da pesquisa, como mudanças de foto de perfil, chamadas e agradecimentos

de eventos de campanha eleitoral, bem como solicitações de compartilhamento da campanha eleitoral. Ao final deste processo, restaram 2.547 publicações, conforme apresentado na tabela 1.

TABELA 1 – NÚMERO DE PUBLICAÇÕES COLETADAS NO FACEBOOK

#	Nome Urna	Total	Contagem – Campanha	Descartes – Campanha	Contagem – Pré-8 de Janeiro	Descartes – Pré-8 de Janeiro
1	Capitão Alberto Neto	630	500	62	200	8
2	Alberto Fraga	20	16	3	7	0
3	Cabo Gilberto	218	120	12	114	4
4	Capitão Alden	569	339	79	323	14
5	Capitão Augusto	273	374	139	39	1
6	Capitão Derrite	144	87	6	66	3
7	Coronel Assis	49	34	4	19	0
8	Coronel Fernanda	170	177	45	43	5
9	Coronel Meira	95	25	2	74	2
10	Coronel Ulysses	49	44	20	28	3
11	Júnio Amaral	222	124	9	109	2
12	Sargento Fahur	44	37	4	20	9
13	Sargento Gonçalves	64	46	7	26	1
TOTAL		2.547	1.923	392	1.068	52

Fonte: elaborada pelo autor

A coleta dos discursos propagandeados foi feita por meio do *software Facepager*¹⁰, extraíndo o conteúdo publicado pelos parlamentares, no período acima descrito, em seus perfis públicos da rede social *Facebook*. A escolha desta rede social específica se deve à sua importância no ecossistema informacional da comunicação digital em razão de sua alta popularidade entre os brasileiros, desempenhando um papel importante na divulgação de materiais produzidos exclusivamente para essa rede, e também na replicação do conteúdo de outras plataformas (Bachini *et al.*, 2022), por exemplo, da televisão e de outras redes sociais, como o *Instagram*, *X* (antigo *Twitter*) e *TikTok*. As variadas possibilidades de publicação de enunciados nessa rede social, que permite a publicação de conteúdo textual, visual, audiovisual e *hiperlinks*, colaboram para sua centralidade na disseminação de

¹⁰ Para maiores informações sobre o *software* utilizado na pesquisa, consultar <<https://github.com/strohne/Facepager>>.

propagandas políticas. Além disso, é nela que os atores analisados concentram o maior número de seguidores, quando comparada com o *Instagram* e o *X*.

TABELA 2 – NÚMERO DE SEGUIDORES DOS PARLAMENTARES NAS REDES SOCIAIS (OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2023)

Nome Urna	Facebook	X	Instagram
Alberto Fraga	62.000	36.400	44.600
Cabo Gilberto	162.000	62.100	403.000
Capitão Alberto Neto	1.600.000	7.000	244.000
Capitão Alden	97.000	13.500	269.000
Capitão Augusto	541.000	10.700	112.000
Capitão Derrite	2.800.000	319.900	762.000
Coronel Assis	3.600	1.500	139.000
Coronel Fernanda	65.000	12.900	26.300
Coronel Meira	40.000	811	107.000
Coronel Ulysses	498.000	499	47.100
Junio Amaral	407.000	181.300	215.000
Sargento Fahur	4.400.000	776.700	2.300.000
Sargento Gonçalves	4.300	1.000	67.500
TOTAL	10.679.900	1.424.310	4.736.500

Fonte: elaborada pelo autor

O tratamento dos dados extraídos foi realizado, inicialmente, por meio da transcrição. Em seguida, os dados transcritos foram submetidos a um processo de normalização, conforme as diretrizes apresentadas por Salviati (2017), para que fosse possível realizar uma classificação temática dos discursos com auxílio do *software Iramuteq*. Sinais proibidos, como aspas, apóstrofes, cifrão, porcentagem, asterisco, reticências e travessão, foram removidos. Verbos que utilizam pronomes foram padronizados na forma de próclise. Os números foram mantidos na forma algarísmica, e todas as palavras foram convertidas para letras minúsculas, com exceção de nomes próprios. Palavras compostas foram unidas por *underline* (), e siglas e nomes próprios foram padronizados conforme o glossário em anexo. Frases não condizentes com o tema das publicações foram eliminadas.

Visando identificar padrões e tendências temáticas nos discursos dos parlamentares, utilizou-se o *Método de Reinert* para realizar uma classificação hierárquica descendente

dos segmentos de texto. Esse método busca obter classes de segmentos de texto que apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente das outras classes. Segundo Salviati (2017), essa análise é “baseada na proximidade léxica e na ideia que palavras usadas em contexto similar estão associadas ao mesmo mundo léxico e são parte de mundos mentais específicos ou sistemas de representação”. Com ela, é possível automatizar a identificação de classes de vocabulário e inferir as ideias que o *corpus* transmite. Para a análise, foram mantidas como classes gramaticais ativas apenas os adjetivos, formas não reconhecidas, nomes comuns e verbos. Foi utilizada a classificação na modalidade sobre o segmento de texto, padrão do *Iramuteq*, e mantidos os parâmetros de configuração padrão.

As análises retiveram um número significativo de segmentos de texto. No *corpus* das publicações de campanha eleitoral e no período pré-8 de janeiro, os percentuais foram de 97,88% e 90,40%, respectivamente. No entanto, ao verificar os segmentos de textos classificados pelo *Iramuteq*, optei por ajustar a categorização com base nos sentidos e significados expressos pelos parlamentares em seus discursos, devido a algumas deficiências identificadas na técnica utilizada pelo *Iramuteq*. Por exemplo, o Capitão Alden apresentou diversas publicações em que defendeu os Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs) e, simultaneamente, criticou o governador petista Rui Costa pela aquisição de respiradores. Tais críticas foram expressas em enunciados que empregam a terceira pessoa, como “Capitão Alden é o deputado dos CACs” e “Capitão Alden foi o primeiro parlamentar a denunciar o esquema de corrupção na compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste”. Assim, a análise estatística concluiu que a oposição do Capitão Alden ao Consórcio Nordeste está relacionada aos discursos punitivistas relacionados à segurança pública, o que não é verdade.

Dessa forma, os resultados obtidos com o *software Iramuteq* foram mantidos apenas com o objetivo de descrever e sistematizar os temas e as ideias recorrentes no conteúdo dos discursos dos parlamentares. Mas, para captar com maior precisão os sentidos dos enunciados, foi utilizada outra técnica. Reconhecendo o caráter multidimensional das emissões discursivas da extrema-direita, que engloba diferentes constelações de sentido, alinhamento e posicionamento com contornos diluídos, fronteiras indefinidas e limites incertos (Pierucci, 1987; Messenberg, 2017), os enunciados foram categorizados por unidades semânticas. Foi construído um quadro composto por campos

semânticos que, por sua vez, são constituídos por ideias-forças que se apresentam de forma regular e repetitiva nos discursos dos agentes sociais (Messenberg, 2017). Para isso, foi adotado o procedimento de “categorização temática por milha” (Bardin, 1979), a partir do qual os campos semânticos não estão dados de antemão, mas são constituídos por meio de classificação analógica e progressiva dos enunciados analisados.

Com a combinação dessas duas técnicas de Análise de Conteúdo, foi possível analisar o conteúdo e os sentidos dos enunciados por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo, identificando não apenas tendências temáticas, mas também padrões de significado nos discursos veiculados pelos atores da nossa amostra. Os resultados da pesquisa foram interpretados e discutidos para avaliar a gramática moral presente nos discursos propagandeados, por meio de deduções baseadas no diálogo entre a literatura revisada e a origem das mensagens analisadas, considerando quem são os seus emissores e o seu contexto de circulação (Bardin, 1979). Assim, foi possível discutir as configurações morais que informam os elementos balizadores das ações dos atores analisados.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO NEOLIBERAL DA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL E NO MUNDO

A extrema-direita representa um conjunto de movimentos políticos que radicaliza os princípios e valores associados à direita política, como a naturalização da desigualdade social, o nacionalismo, a exaltação da tradição e da ordem estabelecida, o individualismo exacerbado, a defesa da propriedade privada e a valorização do militarismo (Bobbio, 1995 *apud* Messenberg, 2017). Sua manifestação está intimamente ligada às experiências europeias de Estados nazifascistas no começo do século XX, de modo que fascismo, extrema-direita ou direita radical têm sido termos utilizados como sinônimos na literatura sobre essa temática (Dibai, 2020). No entanto, a extrema-direita não se reduz ao nazifascismo europeu. A consideração do bolsonarismo como um movimento de extrema-direita nesta pesquisa parte do entendimento de que o fascismo (ou a extrema-direita) não é um fenômeno institucional datado nas experiências totalitárias à direita no início do século XX, mas, sobretudo, um modo de subjetivação orientado pela política de perseguição e eliminação da alteridade, pela fronteirização entre “nós” e “eles” (Mudde, 2022; Stanley, 2018).

Segundo Mudde (2022), a extrema-direita não é um grupo homogêneo. Há diferenças entre as pautas e as trajetórias dos diversos movimentos radicais de direita vistos ao longo de sua extensa história global. Há, por exemplo, movimentos que se declaram como tributários dos antigos partidos nazifascistas e outros – em especial os mais recentes, que o autor denomina como “nova extrema-direita” – que se apoiam na agitação de problemáticas relacionadas à corrupção, à imigração, às políticas climáticas, à segurança pública. Mas, apesar das singularidades, os partidos e as lideranças de extrema-direita compartilham elementos em comum.

Os estudos mais antigos de Mudde (1996; 2002 *apud* Dibai, 2020) sobre o radicalismo de direita apontam que a literatura elenca dezenas de características desse fenômeno, entre as quais se destacam o nacionalismo, o racismo, a xenofobia, o Estado forte e a antidemocracia. Segundo Dibai (2020), o nacionalismo é uma ideologia que deriva da unificação dos indivíduos pertencentes à mesma nação em um território. Ao lado dele, estão o pensamento xenófobo, que discrimina os povos estrangeiros como impuros, degenerados e indesejados, e o racismo, vivenciado tanto como hierarquização de raças

(como no caso do nazifascismo) quanto como inferiorização e desprezo por culturas, religiões, tradições e povos diferentes. A defesa do Estado forte, por sua vez, se fundamenta no autoritarismo, na repressão e no controle social, com apelo à ordem e à disciplina. Está relacionada à defesa da pena de morte, do recrudescimento penal, à associação de minorias ao crime, ira aos direitos humanos e superempoderamento das forças policiais. Por fim, a antidemocracia não aparece necessariamente como rejeição ao sufrágio universal e à democracia processual, mas também como violações aos princípios da diversidade, da tolerância e do diálogo.

A caracterização de Umberto Eco (2018) do que ele define como “ur-fascismo” ou “fascismo eterno” amplia o quadro de elementos estruturantes dos movimentos de extrema-direita: valorização da tradição, rejeição a mudanças, priorização da ação sobre a reflexão, intolerância à discordância e à diversidade, apelo a frustrações e ressentimentos, nacionalismo xenófobo, rejeição ao pacifismo e culto à guerra, elitismo e desprezo pela fraqueza, heroísmo como ideal, transferência da vontade de poder para questões sexuais, populismo autoritário e linguagem simplista. Frente à dinâmica e à diversidade dos radicalismos de direita, é preciso ponderar que os fenômenos não necessariamente gabaritam essas características. No entanto, a combinação de boa parte desses elementos está presente nos fenômenos políticos de extrema-direita.

Mais recentemente, Mudde (2022) apontou que o elemento mais distintivo da extrema-direita é a estratégia comunicativa adotada para a aproximação com o eleitorado, denominada como “populismo de direita” ou “populismo reacionário”, que se caracteriza pela mobilização das ideologias mencionadas para a construção do que é o verdadeiro povo (nós) e seus inimigos (eles). Essa não é uma proposição nova. A importância nevrálgica dos meios de comunicação para o fascismo foi apontada nos estudos pioneiros sobre essa questão empenhados pela Escola de Frankfurt, que consideravam a propaganda como a essência do radicalismo de direita enquanto técnica de psicologia das massas (Adorno, 2015, 2019, 2020). Stanley (2018) também chama a atenção para a política fascista enquanto um conjunto de estratégias para chegar ao poder baseadas na separação da população em “nós” e “eles” e na perseguição e criminalização da diferença, da alteridade.

Stanley (2018) discute diversas estratégias utilizadas por grupos fascistas, começando pela construção de um passado mítico. Esses grupos transformam a história em

propaganda ao insistir em uma narrativa de um passado puro e glorioso, supostamente perdido devido aos valores universalistas do liberalismo, como o cosmopolitismo e a igualdade. Esse passado idealizado se alinha à exaltação da família patriarcal, uma instituição que, assim como a política fascista, valoriza o autoritarismo, a hierarquia e a pureza moral, racial e cultural. Os movimentos fascistas promovem a ideia de retorno a esse passado idealizado e glorioso, mesmo que nunca tenha existido historicamente. Paralelamente, Stanley também discute como o fascismo demoniza os grandes centros urbanos, associando-os à corrupção moral e cultural, em contraste com o campo, que é mitificado como a fonte dos verdadeiros valores nacionais. O campo é idealizado como autossuficiente e economicamente sustentador das cidades, reforçando o mito de que as comunidades rurais, isentas da influência corruptora das cidades, são a base da nação e detentoras de uma pureza que o fascismo procura resgatar.

Outra estratégia discutida por Stanley (2018) é o uso da propaganda para ocultar os objetivos problemáticos dos grupos de extrema-direita por meio da retórica de ideais virtuosos ou amplamente aceitos, como segurança e liberdade. Historicamente, na propaganda fascista, políticas racistas são apresentadas como “guerra ao crime”; campanhas antidemocráticas, que atacam políticas de redistribuição de renda, reconhecimento às minorias e o poder judiciário independente, são disfarçadas como lutas anticorrupção ou pela imparcialidade; e a defesa da escravidão é apresentada como proteção da liberdade.

O anti-intelectualismo é outro elemento central. A política fascista ataca a esfera política e desvaloriza a educação, a especialização acadêmica e a sofisticação da linguagem (Stanley, 2018). As universidades, por concentrarem boa parte do engajamento contra o autoritarismo e em favor da justiça social, são os alvos prediletos. Essas instituições são frequentemente acusadas de censurarem as vozes da direita, do nacionalismo, do conservadorismo e/ou do tradicionalismo, o que é seguido por uma defesa demagógica da liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, os movimentos da extrema-direita perseguem o direito de estabilidade dos docentes das universidades públicas, acusam estes de operarem uma doutrinação marxista ou feminista, se mobilizam para inserirem defensores de negacionistas da ciência nesses espaços, além de constrangerem os estudos de gênero, de raça ou sobre o Oriente Médio. Para Eco (2018), a suspeita em relação ao mundo

intelectual sempre foi um sintoma do fascismo eterno, pois pensar é visto como uma forma de castração e a ação pela ação é cultuada.

A partir desses elementos, surge a “irrealidade”, conforme descrito por Stanley (2018). O debate fundamentado na realidade é prejudicado em favor da retórica que mobiliza medo e raiva. A realidade factual é substituída pelas declarações dos líderes ou partidos fascistas, fundamentadas na repetição de mentiras óbvias e teorias conspiratórias que visam difamar ou deslegitimar alvos como a grande imprensa, instituições democráticas e universidades, por meio da distorção da percepção dos eleitores sobre a realidade.

As contribuições de Adorno (2019) para essa discussão mostram que a postura anti-intelectual da extrema-direita se apoia na sensação de alienação da esfera política que o sistema capitalista impõe aos sujeitos. Para o autor, o capitalismo, proposital ou automaticamente, faz com que o indivíduo não encontre contribuição do conhecimento político para os seus objetivos reais e, tampouco, para o seu entretenimento. Ao mesmo passo em que essas pessoas compreendem a política como algo alienado das suas vidas privadas, sem função útil, já que elas não participam diretamente dessa esfera, elas também assistem a uma expectativa social de que elas tenham opiniões sobre os assuntos políticos.

Nesse contexto, as estratégias comunicativas da extrema-direita funcionam para satisfazer a necessidade dos sujeitos potencialmente autoritários de “lidar com problemas que ele realmente não entende e desenvolver certas técnicas de orientação, por mais toscas e falaciosas que sejam” (Adorno, 2019, p. 355). Elas favorecem, em sua audiência, manobras intelectuais como a estereotipia e a personalização. A estereotipia é um dispositivo de simplificação da realidade que opera com a construção de dicotomias rígidas, de polarizações, por meio das quais os indivíduos desinformados e confusos com a política e a economia regressam para acessar “substitutos para o conhecimento” (Adorno, 2019, p. 356) que lhes possibilitam assumir um posicionamento político esperado deles enquanto cidadãos. Por outro lado, a personalização das atitudes e dos hábitos políticos é um dispositivo de aproximação e de familiarização com a realidade política por meio da equalização entre as questões envolvidas nos processos sociais e as propriedades de alguma pessoa pública que representa essas questões. Ambas funcionam para o afastamento da realidade, mas funcionam de maneira inversa: enquanto a estereotipia opera

com uma abstração grosseira da realidade, a personalização evita qualquer abstração do mundo real.

Nesse sentido, a extrema-direita abusa da retórica eloquente e persuasiva em suas estratégias comunicativas. Os princípios da verdade e os fatos objetivos são sacrificados em favor das opiniões e da mobilização de emoções. As teorias conspiratórias contra grupos antagonistas se juntam, no discurso dos líderes fascistas, aos negacionismos e às pós-verdades para construir um conjunto de desinformações que dizem o que o interlocutor quer ouvir e que correspondem aos preconceitos enraizados em seu repertório axiomático ou sistema de crenças (Arendt, 1967; Luiz, 2023).

Ainda que, como afirma Arendt (1967), as mentiras sejam facilmente consideradas como instrumentos inofensivos da ação política porque, muitas vezes, substituem o uso da violência, a propagação delas pelas lideranças de extrema-direita tem como consequência o descrédito das instituições democráticas e, mais grave que isso, a perda de uma realidade compartilhada e do respeito mútuo entre os cidadãos, que são fundamentais para as decisões democráticas (Stanley, 2018). Por meio das mentiras, o líder fascista consegue monopolizar a confiança da sua massa e mobilizar o ressentimento contra os procedimentos formais da democracia e, também, contra os representantes da esfera política (Stanley, 2018; Adorno, 2019). Assim, um agitador desbocado, grosseiro, desprovido de decoro, abertamente defensor (ou negacionista) das hierarquias sociais, é reconhecido como sincero, íntegro e honesto.

Nessa perspectiva, o fascismo se alimenta das contradições da democracia liberal para perverter a própria democracia. A tensão entre a promessa de igualdade pela democracia liberal e a desigualdade socioeconômica inerente ao capitalismo promovem a desilusão e o pessimismo em relação aos ideais de justiça social e de ampliação de acesso a direitos, que passam a ser vistos como utópicos (Adorno, 2019). Disso surgem mitos para justificar as desigualdades. Para Stanley (2018), enquanto a teoria democrática liberal advoga pela expansão da igualdade de reconhecimento dos cidadãos, ao mesmo tempo em que persistem injustiças, o pronunciamento dos líderes fascistas, por outro lado, defende e naturaliza a existência da hierarquia de poder entre as pessoas. A propaganda fascista aproveita a angústia daqueles que se beneficiaram das injustiças sociais e a manipula para transformá-la em uma narrativa de vitimização dos que sofrem com a perda de privilégio e justificar outras formas de opressão a partir de um nacionalismo opressivo. O emprego do

sentimento coletivo de vitimização pelo líder fascista é fundamental para o nacionalismo, pois ele é responsável por unificar a identidade grupal e garantir a coesão entre os membros. É daqui que surge o “nós”, baseado na raça, na religião, na tradição, que está unido contra um inimigo, o “eles”, pois, como afirma Eco (2018), para os nacionalistas, que se veem privados de uma identidade social, os únicos que podem fornecer a eles uma identidade são os inimigos.

A construção de inimigos que possam ser perseguidos e eliminados é o elemento central da política fascista. Segundo Eco (2018), o “eles” é forte demais para vitimizar a comunidade moral, nacional e racional sitiada pelo fascismo e, ao mesmo tempo, fraco demais para ser humilhado e derrotado. Segundo Lowenthal & Guterman (1949), o retrato dos inimigos é moldado para ser o ápice do que é odiável e deve ser evitado. Paradoxalmente, esses inimigos são também apresentados como essencialmente fracos, de modo que, para vencê-los, é necessário apenas desmascará-los publicamente. E para isso é necessário lutar contra o pacifismo e desprezar os vulneráveis (Eco, 2018).

Nessa direção, Stanley (2018) explica que, na política fascista, a lei e a ordem são instrumentalizadas para perseguir os grupos inimigos, como se a existência de determinadas pessoas representasse em si mesma a violação da lei e da ordem – criminosos naturais. Aqueles que pertencem à nação superior podem até cometer desvios, mas continuam sendo vistos como sensíveis às regras legais, enquanto os que não pertencem, ainda que não infrinjam a lei, são tomados como potencialmente criminosos.

Os inimigos também são transformados em fonte de ansiedades sexuais. O machismo e a condenação dos supostos “desvios sexuais” que desafiam a manutenção da masculinidade patriarcal e da “família tradicional”, como a homossexualidade, podem ser interpretados tanto como uma transferência da vontade de poder para as questões sexuais (Eco, 2018) quanto como um produto da ansiedade econômica da masculinidade patriarcal, causada pelos avanços da igualdade de gênero. No segundo caso, explica Stanley (2018), o ataque às mulheres e aos LGBTs é uma forma de atacar silenciosamente a liberdade e a igualdade: não podendo se posicionar contra a liberdade na democracia liberal, os movimentos fascistas acusam a liberdade de identidade ou preferência sexual de representarem um risco para as mulheres e as crianças, quando na verdade querem um retorno à hierarquia patriarcal.

Para legitimar as injustiças que inflige aos inimigos e a sua posição de inferioridade na hierarquia fascista, a extrema-direita se baseia na ideia de meritocracia para adjetivá-los como preguiçosos (Stanley, 2018). Segundo Adorno (2019), o apego ao convencionalismo está relacionado tanto à identificação com os estratos dominantes da sociedade quanto a uma “filosofia antiutópica” que não assume piedade, misericórdia ou compaixão para os pobres ou qualquer outro grupo vulnerável, de modo que os injustiçados são culpados pela sua própria injustiça.

Nesse sentido, os valores do individualismo econômico da filosofia política liberal são defendidos pela extrema-direita para legitimar a injustiça como punição. Stanley (2018) afirma que uma das armas contra os grupos “inferiores” é o ideal do trabalho duro. Sob essa justificativa, que aparece por meio de outras narrativas que afirmam o compromisso com o individualismo e com a autossuficiência, a “eles” é negligenciado apoio do Estado mesmo em situações de calamidade. O movimento fascista utiliza a política social de combate aos programas de bem-estar social e de reforço das medidas punitivas para transformar em realidade os mitos sobre os inimigos. Para isso, também é utilizada pela política fascista, segundo o autor, a perseguição aos sindicatos. Uma vez que essa instituição congrega pessoas de diferentes raças, etnias ou religiões a partir da categoria do trabalho, ela instala o sentimento de identidade entre trabalhadores de diferentes nações, impedindo que o florescimento do ressentimento contra determinadas nacionalidades e também, por consequência, as divisões centrais para o sucesso da política fascista. Além disso, ao deixar os trabalhadores desamparados no capitalismo, sob os ideais da autossuficiência e da meritocracia, eles se tornam mais dependentes de um líder.

É verdade que as características e as estratégias discutidas até aqui podem ser encontradas isoladamente em outros programas políticos, assim como podem não estar presentes ao mesmo tempo em todos os regimes fascistas, inclusive porque alguns se contradizem entre si. Como afirma Eco (2018), o termo “fascismo” é versátil porque, mesmo removendo um ou mais elementos de um regime fascista, ele ainda será identificado como tal. Contudo, é o entrelaçamento desses elementos que constitui os delírios e a dicotomia entre “nós” e “eles” sob os quais a política de extrema-direita transita (Stanley, 2018).

Diante dessa discussão sobre o que define a extrema-direita, podemos afirmar que o bolsonarismo é um movimento radical de direita por se constituir como uma política de

perseguição e criminalização da alteridade, que advoga pela manutenção e, no limite, pela redução da extensão do corpo democrático para legitimar a privação de direitos aos sujeitos considerados indesejados. Trata-se de um fenômeno que se alinha à nova extrema-direita global ao conjugar a racionalidade fascista com o neoconservadorismo, formando o que Rosa (2019) chama de “fascismo tropical”.

Conforme argumenta Rosa (2019), a extrema-direita brasileira, o fascismo tropical, é uma perspectiva liberal-conservadora que se apropria dos elementos do fascismo, especialmente no que se refere à criação de teorias conspiratórias, ao léxico simplista do discurso de seus líderes e àqueles que permitem hierarquizar, legitimamente, os indivíduos da mesma sociedade (entre “nós” e “eles”) e estabelecer o racismo de Estado foucaultiano, em que os perseguidos simbólica e fisicamente são os esquerdistas, os comunistas e os ativistas das agendas ligadas a esses significantes, como o movimento LGBTQIA+, o movimento negro, o movimento de descriminalização das drogas, entre outros grupos subalternos.

Para essa política de fronteirização, o bolsonarismo utilizou as recorrentes estratégias do radicalismo de direita, como o discurso *antiestablishment* e anticomunista (ou antipetista), a defesa do conservadorismo e do tradicionalismo com relação à família e às relações sociais, a utilização de teorias conspiratórias e de informações falsas, o apelo à meritocracia contra as políticas sociais, a retórica contra os intelectuais, artistas e jornalistas, o punitivismo atrelado ao ataque aos direitos humanos e o nacionalismo transfigurado como patriotismo, que, embora não esteja atrelado à xenofobia como no caso das extremas-direitas do norte global, opera uma usurpação dos símbolos nacionais, de modo que estes passam a antagonizar com os inimigos internos – “bandidos”, “comunistas” ou “petistas”.

Nesse sentido, a extrema-direita, com sua base no fascismo histórico e suas adaptações contemporâneas, caracteriza-se por uma rede de ideologias e estratégias que visam a manutenção da hierarquia social e a perseguição da alteridade. O bolsonarismo, enquanto manifestação dessa nova extrema-direita global, exemplifica um “fascismo tropical” que combina a racionalidade fascista com o neoconservadorismo, destacando-se pela criação de teorias conspiratórias, discursos simplistas e uma política de fronteirização e perseguição da diferença.

1.1. Da propaganda fascista à era digital: mecanismos de mediação na ascensão da extrema-direita

Conforme sugere Adorno (2020), a propaganda é a técnica de psicologia das massas que mantém o vínculo emocional entre o líder e a massa. Por isso, reconhece-se que a habilidade propagandística fortaleceu sobremaneira Jair Bolsonaro frente ao seu público, ao mobilizar o medo e o descontentamento diante das transformações sociais do capitalismo neoliberal para conduzir à identificação radical com o líder.

A propaganda dos agitadores autoritários foi um dos principais objetos de investigação dos autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno (2015), Leo Lowenthal & Norbert Guterman (1949) e Paul Massing (1949). Seus estudos, que se debruçaram sobre palestras radiofônicas, panfletos e jornais dos agitadores da década de 1940 nos Estados Unidos, revelam antes técnicas de estímulo psicológico da audiência do que ideias e argumentos objetivos voltados aos descontentamentos sociais.

Essas técnicas, enumeradas por Adorno (2015), envolvem o emprego de um caráter personalístico na propaganda, em que os propagandistas se destacam por meio de exibições oratórias que se concentram em si mesmos e sua audiência, estabelecendo um vínculo de identificação com um líder carismático. Além disso, tais técnicas incluem a substituição dos objetivos pelos meios, em que é anunciado um “grande movimento” declarado patriótico, cristão e defensor da família, mas que não revela um programa de fins objetivos que o movimento busca atingir. Por isso, as técnicas transformam a própria propaganda em seu conteúdo principal, tornando-a uma forma de “realização de desejo” construída em narrativas sensacionalistas que proporcionam prazer aos ouvintes.

Ao contrário do que se pode concluir apressadamente, o aspecto psicológico das técnicas de propaganda fascista não significa uma “hipnose de massa” ou uma irracionalidade. Segundo Adorno (2015), não há um contágio passivo das massas pela propaganda, pois há elementos de manipulação consciente, tanto pelo líder quanto por sua audiência, até mesmo nos estágios de entusiasmo coletivo das atitudes autoritárias. Além disso, apesar de sua lógica enviesada e de suas distorções fantasmagóricas, presentes na construção dos inimigos, a propaganda fascista é conscientemente planejada e organizada, sendo caracterizada como uma irracionalidade aplicada que possui efeitos calculados. A propaganda é, na verdade, um sistema de símbolos que tem como objetivo estabelecer uma

cumplicidade entre o líder e seus seguidores por meio de gratificações emocionais, o que é possível em razão das predisposições subjetivas desses seguidores às ideias e às emoções transmitidas pelo líder.

Segundo Lowenthal & Guterman (1949), a psicologia entra na propaganda dos agitadores autoritários enquanto técnica de transformação dos preconceitos individuais latentes em manifestações explícitas de afetos e ações contra a democracia. Os propagandistas são chamados de agitadores, pois o conteúdo e o tom dos seus discursos – em geral, ambíguos e pouco sérios – têm por função padrão a agitação do público com o qual eles estabelecem uma “cumplicidade inconsciente”, seduzindo-o à expressão consciente de uma revolta latente contra a condição social sentida como injusta e frustrante. O agitador, então, é um “defensor da mudança social” que articula esse descontentamento social com a responsabilização de determinados grupos sociais pela manutenção do *status quo* – os inimigos perversos que precisam ser derrotados ou eliminados. Quando esses grupos são identificados, o agitador promove um movimento para alcançar esse objetivo, do qual ele reivindica a liderança.

Lowenthal & Guterman (1949) destacam que o agitador não é um reformador, pois suas queixas permeiam todas as áreas da vida social; nem um revolucionário, pois a estrutura social não é tomada como a causa do descontentamento social. Na verdade, para ele, o inimigo é o responsável direto pelas razões da insatisfação social, então o encaminhamento político é sempre a eliminação de grupos sociais, não a transformação da estrutura social, política ou econômica. O inimigo é pessoal, não institucional ou estrutural. Além disso, a relação entre o fenômeno e o inimigo declarado não é claramente definida, pois o agitador não a estabelece por meio de conceitos racionais. Na verdade, a função da agitação é intensificar os elementos irracionais da queixa original, transformando o potencial ressentimento contra determinados grupos em reações de insatisfação e frustração na medida em que estas favorecem a subserviência do público à liderança pessoal do agitador. Dessa forma, as soluções para as insatisfações são sempre simples, fáceis e infalíveis, e o inimigo se torna um “bode expiatório” contra o qual as emoções revoltosas podem ser descarregadas violentamente.

Como podemos observar, para Lowenthal & Guterman (1949), o mal-estar social é condição fundamental para a agitação. O agitador, nesse sentido, não é um lunático irracional. Na verdade, ele explora o descontentamento que permeia o seu público.

Contudo, o que o diferencia dos outros defensores de mudança social, como o reformador e o revolucionário, é que ele não declara o estado de descontentamento existente e a condição material ou moral que o produz, limitando-se a apontar os inimigos que supostamente seriam responsáveis por suas queixas de ordem econômica, política, cultural e moral. O mal-estar, segundo os autores, não é inventado pelo agitador, tampouco é uma ilusão do seu público. O papel que o agitador desempenha é de conduzir o seu público a aceitar a situação que produz o seu mal-estar habitual ao oferecer alívios e gratificações imediatas que consistem na descarga violenta dos impulsos agressivos do público contra determinados grupos sociais tomados como inerentemente negativos.

Apesar dos estudos da primeira geração da Escola de Frankfurt permanecerem, em grande medida, atuais sobre os aspectos da propaganda dos agitadores autoritários e continuarem contribuindo para a compreensão da ascensão da extrema-direita neoconservadora na contemporaneidade, é importante destacar que a crítica empenhada por esses sociólogos está ligada à discussão sobre a cultura e a indústria cultural de meados do século XX, quando as mídias em que os agitadores exibiam seus discursos eram o rádio, o cinema e os panfletos. Esses dispositivos operam com mecanismos linguísticos próprios da cultura daquele período, baseados na *mimesis*¹¹ e na projeção¹², com o objetivo de dissolver o indivíduo na cultura ao fomentar a estereotipia absoluta, a mentalidade de *ticket* e o esquema cognitivo que reduz a complexidade do real (Adorno, 1985, 2015; Rouanet, 1983).

O que permanece atual nessa análise é, sobretudo, a tese de que a extrema-direita não é estranha à cultura fomentada no capitalismo, mas é, na verdade, a patologia que revela o segredo da normalidade desta cultura. Segundo Rouanet (1983), em meados do século XX, o fascismo subverteu a normalidade da *mimesis* e da projeção que caracterizavam o capitalismo monopolista¹³. Nesse período, a indústria cultural

¹¹ *Mimesis* é o conceito que Adorno & Horkheimer utilizaram para se referir ao duplo papel da identificação no processo de dissolução do sujeito na cultura promovido pelo Iluminismo; para esses autores, explica Rouanet (1983), a monopolização do desejo operada pelo Iluminismo tem como mecanismo psicológico a identificação, que desempenha o papel de objetivo (identificação com o existente) e de instrumento (para conduzir à identificação com o existente). *Mimesis*, nesse sentido, significa *imitação*, no sentido aristotélico, descrevendo “o processo pelo qual a realidade é copiada pelo sujeito, que tende a assimilar-se a seu objeto” (Rouanet, 1983, p. 128).

¹² *Projeção* é um conceito freudiano que descreve um mecanismo de defesa do Ego por meio do qual “o sujeito expulsa de si e localiza no exterior – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos que não aceita em si mesmo” (Rouanet, 1983, p. 140).

¹³ Segundo Rouanet (1983), Adorno & Horkheimer compreendem que a pseudo-identificação e a pseudo-projeção são mecanismos complementares para a massificação no capitalismo monopolista, para a

desempenhava o papel de dissolver o sujeito na cultura por meio de líderes secundários, como artistas, cientistas e políticos expostos pelos meios de comunicação de massa. O fascismo, por sua vez, inseriu o líder autoritário no centro desse processo mimético por meio de sua propaganda. Além disso, a lógica da ciência positivista, hegemônica nesse período, que opera uma redução da realidade à soma de dados registrados mecanicamente e irrefletidamente pelo cientista por meio da “falsa projeção”, também foi apropriada pelo fascismo, permitindo a expiação das excitações internas geradoras de desprazer em grupos inimigos, como comunistas e judeus, por meio da “projeção patológica”.

No entanto, no contexto atual, a *internet* emerge como a principal plataforma tecnológica de mediação dos agitadores autoritários com seus seguidores. A difusão do uso da *internet*, especialmente das redes sociais *on-line*, e o novo paradigma econômico e cultural do capitalismo, que avança no mundo desde a década de 1970, nos impõe a necessidade de discutir os mecanismos de mediação sujeito-cultura que operam, ou que passaram a operar, na dinâmica comunicativa da contemporaneidade, assim como seu papel no sucesso da propaganda dos líderes – que também podemos denominar como *influencers* digitais – de extrema-direita em diversos países, incluindo o Brasil.

Segundo Bachini *et al* (2022), a *internet* foi utilizada pela primeira vez em campanhas eleitorais no pleito disputado por Bill Clinton e George Bush, nos Estados Unidos, em 1992. Durante um longo período, ela foi usada principalmente para compartilhar conteúdos produzidos para outros meios de comunicação. Foi somente a partir da eleição de Barack Obama, em 2008, que a *internet* começou a desempenhar um papel mais proeminente como um veículo de *marketing* político, possibilitando a ampliação do acesso à informação, do debate e da participação política daqueles que antes eram incapazes de manifestação no sistema político. Gradualmente, tornou-se o meio principal e deu origem ao conceito de “e-campanhas”, “campanhas digitais” ou “*cibercampanhas*”, que, desde a eleição de Donald Trump em 2016, incluem análise de *big data*, técnicas de direcionamento de propaganda ao usuário (*microtargeting*), uso de robôs criados por inteligência artificial (*bots*) e disseminação de desinformação.

No Brasil, destacam Bachini *et al.* (2022), as mídias digitais foram utilizadas em campanhas eleitorais pela primeira vez em 2002, mas seu protagonismo na política passou a ser notado a partir de 2010, com a popularização dos *smartphones* e do acesso às redes

usurpação da individualidade pelo Todo. Enquanto o primeiro impede a formação do indivíduo autônomo, o segundo impede a percepção das estruturas latentes do real.

sociais *on-line*. Os efeitos desse processo se tornaram mais evidentes com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, quando variáveis tradicionalmente importantes na corrida presidencial, como uma estrutura partidária robusta, tempo de exposição na televisão e cobertura positiva da imprensa, foram superadas pela comunicação personalizada nas mídias sociais.

Bachini *et al.* (2022) argumentam que as redes digitais são mobilizadores políticos eficazes na medida em que conferem protagonismo comunicacional aos eleitores/militantes e oferecem recursos simbólicos, como avatares, figurinhas e *memes*, que criam um regime emocional específico nas redes, facilitando a adesão e a solidariedade às candidaturas. Além disso, o caráter personalista e imediatista das redes sociais *on-line* favorece uma identificação entre candidatos e eleitores que dispensa a mediação organizacional, propiciando a formação de militâncias digitais.

No entanto, Bachini *et al.* (2022) mostram que essas dinâmicas se revelaram prejudiciais à democracia. Em primeiro lugar, porque elas podem (e são) sabotadas por sistemas de inteligência artificial, causando superestimação de posicionamentos e manipulação dos sujeitos. Além disso, mesmo em condições normais, elas intensificam o processo de personalização da política ao provocarem identificações baseadas em apelos subjetivos em detrimento de argumentos racionais. A possibilidade de manter o anonimato nas redes também contribui para enfraquecer a democracia, uma vez que é explorada para minimizar a gravidade de discursos autoritários, facilitando a impunidade de seus produtores e propagadores. Por fim, as autoras argumentam que a própria lógica algorítmica de comunicação promove o reforço de opiniões pré-existentes e a criação de bolhas de afinidades ideológicas, ao invés de promover o debate de ideias divergentes, radicalizando assim as fronteiras entre grupos políticos e suas narrativas.

Essa dinâmica comunicativa favorece a disseminação de discursos caracterizados pela estratégia de fronteirização, pela oposição entre “nós” e “eles”, que marcam a agitação autoritária da extrema-direita. Desde o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), as páginas de extrema-direita demonstraram uma expressiva capilaridade e eficácia na comunicação, consolidando seu domínio na discussão política nas redes sociais e pautando-a em eixos temáticos caros ao neoconservadorismo por meio de uma abordagem anti-institucional, moralista, com forte apelo patriótico, e repletos de desinformações (Bachini *et al.*, 2022; Messenberg, 2017).

No entanto, conforme argumenta Miskolci (2021), as plataformas digitais têm importância no sentido de que reconfiguraram a comunicação política, o que implica que não podemos atribuir às redes *on-line* as origens ou as soluções dos problemas sociais sem cair em um determinismo tecnológico. As plataformas digitais apenas tornaram mais visíveis e potencializaram as contradições sociais e políticas preexistentes na realidade *off-line*. Nesse sentido, explica o autor, a esfera pública técnico-midiatizada, que surge com as redes sociais e determina a importância de conteúdos com base em métricas de engajamento, subordina o pluralismo e a comunicação democrática aos interesses mercadológicos. Contudo, a partir de Habermas (1999, *apud* Miskolci, 2021), o autor afirma que esse fenômeno se insere em um contexto mais amplo de comunicação de massa, que prioriza os meios de persuasão em detrimento do debate esclarecido para a construção de alianças e consensos. As redes sociais *on-line*, por sua vez, se destacam por terem estabelecido uma economia digital do reconhecimento que consolidou a perspectiva de polarização moral sobre as questões públicas.

Ao analisar o caso brasileiro de ascensão da extrema-direita, Miskolci (2021) afirma que os conflitos e as contradições sociais que gestaram o sentimento de indignação que levou multidões às ruas, em junho de 2013, formaram a base para que grupos de interesse que buscavam protagonismo moral se aproveitassem da sensação de superioridade moral, que as redes sociais potencializam no usuário, para tratar de temas e discussões públicas a partir da gramática da moralidade, das opiniões e valores, que dispensa a mediação social de instituições e profissionais¹⁴ que atuam de forma organizada e responsável por meio de procedimentos racionais baseados em regras e normas.

Segundo Miskolci (2021, p. 35), “as redes sociais *on-line* são terreno aberto à ação de grupos de interesse que conseguem criar usuários ou perfis que funcionam como nódulos aglutinadores de sentimentos poderosos como os de indignação ou revolta”. Desde as jornadas de junho de 2013, os movimentos de extrema-direita se articulam na criação de lideranças capazes de catalisar esses sentimentos por meio da criação de perfis nas redes sociais e *sites* de supostos jornais ou revistas para disseminar sua perspectiva ideológica e notícias fraudulentas. Para potencializar a disseminação de seus interesses políticos na esfera pública técnico-midiatizada, abusou-se da sátira e da paródia de modo a sintetizá-los em *posts*, *memes* e *slogans* simples, curtos e diretos que facilitam sua circulação.

¹⁴ Miskolci (2021) se refere às instituições como a Justiça, universidades, escolas, imprensa, e seus profissionais qualificados.

Nesse sentido, afirma Miskolci (2021), as longas análises dos conteúdos das mediações sociais, que demandam tempo e reflexão para serem produzidas e compreendidas, foram preteridas em favor de estratégias de comunicação ligadas ao entretenimento e à imprensa sensacionalista, fáceis de serem digeridas e reproduzidas. Dessa forma, ao mesmo passo em que a esfera pública técnico-midiatizada ampliou o espaço para as antigas estratégias de manipulação e polarização política das comunicações de massa que a precedem, ela empobreceu o debate público e, mais do que isso, contribuiu para a criminalização da política.

A esfera pública técnico-midiatizada, explica Miskolci (2021), tem suas raízes em interesses econômicos das plataformas digitais e na cultura dentro da qual elas se desenvolveram. No caso do *Facebook*, a cultura de popularidade no ensino médio da sociedade norte-americana. Assim, a experiência do usuário nessas plataformas emula o “empreendedorismo de si mesmo” discutido por Dardot & Laval (2016), na qual se incentivam interações em um mercado de competições – desiguais e injustas – por atenção, engajamento e admiração, dentro da qual é necessário empreender a própria individualidade para ter protagonismo e sucesso.

Nas palavras de Miskolci (2021, p. 46), “essas tecnologias funcionam como um dispositivo de captura dos sujeitos para lógicas neoliberais em que subjetivar a partir de uma identidade é fundamental”. Nesse contexto, a visão privilegiada sobre a política a concebe como algo pessoal, da ordem das escolhas individuais e de afirmação identitária, a partir da qual alguns políticos, tanto da esquerda quanto da direita, se converteram em “empreendedores morais de ocasião” que transformam as discussões públicas em batalhas morais que se traduzem em disputas por autoridade moral – ou seja, pelo engajamento, pelo controle da fala, pela palavra final.

A propaganda dos policiais militares eleitos para o parlamento, veiculada no *Facebook*, se insere nesse quadro que Miskolci (2021) descreve como “inconsciente tecnológico”. Enquanto elemento de comunicação fundamental para o sucesso do “empreendedorismo moral” desses atores políticos, suas propagandas políticas informam de maneira articulada uma gramática moral neoconservadora que respondeu, com o sucesso evidenciado nas urnas, às angústias e aos ressentimentos de uma parcela da população descontente com as múltiplas e diversas transformações sociais.

Em suma, nossa discussão mostra que, tanto nas experiências de agitação autoritária do século XX quanto naquelas de que somos contemporâneos, os mecanismos de mediação entre sujeito e cultura da indústria cultural fragilizam a democracia e o debate sobre as questões públicas ao fomentar a padronização de pensamentos e comportamentos e a recusa do pensamento crítico e reflexivo. As estratégias de subversão da normalidade dos mecanismos de comunicação para a manipulação política foram sendo ampliadas gradativamente desde a discussão da Escola de Frankfurt sobre a propaganda autoritária até o advento da esfera pública técnico-midiatizada. Contudo, não é possível pressupor que os apoiadores do autoritarismo sejam simplesmente enganados por mensagens falsas veiculadas nessas propagandas. Na verdade, a eficácia da propaganda de extrema-direita reside na sua capacidade de legitimar preconceitos latentes e de oferecer gratificações emocionais às custas da perseguição e da discriminação de determinados grupos sociais. Esses preconceitos, como mostram os estudos de Adorno (2019), não só surgem de idiosincrasias de personalidades autoritárias, mas também são fomentados pela própria cultura. Por isso, é necessário compreender, a partir da gramática moral que constitui a subjetividade, quais elementos normativos que compõem os discursos autoritários veiculados pelos agitadores de extrema-direita.

1.2. As condições para a agitação: subjetividade, política e economia neoliberal

O recrudescimento do bolsonarismo no Brasil compõe um quadro global de ascensão da extrema-direita e de movimentos políticos autoritários no contexto do capitalismo neoliberal. Jair Bolsonaro, líder desse movimento no Brasil, se alinha a figuras como Donald Trump nos Estados Unidos, Marine Le Pen na França, Viktor Orban na Hungria, e Meloni na Itália, entre outros, todos eles promovendo agendas discriminatórias e contrárias aos princípios democráticos apoiadas, principalmente, sobre pautas do neoconservadorismo. Conforme aponta Messenberg (2017), tal cenário é resultado das transformações subjetivas causadas pela hegemonia neoliberal, que enfraquece a solidariedade e favorece o egoísmo social, indicando o colapso do “neoliberalismo progressista”, que combina financeirização com ideais de emancipação identitária.

Apesar de o neoliberalismo ter sido pensado e justificado por seus teóricos como uma medida preventiva contra novos episódios de totalitarismo, inserindo a racionalidade

do mercado – supostamente caracterizada por uma lógica de funcionamento universal, única, imutável, pura e isenta de elementos irracionais – na base das relações sociais, essa remodelagem da razão utilitarista teve como efeito a construção de um cenário social, cultural e economicamente traumático favorável à ascensão da extrema-direita e à consequente corrosão da democracia liberal (Dardot & Laval, 2016; Brown, 2019; Gandesha, 2018).

Segundo Dardot & Laval (2016), a razão neoliberal é caracterizada essencialmente pela liquidação dos discursos e instituições apoiadas sobre os valores como justiça, honra, comunhão e solidariedade em favor do *ethos* do mercado, da figura do “homem-empresa”. O homem-empresa é um sujeito que deve estar o máximo possível envolvido pela sua atividade profissional. As técnicas de fabricação e gestão do sujeito neoliberal buscam “fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo” (Dardot & Laval, 2016, p. 327), de modo que o sentimento de alienação do trabalho é suprimido, e o sujeito passa a obedecer ao empregador como se estivesse obedecendo aos seus próprios desejos.

Dardot & Laval (2019) defendem que a lógica de autoexploração, por um lado, é mais eficaz para o aumento da produtividade, mas, em contrapartida, é mais coercitiva que a subjetividade utilitarista, uma vez que o indivíduo é exposto a riscos e é responsabilizado pelos seus possíveis fracassos. A busca pela autorrealização faz com que os “sujeitos empreendedores” sejam mais competitivos entre eles, exigindo “que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram” (Dardot & Laval, 2016, p. 329) para sobreviverem. Ao fazer da economia uma força moral, a racionalidade neoliberal deu à luz uma nova ética que opera por meio da “racionalização do desejo”.

A racionalidade neoliberal, explicam Dardot & Laval (2016), é definida por uma normatividade apoiada sobre valores e princípios que levam o sujeito ao aprimoramento contínuo do seu desempenho em todos os campos da vida social e individual. O trabalho é a categoria-chave desse *ethos*, pois ele promete autonomia e liberdade para o indivíduo quando ele se torna uma “empresa de si mesmo”. A ideia fundamental é que, se cada indivíduo se entender como uma pequena empresa, é possível que o trabalhador vincule as suas aspirações individuais aos objetivos da empresa. Dessa forma, a relação salarial é abolida e o indivíduo assume a responsabilidade pela sua valorização no mercado. Nesse

sentido, todas as suas atividades são incluídas em um processo de autovalorização e pensadas como empresariais.

Dardot & Laval (2016) argumentam que a ética neoliberal consegue ultrapassar os limites da vida profissional porque dispõe de “asceses do desempenho” com diferentes técnicas de governamentalidade – eles citam e analisam o *coaching*, a programação neurolinguística (PNL) e a análise transacional (AT) –, que têm como fim o envolvimento total do sujeito pela empresa. Apresentando-se como saberes psicológicos que transformam completamente os indivíduos a partir de determinados princípios básicos, essas técnicas se apoiam sobre o postulado no qual “o ‘desenvolvimento pessoal’, uma melhor comunicação no trabalho e o desempenho global da empresa estão intimamente ligados” (Dardot & Laval, 2016, p. 341). Em conjunto, elas convertem todas as esferas da vida individual em potenciais recursos para a empresa e convencem os indivíduos da sua autonomia sobre todas essas esferas.

Segundo Dardot & Laval (2016), o sujeito neoliberal, como proprietário do “capital humano” mensurado a partir do resultado das suas escolhas e do seu esforço, está constantemente exposto ao risco, pois é responsabilizado pelo seu próprio destino. Ou melhor, a subjetividade neoliberal pressupõe que todas as esferas de existência do sujeito *devem* ser expostas ao risco, literalmente como uma empresa. Assim, as crises sociais são individualizadas, percebidas como crises individuais, e o Estado social transfere, cada vez mais, a responsabilidade pela garantia da seguridade para os próprios indivíduos, os quais dispõem de empresas que vendem os serviços de cobertura de riscos. A responsabilidade é considerada o resultado da autocoerção que, por sua vez, é alimentada também por “técnicas de auditoria, vigilância e avaliação” que visam “a aumentar essa exigência de controle de si mesmo e bom desempenho individual” (Dardot & Laval, 2016, p. 350). Se a ética neoliberal, por um lado, produz o “sujeito empresarial” que parece gozar de maior autonomia no trabalho, por outro, ela constrange esse sujeito a ser dependente da cadeia administrativa por meio dessas sofisticadas técnicas de avaliação que orientam os critérios do “bom desempenho” no campo da concorrência.

A ética neoliberal, conforme Dardot & Laval (2016), ao reduzir todas as esferas da existência humana à normatividade mercantil, destruiu os fundamentos da democracia liberal. Esse processo se reflete, principalmente, na valorização da dimensão técnica da administração pública, em detrimento das considerações políticas e sociais, enfraquecendo

a cidadania em todos os seus aspectos – civil, político e, especialmente, social. Sendo o desempenho o único critério de legitimidade política, os fundamentos morais e jurídicos da democracia liberal também são contestados e vistos como inúteis. Consequentemente, a democracia foi reduzida a um simples instrumento de seleção de governantes e tornou-se um regime político pobre de elementos distintivos.

Nessa direção, Wendy Brown (2019) afirma que o fundamento da democracia liberal repousa na igualdade política. Pensada dessa forma, as democracias liberais sempre exigiram do Estado moderno um esforço deliberado para a redução da desigualdade de poder (produto das desigualdades socioeconômicas) entre os cidadãos nos grandes Estados-nações capitalistas. As práticas e as instituições democráticas exigem a preservação da “sociedade” – compreendida como “o local em que cidadãos de origens e recursos amplamente desiguais são potencialmente reunidos e pensados como um conjunto” (Brown, 2019, p. 38).

No entanto, a “antropologia” defendida pelos teóricos neoliberais apresenta uma crítica sistemática à ideia de sociedade e justiça social. Friedrich Hayek (*apud* Brown, 2019) argumenta que esse conceito – entendido como uma larga coleção de indivíduos com valores e objetivos comuns que devem ser fomentados pelo Estado – é vazio, uma falácia defendida por déspotas interessados em uma ordem planejada favorável ao ilimitado poder coercitivo do Estado. Em contrapartida, a moralidade tradicional e o mercado competitivo se apresentam para ele como alternativas para justificar a “interdependência complexa” entre os indivíduos.

O argumento de Hayek demonstra que a aproximação entre o conservadorismo e o neoliberalismo sempre existiu. Para Hayek (*apud* Brown, 2019), a tradição e o mercado se assemelham por produzirem uma ordem social espontânea, independente das intenções individuais e do poder coercitivo do Estado. Além disso, elas se apresentam como verdadeiramente justas, em contraste com a justiça social, pois situam a igualdade nas regras do sistema, e não nos resultados. A justiça social, por outro lado, é vista como uma negatividade à justiça, à liberdade e ao desenvolvimento econômico. Daí a necessidade de dismantelar a sociedade, tal como o neoliberalismo tem feito de diferentes formas: negando sua existência ou a importância da redistribuição econômica, transferindo as responsabilidades do “Estado social” para o indivíduo e sua família, transformando as conexões humanas em fontes de capitalização etc.

Segundo Brown (2019, p. 68), as críticas neoliberais também se dirigem diretamente ao universo político, enquanto esfera que opera sob uma normatividade específica, na qual “a existência comum é pensada, moldada e governada”, dentro da qual reside a democracia e sua legitimidade. A autora explica que a crítica dos intelectuais neoliberais ao político e à democracia não é homogênea, mas compartilham o entendimento desses elementos como uma ameaça às liberdades individuais, ao mercado e à moralidade tradicional. Não apenas ao poder político e à democracia, a objeção central deles se dirige também ao estatismo expansivo e à soberania política. Isso não significa que esses pensadores propõem um Estado fraco, mas um Estado forte com poucas e acentuadas funções que favoreçam o mercado. E é importante notar que toda oposição ao poder político democrático é feita em nome da liberdade individual.

Milton Friedman (*apud* Brown, 2019) é claro ao afirmar que o poder político é um poder coercitivo que ameaça a liberdade econômica e a liberdade política. Nesse sentido, a democracia é compreendida como uma coerção da maioria. Além disso, ele reconhece a importância do Estado para o capitalismo competitivo, mas pondera com a necessidade de um governo limitado e da separação entre o poder econômico e o poder político. Hayek (*apud* Brown, 2019), no mesmo entendimento, demoniza a soberania popular por ela conferir legitimidade ao poder político ilimitado, expandindo o poder estatal e constringendo a liberdade.

Hayek (*apud* Brown, 2019) argumenta que há fortes tensões entre a liberdade e a democracia. Nos interessa, principalmente, o par oposto que ele define para a democracia – o autoritarismo – e para o liberalismo – o totalitarismo. Esse quadro argumentativo nos permite distinguir a natureza desses elementos: os primeiros estão ligados à concentração do poder político e os últimos, ao controle exercido sobre o indivíduo. Além disso, ele nos oferece possibilidades lógicas para a existência do liberalismo autoritário e da democracia totalitária. Para Brown (2019), isso autoriza os neoliberais a legitimarem experiências como a ditadura do Pinochet no Chile, assim como dá sentido aos discursos que alegam “excessos da democracia” – que se referem aos “excessos” do Estado social.

Por sua vez, os economistas alemães ordoliberais, explica Brown (2019), não rejeitam a soberania estatal, mas buscam substituir a democracia pela tecnocracia. Apoiados sobre a idealização do Estado engessado em uma “constituição econômica”, eles objetivam assegurar politicamente o liberalismo econômico. O Estado ordo é pensado

como uma instituição isolada da democracia e da economia para que nem o Estado, nem o capitalismo, sejam enfraquecidos. Para isso, a constituição política não é eliminada, mas é reduzida à função exclusiva de “proteger a continuidade do espírito, da história e da experiência de uma nação” (Brown, 2019, p. 96). E a constituição complementar garante uma máquina estatal dirigida por especialistas técnicos, despidos de autoridade política, que condiciona e corrige a economia de mercado. Nesse sentido, os interesses políticos e a decisão democrática são rejeitados, e o poder político é vinculado “ao suporte para o liberalismo econômico e a ordem moral” (Brown, 2019, p. 98).

Portanto, no neoliberalismo, a normatividade mercantil foi disseminada em todas as dimensões da vida individual. Em um coletivo de homens-empresa, as ideias de sociedade e justiça social perdem o sentido, e a solidariedade social encontra explicação nas dimensões da tradição e do mercado. A tradição é reconhecida porque ela, segundo Hayek (*apud* Brown, 2019), se desenvolve espontaneamente entre os indivíduos e representa a melhor possibilidade de viver em conjunto – ou seja, a melhor ordem social e as melhores normas de conduta – experimentada e eleita pelas gerações anteriores. É como se essa esfera representasse um mercado da moral, diante do qual existem valores mais competitivos que se tornam hegemônicos, consolidando-se sob a forma da tradição. É verdade que esse processo evolutivo exige liberdade. Mas, para Hayek, a tradição evita a coerção por conter um alto grau de “conformidade voluntária”. Por um lado, “a tradição produz conformidade por meio da conduta habitual” e, por outro, “a natureza voluntária da conduta é o que torna a tradição dinâmica, assim como um espaço de liberdade” (Brown, 2019, p. 123).

A autora explica que, apesar de a tradição não ser imposta ou assegurada por qualquer planejamento, desígnio ou executor, Hayek reconhece o papel da religião na sua codificação e transmissão. Para ele, as mistificações religiosas são os instrumentos que garantem a manutenção de certas práticas, valores, e do modelo de civilização que lhes é consequente. Além disso, ele transfere a autoridade da vida política para as normas e práticas do universo moral ou religioso ao admitir que a fonte básica da ordem social é a existência de opiniões entre os indivíduos sobre o que é certo ou errado, em detrimento da adoção de regras comuns por processo deliberativo. Assim como em relação aos mercados, para Hayek, o papel do Estado deve ser reduzido a assegurar os pré-requisitos da vida moral – “liberdade, propriedade, regras universais de justiça e deferência política à

tradição” (Brown, 2019, p. 127), ficando vedada a legislação sobre a conduta e a crença moral.

É nesse aspecto que aparece a terceira técnica (ao lado do desmantelamento do social e do destronamento da política) necessária para o funcionamento do neoliberalismo, que é a inclusão da moralidade tradicional, das crenças e costumes, no domínio da liberdade pessoal por meio da expansão da “esfera pessoal protegida”. Segundo Hayek, quanto mais atividades são tratadas como privadas, mais largos são os limites da ação estatal, das normas democráticas e das demandas por igualdade, secularização e bem comum. Vale destacar que “tudo aquilo que reproduz e legitima poderes e ordenações históricas de classe, parentesco, raça e gênero” (Brown, 2019, p. 130), e não apenas as regras morais, é protegido pelo fortalecimento da tradição.

Na prática, a implementação do neoliberalismo nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha também centralizou o princípio da liberdade para substituir pelo mercado e pela moral as ideias de sociedade e de democracia do Estado social. Embora seja verdade que as privatizações econômicas são o rastro mais conhecido do neoliberalismo, elas são acompanhadas pela ampliação do conteúdo protegido pela liberdade individual, passando a incluir o direito de contestação da igualdade e das demandas de secularização, e de discriminar grupos pela sua classe, raça, gênero e sexualidade. Para exemplificar esse movimento, a autora cita a atuação da *Alliance Defending Freedom (ADF)*, que trabalha no sentido de defender a liberdade de profecia da fé judaico-cristã pública e expansivamente, e que tem tido seus compromissos e estratégias bem recebidos pelo Trump.

Os tipos de coisas que agora são enquadradas como proteções à liberdade individual incluem: o direito de agências de adoção e de empresas de impressão em camisetas de discriminar pessoas LGBT, O direito de “centros de crise da gravidez” de mentir sobre o aborto e a contracepção, o direito de legislaturas de realizar sessões de oração cristãs, o direito de professores e estudantes cristãos de evangelizar dentro da sala de aula, e o direito de um professor universitário de referir-se aos estudantes pelos pronome de escolha dele, e não del@s (Brown, 2019, p. 135).

Brown explica que a extensão da esfera pessoal e protegida faz com que a nação seja reconfigurada como uma família ou uma propriedade privada, uma receita para a “formação de uma cultura política liberal autoritária” (Brown, 2019, p. 142). Os discursos nacionalistas de Trump e Le Pen, que combinam as linguagens econômicas e familiares para defender suas fronteiras contra a imigração, denunciam essa analogia. Desse modo, o território nacional se torna hostil para os “residentes” aversivos e para os imigrantes

indesejados. Além disso, a privatização da nação exige e legitima o estatismo, o policiamento e o autoritarismo para a sua proteção.

Diante desse cenário, Brown (2019) aponta que, diferente do que imaginou Hayek, os valores tradicionais tornaram-se um grito político de grupos populistas, e o Estado é chamado cada vez mais para assegurá-los como liberdades individuais, o que limita a ordem espontânea da tradição e o seu avanço, pois o pensamento hayekiano foi apropriado por pessoas simpáticas ao uso da autoridade estatal e religiosa para conservar a ordem, e não por fervorosos defensores da liberdade, e, também, porque a moralidade foi imbricada com o ódio enquanto reação contra o feminismo, a diversidade sexual, o secularismo, as artes e a educação.

Dessa forma, se compararmos os efeitos das experiências autoritárias do começo do século XX com os efeitos da nova extrema-direita, especialmente no Brasil, percebe-se uma mudança fundamental. Segundo Lessa (2020), enquanto as primeiras buscavam incorporar todas as dimensões da sociedade ao Estado, o bolsonarismo traz em si uma lógica de destruição que, apesar de incorporar formas fascistas de discurso, busca o rompimento dos nexos institucionais e normativos que conectam a sociedade ao Estado. Dito de outro modo, enquanto as experiências históricas de autoritarismo buscavam uma organização rígida da sociedade sob controle estatal, o bolsonarismo funciona para promover a desorganização em favor do espontaneísmo social e da manutenção das relações de poder consolidadas, por meio da desregulamentação do controle legal sobre a natureza, da destruição dos direitos dos povos indígenas e dos abrigos institucionais da cultura, do enfraquecimento das legislações trabalhistas e das políticas educacionais e do rompimento das relações diplomáticas do país.

Além da incompatibilidade teórico-política entre neoliberalismo e democracia liberal discutida largamente por Brown (2019), as políticas econômicas do neoliberalismo conduzem a uma tensão que pode ser verificada a partir do aprofundamento da desigualdade e da insegurança socioeconômica que tem sido observado desde a década de 1970 nas taxas de desemprego, de trabalho informal, de aumento da desigualdade econômica e da pobreza. Esse cenário de insegurança faz com que o sujeito neoliberal seja tomado pelo excesso de emoções como culpa, humilhação e agressividade (Gandesha, 2018). Como aponta Lowenthal & Guterman (1949), essas emoções, em contextos de crise econômica, são amplificadas e favorecem a manifestação de sentimentos latentes

compartilhados socialmente, como a desconfiança em relação aos fenômenos sociais dos quais a população não tem domínio; a sensação de impotência, de exclusão e de injustiça diante das decisões políticas; a desilusão com valores de justiça social, de fraternidade, de humanismo e de tolerância; e a ansiedade em relação às ameaças de catástrofe material e/ou moral.

Conforme aponta Gandesha (2018), um cenário assim desenhado, permeado de condições econômicas e culturais traumáticas, é favorável para a transformação de determinados grupos sociais em inimigos tomados como objetos de medo e hostilidade. Para neutralizar o sofrimento causado pela lógica do sucesso, os indivíduos se identificam com ela e com as forças sociais que se beneficiam dela, introjetam a culpa pelas condições sociais que produzem as crises neoliberais e são dissociados dos seus próprios interesses, opondo-se aos discursos de defesa da transformação socioeconômica e de ampliação da democracia. Mas a identificação não se dá com uma ordem abstrata e impessoal: a ordem neoliberal se apresenta “como um forte corpo étnico ou nacional, ou talvez racial” (Gandesha, 2018, p. 13) personificado na figura do líder forte que se opõe contra o inimigo do “cidadão de bem”. Com a oposição contra um inimigo, o líder consegue deslocar o sentimento de culpa pelo fracasso individual da sua audiência para um grupo expiatório. Dessa forma, a estrutura social que produz o mal-estar dos sujeitos é mantida, e o alvo político passa a ser “a fraqueza, a falta de determinação e de decisão” do Estado contra os inimigos.

1.3. A ascensão do bolsonarismo: massas digitais, ressentimento e insegurança

O cenário de transformação social é marcado também, junto às mudanças econômicas, éticas e políticas que temos discutido, pela emergência das massas digitais e de uma nova economia de identificações que ameaça a democracia, no caso brasileiro, desde pelo menos 2013, ao permitir o sucesso de um programa político que advoga pela redução do sujeito democrático (Han, 2018; Dunker, 2019).

Segundo Han (2018), a partir do século XVIII – com o primeiro Iluminismo – a estatística foi celebrada como um importante instrumento de esclarecimento, pois seus métodos pareciam permitir que se separasse o conhecimento racional das influências mitológicas. Atualmente, com o advento da era informacional e do “segundo iluminismo”,

o autor argumenta que os *big data*, que é um campo que se ocupa da análise dos megadados, são festejados. O segundo iluminismo é o “dataísmo”: não é a razão o seu meio fundamental, mas sim as informações, os dados e a transparência. Enquanto a estatística possibilita o registro e o controle demográfico, os *big data* são o instrumento essencial do controle psicopolítico.

Han (2018) explica que no dataísmo impera a necessidade de transformar tudo em dados e, conseqüentemente, toda a nossa vida se torna passível de ser registrada, mensurada e quantificada pelos *big data*. Esse fenômeno favorece a nossa busca pelo autocontrole e autovigilância, pois o “autoconhecimento através dos números” é um aliado da busca pela otimização do desempenho corporal e mental e favorece, sobretudo, o controle da nossa psique. Por meio da mineração de dados, os *big data* tornam legíveis “um campo de ação estruturado de maneira inconsciente” (Han, 2018, p. 89) na nossa psique, possibilitando que a psicopolítica conheça e atue sobre o comportamento das massas em um nível anterior à consciência. As empresas responsáveis pela análise dos *big data* têm como mercadoria os sujeitos e os seus dados pessoais e, portanto, o controle psicopolítico é um grande negócio.

Segundo Han (2018), o dataísmo forma uma sociedade narcísica, na qual o outro é continuamente afastado, invisibilizado e eliminado. Ao expor os padrões comportamentais coletivos, os *big datas* coagem tudo a se reduzir ao igual, à concordância, ignorando o que é singular, único ou improvável, pois a redução de tudo ao mesmo é necessária para eliminar os obstáculos à circulação da informação e do capital. O ambiente digital é, por excelência, o palco desse processo, tendo em vista que os algoritmos funcionam, de uma forma geral, para unir o que é semelhante, para criar convergências, favorecendo o cenário de identificação de massa.

Dunker (2019), por sua vez, faz uma releitura das proposições publicadas no livro *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921) – no qual Freud assume que o emprego da razão, a liberdade da palavra e o reconhecimento do outro enquanto sujeito são as condições basilares do sujeito democrático –, assim como afirma que “a identificação de massa, a colocação de um líder como objeto de nosso ideal de eu e a emergência de formas regressivas e segregativas de amor” (Dunker, 2019, p. 118) são disposições psíquicas que, quando combinadas em situações de instabilidade política, ameaçam a democracia. A partir disso, ele acrescenta um contraste conceitual entre a *democracia inclusiva* e a

democracia exclusiva: a primeira, que ele defende, se caracteriza pela ampliação do alcance democrático; e a segunda é a tendência que ele julga triunfante no Brasil pós-2016 e se constitui pela conservação ou redução da extensão do sujeito democrático.

Dunker (2019), apoiado na teoria do reconhecimento do Axel Honneth, diferencia o comportamento de massa do funcionamento de grupo. Segundo ele, no mundo não virtual, a massa se baseia na anulação da individualidade dos sujeitos agrupados em um coletivo, quer dizer, na “redução de si e do outro ao anonimato” (Dunker, 2019, p. 119). O resultado desse mecanismo envolve aspectos bem conhecidos na psicanálise, como a perda ou a diminuição da capacidade de discernimento, alterações afetivas e cognitivas, comportamento agressivo, impulsivo. Por outro lado, o funcionamento de grupo envolve luta por reconhecimento, que pode ser descrita como uma dialética de homogeneização e diferenciação entre os indivíduos agrupados. Isso significa que as partes do grupo possuem aspectos que os igualam entre si, mas dentro desse grupo as partes disputam reconhecimento de suas singularidades. Para ilustrar essa distinção, o autor cita as multidões de rua para exemplificar as massas, e a família ou os amigos como exemplo de grupos.

Dunker (2019) argumenta que, no entanto, a introdução da linguagem digital alterou essa configuração, pois, nesse novo universo, os grupos separados espacialmente puderam se aproximar, e a redução do eu e do outro ao anonimato, característico das massas, tornou-se viável dentro dos grupos. Por essa razão foi possível observar, por exemplo, o funcionamento discursivo de massa no interior dos grupos familiares organizados em aplicativos de mensagens durante o período eleitoral de 2018.

Segundo Dunker (2019), a partir de 1992, assistimos, além da expansão do acesso às redes sociais, dois fenômenos sociológicos no Brasil: a expansão da cidadania e a expansão do consumo, que provocaram como consequência, respectivamente, a instabilidade identitária e a mobilidade social. Em conjunto, esses três fatores gestaram um “novo sistema de reconhecimento, de hierarquia simbólica e de autoridade” (Dunker, 2019, p.121), redefinindo os ideais dos indivíduos. Esse processo – diga-se de passagem, bastante conflituoso – é interpretado por ele como um efeito colateral da expansão democrática. Nesse sentido, sociologicamente, o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, representa um momento de instabilidade e reformulação do “valor dos signos sociais de prestígio pelos quais somos reconhecidos como indivíduos pertencentes a um grupo

específico” (Dunker, 2019, p. 123), a partir do qual os novos sujeitos políticos passaram a ser definidos com base em características como gênero, raça, idade e afinidade estética e moral, principalmente de natureza religiosa.

Frente a esse cenário, uma das perspectivas mais exploradas para compreender o sucesso eleitoral do bolsonarismo nas eleições de 2018 tem sido a do ressentimento, sentimento que traduz o incômodo de determinados grupos com a ascensão social dos setores empobrecidos da sociedade brasileira, assim como com as políticas afirmativas direcionadas às minorias, como a política de cotas para pessoas negras em vestibulares e concursos públicos e as mudanças legislativas voltadas ao combate à violência contra a mulher, crianças, idosos e LGBTs. A ampliação do ressentimento é um dos efeitos colaterais dessa estratégia adotada para atenuar as alarmantes desigualdades de distribuição econômica e de reconhecimento do Brasil, pois ela projeta, como afirma Fraser (2001), os grupos injustiçados como privilegiados.

De acordo com Leis (2002), os processos de reconhecimento e de ressentimento se destacam com a mesma intensidade na vida social moderna, fundada sobre a igualdade individual. O ressentimento, segundo o autor, é uma “erva daninha” da modernidade, facilitada pelo individualismo, pela liberdade de expressão e, especialmente, pelas dificuldades que as instituições enfrentam para encontrar mecanismos consensuais de reconhecimento do mérito. O vínculo entre a ânsia por igualdade e o ressentimento, produzido pelo constante estado de frustração em não conseguir realizar plenamente este desejo, é uma realidade nas democracias liberais, que são capazes de oferecer apenas a igualdade jurídica. Mas a frustração, *per se*, não é capaz de caracterizar o ressentimento. O que o distingue é, sobretudo, a incapacidade dos indivíduos em assumir a responsabilidade pelas desigualdades existentes, pelas tentativas fracassadas em superá-las ou, pelo menos, pela ausência de tentativas.

Segundo Kehl (2020), o ressentimento está presente na sociedade brasileira. As injustiças presentes no Brasil são encaradas como insuficiências de responsabilidade de um outro, o que demonstra a “nossa dificuldade em nos reconhecermos como agentes da vida social, sujeitos da nossa história, responsáveis coletivamente pela resolução dos problemas que nos afligem” (Kehl, 2020, p. 185). Esse fenômeno teria origem na nossa origem paternalista e mandonista, e o seu efeito mais perverso seria a pressa em perdoar os inimigos, a recusa da memória e abandono dos projetos de reparação de injustiças

passadas. O esquecimento apressado é um recurso para esconder o ressentimento, pois o reconhecimento dado pelo colonizador ou pelo “mundo desenvolvido”, de povo alegre, despreocupado e sensual, não pode ser abalado. A dependência da nossa identidade em relação ao discurso que o estrangeiro produz sobre nós impede o apoderamento da nossa história como sujeitos e o reconhecimento de nossa herança política e cultural, o que tem como produto uma suposta orfandade simbólica que, todavia, não é condição de liberdade e emancipação da autoridade paterna, pois nos ressentimos disso e buscamos permanentemente recuperar figuras do pai autoritário e protetor, seja na política, na religião ou na cultura de massas. A persistente tradição de dominação paternalista que busca suprir a falta de um pai ideal favorece o ressentimento na medida em que a sociedade brasileira “oscila entre a espera passiva pelo cumprimento das promessas do ‘pai’ bondoso e sua contrapartida, a desilusão e a queixa estéril” (*idem*, p. 194). Apartados de sua potência de ação, os sujeitos brasileiros, decepcionados com as promessas não cumpridas, formam um exército de queixosos passivos predispostos “a se (re)alinhar ao que existe de pior entre os conservadores, como forma de reação amarga e estéril, carregada de desejos de vingança” (*idem*, p. 194).

Seguindo a tradição de dominação paternalista, o discurso do bolsonarismo mobilizou o ressentimento para construir um vínculo de identificação entre liderados e o líder, Jair Bolsonaro (Gracino Jr. *et al.*, 2021). Por um lado, explica Gracino Jr. *et al.* (2021), o ressentimento foi direcionado contra os partidos, sindicatos e lideranças políticas tradicionais por meio da agitação do sentimento de exclusão diante do sistema político representativo da democracia liberal, visto como benéfico somente para a classe política corrupta e clientelista. Para isso, contribuíram os escândalos de corrupção apresentados pela Operação Lava-Jato e a construção de um processo de judicialização da política e de politização da justiça (Almeida, 2019), fundamentais para a ascensão do antipetismo. Além disso, segundo Gracino Jr. *et al.* (2021), alguns dos fatores que favoreceram essa insatisfação popular foram os limites e contradições do arranjo mercado-cidadania, do “reformismo fraco”, promovido pelos governos petistas, que, embora tenha contribuído para avançarmos em políticas de inclusão social e cidadania, se mostrou incapaz de atender plenamente às demandas redistributivas da população e de transformações econômicas e sociais mais profundas.

Por outro lado, para Gracino Jr. *et al.* (2021), o ressentimento foi direcionado contra os segmentos da sociedade supostamente inferiores que conquistaram direitos nos últimos anos e passaram a ameaçar o privilégio das elites e os símbolos de distinções fundamentais das relações sociais no Brasil. Dessa forma, aqueles que antes gozavam de superioridade na hierarquia simbólica que estrutura as relações sociais passaram a se sentir humilhados com a perda de posição e, acima de tudo, com a conquista de direitos por minorias, como mulheres, negros e LGBTs. Contudo, não somente as “pautas dos costumes” produziram o ressentimento em relação aos subalternos. Segundo Couto (2023), os setores mais abastados da sociedade brasileira também ressentiram do aumento do custo de bens e serviços, como o das empregadas domésticas, e da perda da exclusividade de acesso a espaços como os aeroportos, *shopping centers* e hotéis.

Nesse sentido, o sucesso eleitoral do bolsonarismo em 2018, somado a outras experiências eleitorais favoráveis à extrema-direita ao redor do mundo, fortaleceu a hipótese de Theodor W. Adorno (2020) de que há um potencial radicalismo de direita sustentado pelas contradições inerentes às democracias ocidentais. O aumento do desemprego e da inflação, as políticas afirmativas em favor dos pobres, dos negros, das mulheres e do movimento LGBTQIA+, a violência urbana vivenciada cotidianamente e a escandalização midiática dos casos de corrupção, prepararam o terreno para que Jair Bolsonaro e seus aliados conseguissem catalisar o sofrimento social e criar uma cumplicidade com as massas insatisfeitas por meio de suas propagandas.

Em sintonia com as pesquisas realizadas até o presente sobre as afetividades bolsonaristas, partimos de que o descontentamento social foi central para a mobilização da desconfiança, da exclusão, da frustração e da impotência em relação ao funcionamento da democracia liberal, reunidos na gramática conservadora, antipetista e *antiestablishment*, fundamentais para a consolidação de Jair Bolsonaro como liderança da direita brasileira. No entanto, outro fator importante para o destaque do bolsonarismo em relação a outros movimentos políticos de direita foi sua capacidade de mobilizar o medo em sua base eleitoral conservadora ao fornecer, por meio de sua propaganda, um objeto de perigo para a angústia do desamparo. O medo é o perigo diante de um objeto que ameaça o sujeito ao desamparo, isto é, a dissolução dos valores e das percepções que constituem o sujeito e o orientam na realidade (Costa, 2019).

O avanço dos movimentos feminista e LGBTQIA+ é acompanhado por mudanças culturais que afetam instituições fundamentais na vida dos sujeitos, como a família e o trabalho, e ameaçam a visão de mundo e o ideal de vida boa e justa daqueles que têm sua personalidade constituída por uma socialização conservadora-cristã – ainda que não sejam necessariamente religiosos e/ou frequentem a igreja. O sucesso eleitoral do discurso bolsonarista, então, está ligado também à sua capacidade de mobilizar a ansiedade em relação a essas mudanças ao mesmo passo em que reafirma a valorização da família e da religiosidade cristã, atributos identitários dos sujeitos que se reconhecem na direita política no Brasil (Souza *et al*, 2022).

Segundo Vital da Cunha (2020), as eleições de 2018 no Brasil foram marcadas pela acentuação de sentimentos de perigo e ameaça experimentados em pelo menos quatro planos: físico, patrimonial, moral e econômico. No plano físico/patrimonial, “o crescimento da violência armada fez com que um contingente cada vez maior de pessoas passasse a temer serem vítimas (ou se encontram traumatizadas por já o terem sido) da escalada da violência no campo e nas cidades” (Vital da Cunha, 2020, p. 138). No plano moral, os candidatos vitoriosos agitaram, por meio de suas propagandas, a ansiedade manifestada em sentimentos de desordem, insegurança e impureza frente à diversidade e à pluralidade de identidades sexuais e de gênero que emergem e desafiam a ordem social vigente. A autora acrescenta à narrativa da perda de segurança moral a perda de autoridade, seja dos pais sobre os filhos, dos maridos sobre as esposas, dos chefes sobre os subordinados, da polícia sobre os criminosos ou dos professores sobre os alunos. Por fim, no plano econômico, assistimos ao aumento da inflação e do desemprego no Brasil a partir de 2014. Esse quadro crítico foi favorável para a exploração eleitoreira de certa continuidade entre as ameaças concretas/materiais e as ameaças morais, permitindo “a exploração criativa de cenários distópicos nos quais a vida humana estaria sendo comprometida em vista da liberação do uso de contraceptivos, do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo” (Vital da Cunha, 2020, p. 138). Não é à toa que uma das principais estratégias de campanha do bolsonarismo foi a divulgação da cartilha “Escola sem homofobia”, apelidada de “kit gay”, seguida de discursos de defesa da “família tradicional”, o superdimensionamento da violência diante do crescimento dos índices de violência no campo e nas cidades, e a associação entre a crise econômica com a corrupção petista e com o socialismo/comunismo.

Assim como Trump nos Estados Unidos, explica Vital da Cunha (2020), a extrema-direita brasileira foi vitoriosa com base na exploração desse quadro de “pânico moral” através da retórica da perda e na promessa de satisfação das demandas por segurança por meio da restauração e reconstrução da pátria – uma “retrotopia”, nos termos de Bauman, que atende aos desejos de retorno a um passado imaginário no qual não havia ameaças físicas, morais e patrimoniais e as relações sociais eram harmônicas, sustentáveis e seguras. Além disso, o discurso enérgico e punitivista da extrema-direita contra a criminalidade foi importante para a construção da imagem de Bolsonaro como um homem forte capaz de garantir o retorno à segurança perdida.

Segundo Silva Junior & Mello Neto (2022), no quadro de crise econômica e política que o Brasil enfrentou ao longo da década de 2010, Jair Bolsonaro se estabeleceu como uma liderança contra a ameaça do desamparo por meio de discursos que, ao mesmo tempo, atacavam os inimigos supostamente responsáveis pela crise e respondiam ao medo da população por meio de promessas de segurança e de retorno a um passado idealizado, estabelecendo uma identidade de grupo. O mito, mártir e herói: Bolsonaro foi tomado como a figura onipotente frente à ameaça da queda em desamparo, como um protetor absoluto e destrutivo que poderia garantir segurança e proteção.

Dessa forma, a evocação dos símbolos nacionais para a manutenção da ordem, no bolsonarismo, retoma o “verde-amarelismo” que representa, como afirma Silva Junior & Mello Neto (2022), uma mobilização de defesa

ante o medo da dissolução da massa, da perda de sentido comunal e dos fantasmas de corruptores que estariam infiltrados no corpo social pervertendo-o, colocando os valores de “cabeça para baixo”, tirando a inocência das crianças nas escolas, alastrando práticas imorais e atentando contra aquilo que funda a vida comunitária, sobre os diques da sexualidade polimórfico-perversa (Silva Junior & Mello Neto, 2022, p. 11).

Essa estratégia funcionou, de acordo com Silva Junior & Mello Neto (2022), porque os momentos de crise, instabilidade e conturbação social, que colapsam as representações que antes ofereciam significado e sentido de existência aos membros de uma coletividade, podem resultar em uma configuração paranoica de sociedade – a qual passa a ser dividida entre objetos bons e maus, que se atacam mutuamente como forma de defesa contra um desamparo iminente. É nesse cenário que o discurso de Bolsonaro cresce, ganha apoio e se torna vitorioso, ao oferecer a uma parte dessa sociedade um novo projeto

centrado na luta contra os “objetos maus”, representados como a “esquerda” ou o “petismo” – significantes para a desordem cultural, moral e econômica.

Em suma, é possível afirmar que há uma complexa teia de fatores sociopolíticos e culturais que explicam a ascensão da extrema-direita no Brasil e no mundo. A confluência de um ambiente digital que favorece a massificação de ideias, a instabilidade identitária e econômica, a insatisfação popular com a corrupção e as políticas públicas e o ressentimento social resultante das desigualdades históricas contribuíram para a emergência de um discurso conservador e autoritário que explora a frustração, o medo e a insegurança para estabelecer um vínculo emocional com uma parcela significativa da população, oferecendo uma figura paternalista e protetora em Jair Bolsonaro.

CAPÍTULO 2 – A GRAMÁTICA MORAL E A ADESÃO DOS POLICIAIS MILITARES AO BOLSONARISMO

O conteúdo discursivo presente nas redes sociais dos policiais militares eleitos para a Câmara dos Deputados pode expressar, de maneira articulada, uma gramática moral que organiza os aspectos subjetivos e orienta a ação desses atores sociais. Para esclarecer essa afirmação, nesta seção buscaremos discutir o que entendemos como “gramática moral” e como ela está intrinsecamente relacionada à identidade e às ações dos agentes políticos, com base na perspectiva teórica da intersubjetividade na constituição da identidade e dos elementos subjetivos que motivam a ação social, assim como nas discussões acerca da relação entre personalidade e cultura autoritária.

A hipótese da intersubjetividade enquanto princípio para a construção da identidade está presente nas teorias críticas de diferentes autores e escolas de pensamento que se apoiam na fenomenologia hegeliana para a compreensão do “espírito” humano. Na Escola de Frankfurt, por exemplo, desde Adorno, afirma-se que os seres humanos se determinam como indivíduos através da alteridade, do processo de saída de si mesmo e de entrada na relação com os outros (Adorno, 1998, p. 240). Segundo Jaeggi (2013), a percepção original hegeliana da constituição intersubjetiva da identidade está fundamentada sobre o pressuposto de que a sociabilidade e a interação com os outros são responsáveis pela construção da identidade – ou “*self*”, “auto-imagem prática”. Apesar das divergências entre autores como Hegel, Jurgen Habermas, Axel Honneth e Charles Taylor, por um lado, e Jean Paul Sartre, Louis Althusser e Judith Butler, por outro lado, sobre as implicações da intersubjetividade na ação¹⁵, todos compartilham a ideia de que os seres humanos estão sujeitos a uma trama de relações recíprocas de reconhecimento e, portanto, a identidade é relacional e compreensível apenas a partir das relações intersubjetivas que, por sua vez, são mediadas por normas de ação. Ou seja, não há uma identidade própria anterior à relação com os outros. Por isso, nas palavras de Taylor (1997, p. 15), a identidade e a moralidade são “temas inextricavelmente entrelaçados”.

¹⁵ Jaeggi (2013) diferencia estes autores entre teóricos positivos e negativos da intersubjetividade, respectivamente. No caso das teorias positivas, a dependência do reconhecimento intersubjetivo para a constituição da identidade é vista como condição possibilitadora de liberdade e de possibilidades de ação. Já no caso das teorias negativas da intersubjetividade, essa dependência é vista como reificante e destituidora da liberdade do sujeito.

A relação intersubjetiva deve ser entendida como “um relacionamento entre separados que, ao mesmo tempo, estão referidos entre si” (Jaeggi, 2013, p. 124), ou seja, como relação de dependência e independência que se estabelece mediante a disputa. Essa ideia, construída metafisicamente por Hegel e reconstruída por Honneth (2003) a partir da psicologia social de George Herbert Mead, fundamenta-se em um conceito intersubjetivista da identidade, segundo o qual o desenvolvimento da consciência de si mesmo é precedido e determinado pela perspectiva do outro sobre a nossa ação. Conforme propõe Mead (*apud* Honneth, 2003), as referências de valores morais do outro são internalizadas e reproduzidas na relação prática quando o indivíduo se coloca na perspectiva normativa do parceiro de interação. O contínuo crescimento do círculo de parceiros de interação proporciona uma ampliação gradativa do quadro de referências do *self* do indivíduo e, a partir do processo de síntese dessas múltiplas referências, “na forma de uma interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento de todos os membros da sociedade” (Honneth, 2003, p. 135), o processo de socialização se efetiva. De forma mais clara, a partir do momento em que aprende e assume as normas de ação de um outro generalizado, o indivíduo passa a se entender como membro de um grupo social organizado ou de uma comunidade moral, adquirindo uma identidade individual.

A ideia de que a moral é um elemento estruturante da identidade e da ação dos indivíduos remonta aos primórdios da sociologia. Talcott Parsons, em uma das pioneiras tentativas de síntese das teorias sociológicas, analisa a forma como esse conceito foi tratado no desenvolvimento da sociologia e encontra dois elementos determinantes da ação social que, segundo ele, foram sintetizados por Max Weber em uma estrutura sistemática geral da ação evidenciada nos pontos estratégicos de sua obra: o elemento econômico enfatizado pelos utilitaristas e desenvolvido com maior sofisticação por Pareto, os quais tendiam a encontrar na ação uma manifestação racional de interesses individualistas e particulares; e o elemento normativo, anteriormente elaborado por Durkheim, compreendido como um “sistema de categorias estruturais relativas às ideias, rituais, instituições e valores religiosos” (Parsons, 2010, p. 898) que imprime sentido aos fins da ação e nos permite compreender a ação como resultado das coerções normativas. Mas mais do que sintetizar, segundo Parsons (2010), Weber ultrapassa as limitações do atomismo utilitarista, por um lado, e positivista, por outro, tratando a moral como interna aos indivíduos e que, portanto, representa, ao mesmo tempo, coerção e possibilidade de ação.

A filosofia disposicional de Bourdieu (1996), ao seu próprio modo, também explora a relação entre a identidade e a moralidade a partir de dois conceitos-chave: o campo e o *habitus*. O campo refere-se às estruturas objetivas da vida social diante do qual os sujeitos estão dispostos em diferentes posições. Para cada posição do espaço social há uma intersecção de forças sociais (capital econômico, capital simbólico, capital político) que, por meio de diferentes mecanismos de controle e de estratificação, estruturam os indivíduos que ali estão dispostos. Bourdieu, contudo, compreende que os indivíduos não são apenas estruturados, mas também estruturantes do espaço social. Durante o processo de socialização, os sujeitos internalizam a estrutura social e a reproduzem por meio do *habitus*, um conjunto de disposições psíquicas que condicionam a personalidade individual e as suas tomadas de decisão. Espaço social e *habitus* descrevem, em Bourdieu (1996), duas formas de controle que a sociedade exerce sobre o indivíduo: a primeira é direta e compreende uma série de instituições e regras que são obedecidas pelos sujeitos dispostos em cada posição do espaço social, cuja organização é construída e sempre disputada individual e, sobretudo, coletivamente; e a segunda compreende um processo de subjetivação que neutraliza a coerção social por meio da internalização dessas instituições e normas pelo sujeito, inscrevendo-as em seus gostos, suas preferências e sua forma de pensar, agir e tomar decisões.

Mas o que é a moral? Segundo Taylor (1997), a filosofia moral da modernidade, em geral, concentra a discussão da moralidade em seu caráter deontico, especificamente normativo, no que é certo a ser feito e na definição do conteúdo da obrigação. No entanto, apoiando-se na perspectiva da intersubjetividade, ele argumenta que o sentido da moralidade inclui a moral como, também, “objeto de nosso amor e lealdade [...], como foco privilegiado da atenção ou da vontade” (Taylor, 1997, p. 16). Ou seja, a moralidade não se refere apenas à normatividade enquanto imperativo de proibição, restrição e obrigação das vontades, mas também enquanto construtora e possibilitadora destas vontades.

Nesse sentido, a concepção de moral ampliada de Taylor (1997) inclui, além de questões relativas à “justiça e respeito à vida, ao bem-estar e à dignidade de outras pessoas” (Taylor, 1997, p. 16), as questões que alicerçam a nossa noção de vida plena, que conferem significado e satisfação à nossa própria vida, e aquelas que dizem respeito à nossa própria dignidade. A inclusão desses aspectos se justifica pelo fato de que podem ser

submetidos ao que o autor denomina como “avaliação forte”. Isso significa que podemos avaliar se os elementos relacionados a essas questões servem como base para atitudes de admiração ou desprezo a partir de uma gramática de discriminação que determina o que é correto ou errado, melhor ou pior, mais elevado ou menos elevado.

Assim, Taylor (1997), define três eixos estruturantes do pensamento moral na modernidade: i) o sentimento de respeito e obrigação diante do outro; ii) o modo de compreensão acerca do que constitui uma vida plena; e iii) as noções relacionadas com a dignidade. O primeiro se refere à crença moral de que a vida humana deve ser respeitada e, para isso, são impostas ponderáveis e sérias proibições e obrigações. O respeito, então, possui um sentido de não violação, de valorização da liberdade e do autocontrole, de priorização da evitação do sofrimento e de consideração da vida produtiva e familiar como essenciais para o bem-estar; o segundo está ligado ao modelo de vida que se anseia e que cumpre as expectativas sobre as capacidades e talentos singulares, assim como à compreensão do que constitui uma vida rica e significativa; por último, o terceiro eixo está relacionado às características do comportamento ligadas ao nosso sentido de merecer ou não merecer admiração e estima dos outros, isto é, relaciona-se ao que julgamos constituir nossa dignidade.

Nesse sentido, a moralidade é um fator-chave na formação da identidade e no direcionamento das ações dos indivíduos, e várias teorias, como as teorias críticas, a perspectiva de Bourdieu e as ideias de Parsons e Weber, contribuem para essa compreensão. Portanto, podemos afirmar que a identidade dos indivíduos está localizada no interior de uma gramática moral simbólica compartilhada que representa, por um lado, coerção e deveres normativos e, por outro lado, uma estrutura possibilitadora das formas de sentir, julgar, pensar e agir.

A partir dessa perspectiva, a investigação da gramática moral de um grupo diz respeito à investigação daquilo que Taylor denominou como “configurações” ou “ontologia moral”. Uma trama cultural e linguística de distinções qualitativas fortes na qual o sujeito está inserido e que orienta os julgamentos e as práticas de cada pessoa, dando sentido às suas reações morais. Trata-se de um pano de fundo ético que permanece, em geral, implícito ou inconsciente (Taylor, 1997). Isso porque ela não representa os desejos, crenças ou escolhas que as pessoas têm consciente e ordinariamente, mas uma linguagem de “discriminações qualitativas do incomparavelmente superior”, ou seja, aos “padrões com

base nos quais são julgados esses desejos e escolhas” (Taylor, 1997, p. 36) que existem independente dos bens e fins desejáveis pragmaticamente (*desirabilia*) e que só podem ser acessados mediante a reflexão.

A gramática moral, nesta perspectiva, é uma linguagem que antecede o indivíduo, oferecendo respostas às suas indagações morais. Ela é o elemento fundamental na construção do campo de possibilidades da experiência subjetiva, seja verticalmente, se integrando à personalidade por meio dos processos de socialização, seja horizontalmente, enquanto tradição cultural e linguística que envolve o sujeito (Souza, 2000; Taylor, 1997).

No entanto, isso não implica na consideração de que o indivíduo é ou possa ser a própria identidade da cultura. Na verdade, o indivíduo é parte de um todo, mas não pode ser considerado idêntico a esse todo. Existe uma relação dialética entre esses dois elementos, conforme aponta a discussão sobre a relação entre cultura e personalidade empenhada por Theodor Adorno. Isto significa que o indivíduo não pode ser reduzido a um elemento que internaliza, passivamente, uma gramática moral, mas deve ser concebido como uma substância cindida que internaliza essas gramáticas em um processo interno conflitante. Há, no processo de socialização, uma articulação entre a singularidade do sujeito (a personalidade) e o comum (a cultura) que nos permite compreender a identidade como constituída por meio de um vocabulário moral definido politicamente. Por isso, consideramos, como Adorno (2015), que os grupos que aderem aos movimentos autoritários não foram simplesmente coagidos ou enganados por falsas propagandas, mas sim que há neles próprios algo que corresponde às mensagens veiculadas.

Adorno (2015), que se orienta pela dialética negativa ou dialética sem síntese, argumenta que as normas sociais não podem ser inferidas do conhecimento psicológico da personalidade e também que os próprios indivíduos não podem ser considerados como “substratos da psicologia”, pois são portadores das determinações sociais que os marcam, seja em sua psicologia racional ou irracional. Portanto, há uma “divergência entre indivíduo e sociedade [que] possui uma origem essencialmente social, é perpetuada socialmente, e suas manifestações devem ser explicadas sobretudo socialmente” (Adorno, 2015, p. 81). Diante disso, Adorno opta pela insistência no particular cindido do todo para romper seu caráter monadológico e encontrar, em seu núcleo, o universal, pois o discernimento dos determinantes sociais e das estruturas pulsionais das massas só pode ser alcançado pelo conhecimento a partir da contradição. Esse posicionamento

teórico-metodológico justifica o interesse da primeira geração frankfurtiana em estudar sociologicamente a personalidade, especificamente a personalidade autoritária. Sociologicamente, pois a teoria adorniana da personalidade está intrinsecamente ligada à sua crítica da cultura ocidental moderna, evitando o psicologismo da teoria social ao considerar que as ações antissistemáticas, ou irracionais, das massas não significam contingências psicológicas, mas uma derivação da irracionalidade que complementa a razão dominante, que, por sua vez, é baseada na sobreposição da razão sobre o desejo e na reificação da natureza e das emoções humanas em favor da eficácia instrumental e da maximização dos fins perseguidos.

Pensando junto com Taylor (1997), as ações das massas que são rotuladas como “irracionais” têm suas raízes exatamente no conjunto de distinções qualitativas, de avaliações reflexivas, da configuração moral, fundamentais para a vida das pessoas e, não obstante, rejeitadas e desconsideradas pela filosofia moral das abordagens naturalista e utilitária da razão. Em outras palavras, essas ações se originam no ponto cego da razão dominante na modernidade, que está relacionado às configurações que dão sentido ao julgamento, à intuição e às reações morais ligadas às dimensões do respeito, da realização da vida humana ordinária e da dignidade, anteriormente mencionadas.

A partir de Rouanet (1983), é possível afirmar que, em Adorno, a internalização do que temos denominado como “gramática moral” refere-se à sedimentação do que o frankfurtiano denomina como estrutura de personalidade. A personalidade (ou caráter) é definida por Adorno como um sistema que filtra a assimilação ou a rejeição das ideologias – aqui compreendidas como “uma organização de opiniões, atitudes e valores, uma forma de reflexão sobre o mundo e a sociedade” (Rouanet, 1983, p. 168). Adorno entende que a personalidade é um produto histórico modelado, em grande medida, pela socialização familiar que, por sua vez, é condicionada pelas relações de produção, refletindo as condições socioeconômicas. Adorno, que se orienta psicanaliticamente, compreende a gênese social da personalidade a partir do mecanismo de *identificação*, um processo profundamente conflituoso de assimilação de ideais de comportamento socialmente reconhecidos e personificados por determinadas pessoas, como membros da família e outras figuras de autoridade presentes nas instituições sociais e no Estado.

A personalidade, segundo Adorno (*apud* Rouanet, 1983), exerce uma função epistemologicamente deformante, impondo certos conteúdos e bloqueando o acesso a

determinados fatos e conexões geradores de angústia ao sujeito. Ou seja, o conjunto de imagens ideais que são assimiladas pelo sujeito no processo de identificação guia os processos perceptivos e cognitivos que marcam a interação deste com o ambiente. Embora isso implique que a percepção e a interpretação do mundo sejam construídas a partir da projeção do sujeito, os esquemas de percepção e interpretação são compartilhados com outros sujeitos, pois, como mostram as teorias da personalidade que se apoiam na perspectiva da totalidade (Rouanet, 1983; Safatle, 2016), o desejo e a relação do sujeito com o mundo social são orientados a partir da imagem e do desejo do outro. Ou seja, ainda que a personalidade condicione a percepção da realidade pelo sujeito, esta personalidade não significa uma idiosincrasia do sujeito, pois ela é também construída e gerenciada por uma gramática moral.

Nessa perspectiva, o campo de possibilidades da experiência subjetiva não se limita à personalidade, ao imaginário ou ao *self* (Rouanet, 1983; Safatle, 2016; Taylor, 1997; Souza, 2000). A trajetória biográfica de identificações é um dos determinantes da assimilação de opiniões, atitudes e valores, mas não o único: há, além dela, a cultura, o “Simbólico”. Os mecanismos da cultura funcionam como uma linguagem que pode ser suficientemente forte para penetrar as consciências individuais, independente da personalidade, e por isso aparecem em todos os tipos subjetivos que Adorno (2019) encontrou em sua pesquisa sobre a personalidade autoritária. Como uma linguagem, a cultura é o fato social central que condiciona a possibilidade de estruturação da experiência social (Safatle, 2016). Ela é um “sistema de regras, normas e leis que determinam a forma geral do pensável” (Safatle, 2016, p. 47), elemento que Lacan denomina como inconsciente ou Simbólico, pois, apesar de as estruturas sociolinguísticas mediar as relações intersubjetivas, elas estão ocultas, de modo que estas se apresentam como relação com o outro empírico ou como ação ordinária.

Por isso, para Adorno (*apud* Rouanet, 1983), a personalidade potencialmente autoritária deve ser compreendida como resultado da interação entre um ambiente cultural propício ao preconceito e às respostas psicológicas a esse contexto. Esse ambiente cultural, ele destaca, não é produto somente das condições sociais e econômicas do sujeito, mas também das

opiniões, ideias e comportamentos que parecem ser do indivíduo, mas que na verdade não se originaram nem em sua reflexão autônoma nem em seu próprio desenvolvimento psicológico, mas resultam da circunstância de que esse indivíduo pertence à nossa cultura (Adorno *apud* Rouanet, 1983, p. 183).

Portanto, conforme destaca Rouanet (1983), Adorno admite que são os fatores objetivos da cultura que desempenham o papel decisivo, em última instância, sobre as tomadas de posição e ação do sujeito. A personalidade, ou as influências subjetivas, têm importância apenas como instância mediadora entre a cultura e as opiniões dos indivíduos, o que demonstra uma convergência com a crítica cultural que o autor desenvolveu em meados do século XX acerca da modernidade.

Nesse sentido, os aspectos cognitivos, emocionais e normativos que motivam a ação dos indivíduos são sobredeterminados pela cultura. Assim, se quisermos entender os sujeitos que se engajam em movimentos políticos radicais e autoritários, devemos nos afastar da noção de que a personalidade autoritária é um desvio psicológico e patológico de um ou outro indivíduo específico, pois este é um tipo subjetivo constitutivo da própria cultura, que se objetiva por meio das dinâmicas de socialização na família, na escola, na igreja, nos meios de comunicação de massa e, também, nos quartéis.

Isso não significa, contudo, que há uma identidade entre indivíduo e sociedade, pois, se a cultura objetiva consegue penetrar as consciências individuais, a integração dessa cultura na personalidade garante a diferenciação do conteúdo e da forma da manifestação de atitudes, opiniões e valores entre os sujeitos, assim como a manutenção da contradição entre indivíduo e sociedade. A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim (1986, p. 78) colabora com essa perspectiva na medida em que compreende que “os indivíduos não criam os padrões de pensamento segundo os quais concebem o mundo, mas os absorvem de seus grupos”, no entanto, em uma sociedade dinâmica e mutável, “os padrões de pensamento estão continuamente mudando” graças aos vários modos de expressão da personalidade, da história e dos destinos daqueles que são seus portadores sociais.

A perspectiva da totalidade ganha contornos mais específicos para uma investigação sociológica sobre os modos de serem afetados dos atores políticos engajados em movimentos políticos radicais a partir da contribuição de Campello (2022), que defende o entendimento de que os afetos são produzidos por um vocabulário social que antecede os sujeitos, um vocabulário que é definido politicamente; e que a política é, portanto, uma disputa pelos limites da nossa sensibilidade e percepção, um gerenciamento dos afetos.

Campello (2022), em seu livro *Crítica dos Afetos*, buscou discutir os critérios que devem orientar uma “avaliação normativa dos afetos”. Sua preocupação, estritamente

normativa, está relacionada a um modelo de crítica dos afetos. Em suas palavras, “trata-se de tentar compreender quais afetos são justificáveis dentro de uma teoria normativa da sociedade e qual o papel das instituições na formação ou na circulação desses afetos” (Campello, 2022, p. 23). Esse esforço reflexivo é necessário por pelo menos duas razões identificadas pelo autor. A primeira diz respeito ao caráter moralmente ambivalente dos afetos, o que impede explicitar de antemão suas diferentes potências, pois os sentimentos “não oferecem *per se* os elementos de crítica ou de noções de justiça” (Campello, 2022, p. 23, grifo do autor). A segunda está ligada ao fato de que há uma situacionalidade afetiva, pois os afetos se constituem *a priori* como identidades articuladas por meio dos vínculos de proximidade e pertencimento. Portanto, os afetos não são condição suficiente para a crítica, ou seja, não dispensam uma disputa sobre seus critérios de legitimidade. Por isso, Campello sugere redirecionar a crítica à gramática normativa que condiciona os afetos.

Nesse sentido, se quisermos compreender os sujeitos que se engajam em movimentos radicais de extrema-direita, não é suficiente identificarmos os sentimentos que mobilizam suas ações, como ódio, medo e ressentimento, pois, apesar de eles possuírem conotação negativa, não são suficientes por si só para caracterizar esses movimentos como autoritários e antidemocráticos. É necessário investigarmos a gramática moral que mobiliza esses sujeitos e que permite a manifestação desses afetos em relação aos princípios de justiça e às instituições que fundamentam a democracia ocidental. Deslocar o objeto da crítica do indivíduo para a gramática moral que o antecede e determinam a relação deste com o mundo, como propõe Hegel (*apud* Campello, 2022), significa que os afetos devem ser compreendidos a partir do vocabulário que constrói o horizonte semântico dos modos de sermos afetados para serem tratados como problema normativo e não como propriedade e identidade particular.

A partir dessa discussão, destacamos que o que entendemos como “gramática moral” são as “configurações” envolvidas nas três dimensões da vida moral elencadas por Taylor (1997). Isso significa que nos interessamos, então, pelo fundamento dos juízos, intuições ou reações morais envolvidas no sentimento de respeito e obrigação diante do outro e na compreensão acerca do que constitui uma vida plena e digna. Ou seja, pelas “discriminações qualitativas fortes” que formam o horizonte sobre o qual os sujeitos levam e compreendem a vida e tomam decisões a partir de compromissos universais e identificações particulares; pelos fundamentos da orientação dos indivíduos no espaço

moral. A partir das ideias-forças e do quadro semântico presentes nos discursos propagandeados nas redes sociais dos policiais militares bolsonaristas eleitos para a Câmara dos Deputados, buscamos discutir a gramática moral em disputa que orienta seus modos de pensar, sentir e agir e que define o que esses parlamentares e seus eleitores compreendem como fins, valores e bens que devem ser reverenciados, respeitados e admirados e aqueles que devem ser desprezados, repudiados e rejeitados.

2.1. O contexto formativo da identidade policial: ritos de passagem, guerra cultural e autoritarismo

A polícia, como uma instituição estatal de controle social da forma que a conhecemos hoje, é um resultado da democracia moderna. De acordo com Muniz & Almeida (2018), a formação da polícia acontece em paralelo com o avanço da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais. Ela tem como objetivo substituir os métodos privados e arbitrários de vigilância, perseguição e justicamento por abordagens públicas, consentidas e regulamentadas de policiamento e justiça, que servem para intervir nos métodos individuais e coletivos de resolução violenta de conflitos, assegurando a conformidade de indivíduos livres e plurais com as regras do contrato social. Nessa perspectiva, a polícia é uma instituição fundamental no jogo democrático.

No Brasil, existem 27 corporações de Polícia Militar, administrativamente subordinadas aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, consideradas forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro, com a responsabilidade de realizar o policiamento ostensivo e manter a ordem pública. Essas instituições se baseiam em princípios de hierarquia e disciplina e são regulamentadas pelos estados e pelo Distrito Federal por meio de legislação específica que dispõe sobre aspectos como idade limite, estabilidade, condições de transferência para a reserva, direitos, deveres, remuneração e prerrogativas dos militares, levando em consideração as particularidades de suas atividades, conforme estabelecido na Constituição de 1988.

O caráter militar das polícias no Brasil é um fenômeno antigo. De acordo com informações da Agência Senado (2013), as origens das polícias militares no Brasil remontam ao século XIX, quando D. João VI chegou ao país em 1808. No Rio de Janeiro, foi estabelecida a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, em conformidade com o

modelo da guarda portuguesa. A demanda por manter a ordem pública levou à formação de entidades policiais nas províncias, sendo Minas Gerais pioneira nesse processo em 1811, seguida por outras regiões. Após a proclamação da República em 1889, essas organizações receberam a designação “Corpos Militares de Polícia”, e a uniformização sob o nome “Polícia Militar” foi consolidada em 1946.

O ingresso nas corporações da PM é feito por meio de concurso público dividido entre as carreiras de praça ou oficial. A hierarquia da PM compreende os seguintes círculos, postos e graduações:

QUADRO 2 – ESCALA HIERÁRQUICA NA POLÍCIA MILITAR

HIERARQUIZAÇÃO	POSTOS E GRADUAÇÕES
	Coronel PM
Oficiais Superiores	Tenente-Coronel PM
	Major PM
	Capitão PM
Oficiais Intermediários	Primeiro-Tenente PM
	Segundo-Tenente PM
Oficiais Subalternos	Aspirante-a-Oficial PM
	Cadete PM (1º ao 3º ano)
	Subtenente PM
Praças Especiais	Primeiro-Sargento PM
	Segundo-Sargento PM
	Terceiro-Sargento PM
	Cabo PM
	Soldado PM 1ª Classe
	Soldado PM de 2ª Classe

Fonte: elaborado pelo autor a partir da Lei nº 7289/1984

Segundo Muniz & Almeida (2018), a militarização das polícias estatais brasileiras representa um desafio diante da afirmação da polícia enquanto ferramenta democrática de controle social. Esse desafio diz respeito não apenas à necessidade de implementar mecanismos eficazes de governança, responsabilização e prestação de contas para mitigar os impactos negativos das operações policiais, mas também à limitada participação e controle da sociedade civil nas polícias. No entanto, para o escopo desta seção, nos interessa sobretudo os desafios que a socialização e a racionalidade política militar impõem

à capacidade dos policiais militares de lidar com a diversidade e a pluralidade inerentes às sociedades democráticas.

Segundo Muniz, Caruso & Freitas (2018), a polícia permaneceu durante muito tempo como uma temática ausente entre os estudos sobre a violência no Brasil, sendo frequentemente tratada de forma genérica e abstrata, como um mero instrumento de reprodução da violência estatal e um aparato repressivo do Estado. “Na periferia dos interesses acadêmicos, a polícia surgia subalterna, tal como seus integrantes vindos das classes populares, um corpo sem alma e sem projetos próprios de poder” (Muniz, Caruso & Freitas, 2018, p. 151). Segundo os autores, a partir da virada do milênio, esse contexto se transforma significativamente. No contexto de redemocratização do país, a discussão sobre a violência originada do poder ilegítimo do Estado, que engloba questões como violência policial, corrupção nas forças de segurança e grupos de extermínio, começou a ganhar espaço. Isso permitiu que a polícia se tornasse uma área de estudo sociológico mais relevante, e houve um avanço notável na pesquisa sobre a polícia no campo das ciências sociais no começo do século XXI.

O levantamento bibliográfico empenhado por Muniz, Caruso & Freitas (2018) mostra que a temática da cultura organizacional concentra a maior parte das publicações do campo sociológico emergente sobre estudos policiais. Dentro dessa temática, são abordadas as visões de mundo, as práticas e saberes policiais, as representações sociais e identidades profissionais, as moralidades, as lógicas de funcionamento, os rituais e o *ethos* policial. A partir desse universo, é possível encontrar apontamentos importantes para a compreensão da adesão dos policiais militares ao bolsonarismo.

Entre os trabalhos dessa temática, a etnografia realizada por Caruso (2004) com os praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) discute um aspecto fundamental da formação subjetiva dos policiais militares: o ritual de passagem do “mundo civil” para o “mundo militar da polícia” que ocorre no treinamento institucional dos PMs recém-ingressados. Esse ritual tem como objetivo condicionar esses sujeitos para o enfrentamento das ruas por meio de instruções que, conforme observado pela autora, se alinham com a noção de disciplinarização dos corpos concebida por Michel Foucault, pois é “o corpo o *locus* privilegiado onde a marca da disciplina militar torna-se materializada” (Caruso, 2004, p. 68) ao longo da construção do policial militar. O corpo dos novos recrutas é moldado, treinado e manipulado através de restrições, proibições e obrigações,

visando preparar para obedecer sem questionar e responder habilmente aos superiores hierárquicos.

O ritual de passagem, de acordo com Caruso (2004), objetiva formatar a suposta socialização dócil do mundo civil para que se interiorize um novo vocabulário social e uma nova identidade, centrados nos valores de hierarquia e disciplina, que passarão a organizar as percepções, os pensamentos e as práticas desses sujeitos. A contrapartida dessa gramática adquirida no treinamento formal dos policiais militares, baseada na ideia de “instrução” e na produção de verdades indiscutíveis, é a reprodução de uma ideologia notadamente autoritária, punitiva e repressiva, que retira dos policiais a capacidade reflexiva diante das situações complexas que caracterizam a realidade social enfrentada nas ruas (Caruso, 2004; Kant de Lima, 2003).

A lacuna entre a formação institucional e a realidade das ruas, onde o policiamento ostensivo é executado, aponta que a formação do policial ocorre principalmente por meio da experiência prática. No entanto, isso não implica na atenuação do autoritarismo assimilado durante o processo de socialização nos quartéis. Pelo contrário, conforme observado por Caruso (2004) e por Muniz (1999), a atividade de policiamento ostensivo tende a acentuar o autoritarismo, à medida que a gramática da ameaça que é característica do “mundo das ruas” embrutece esses indivíduos e molda uma subjetividade centrada na suspeita constante, na sensação iminente de perigo e em uma expectativa ampliada de ameaça social. Esse processo progressivamente cristaliza um sentimento de desencanto em relação à vida urbana e democrática.

Os aspirantes a oficial das corporações da Polícia Militar também experienciam rituais de passagem voltados à internalização do espírito militar. Como indicado pela pesquisa conduzida por Albuquerque & Machado (2001) sobre a formação de oficiais na Polícia Militar da Bahia (PMBA), esse processo envolve procedimentos autoritários e abusivos, além da imposição de violência sobre o corpo e a ultrapassagem de limites, seguindo o rito militar do Exército Brasileiro. Os relatos apresentados pelos autores descrevem o abuso na experiência de submissão aos instrutores, que, nas palavras dos autores, “imita o suplício que, através do castigo corporal público do violador da lei do mandatário, procura demover os espectadores a cometerem novas violações” (Albuquerque & Machado, 2001, p. 225). Nessa experiência, qualquer questionamento é respondido com castigos e o uso excessivo da força por parte dos instrutores, que personificam a

arbitrariedade e o sadismo na busca pela criação de uma submissão absoluta aos superiores.

Esse cenário formativo presente nas instituições militares, que França & Gomes (2015) denominam como “pedagogia do sofrimento”, está fundamentado no que Adorno (1974) critica enquanto “ideal educacional da severidade”, na qual cultiva-se a dureza, a virilidade e a capacidade de suportar a dor ao máximo. Conforme destacado pelo frankfurtiano, esse tipo de masoquismo representa uma ameaça à democracia, pois essa concepção pode facilmente evoluir para sadismo.

A estrutura de impulsos sadomasoquistas enquanto condição e resultado do ajuste social está no cerne do que Adorno (2019) caracteriza como “síndrome autoritária”. Segundo o autor, em um contexto de socialização repressiva, a internalização do controle social é conseguida às custas de uma atitude “irracional” frente à autoridade e à sua própria agência psicológica, de modo que o sujeito pode alcançar o ajuste social apenas sentindo prazer na obediência e na subordinação. Trata-se de um processo de acomodação e submissão ao sentenciador que pode se transformar em identificação. Baseado na resolução sadomasoquista do complexo do Édipo, Adorno (2019, p. 544) afirma que “na psicodinâmica do ‘caráter autoritário’, parte da agressividade precedente é absorvida e transformada em masoquismo, enquanto outra parte é deixada ao sadismo”. O sadismo encontra vazão contra aqueles com quem o sujeito não se identifica, o outro.

A identificação do autoritário com a força bruta, a virilidade e com os estratos superiores de uma hierarquia (Adorno, 2019) nos leva a afirmar que este outro, em geral, está ligado à fraqueza, à docilidade e ao *status* de inferioridade. No caso dos policiais militares, como mostra a literatura sobre o *ethos* da PM, o outro pode ser definido a partir de diferentes gramáticas de discriminação: mundo militar/mundo civil; policiais burocráticos/policiais operacionais; oficiais/praças; superiores/subalternos; polícia/bandido; cidadão de bem/marginal etc.

Apesar de os estudos pioneiros sobre a construção da identidade dos policiais militares (Muniz, 1999; Caruso, 2004; Albuquerque & Machado, 2001) pressuporem que a formação escolarizada e não escolarizada (da prática nas ruas) desses sujeitos formata completamente as socializações primárias vivenciadas no âmbito do mundo civil para forjar uma nova identidade, o estudo etnográfico de Rodrigues (2023), realizado com estudantes de um curso preparatório para o concurso de praças da PMERJ, mostra que, na

verdade, os rituais e os espaços de formação contribuem mais no sentido de reorganização e complexificação de representações e modelos simbólicos e valorativos que já estavam presentes na identidade civil pretérita à entrada dos policiais nas corporações.

Segundo Rodrigues (2023), as polícias militares representam um veículo importante de ascensão social para os estratos socioeconômicos subalternizados da sociedade brasileira. Dessa forma, as motivações para a escolha da carreira policial, conforme aponta a literatura sobre essa questão, estão geralmente ligadas aos sentidos vocacionais ancorados na ideia de aptidão ou de um chamado transcendental para a profissão, bem como aos fatores pragmáticos relacionados à busca por estabilidade financeira. Independentemente da motivação específica, a opção pela carreira policial não é algo aleatório, mas está vinculada a trajetórias de vida que compartilham afinidade com o universo simbólico da PM, seja por experiência nas Forças Armadas, atuação na segurança privada ou proximidade com PMs reformados ou da ativa.

Dessa forma, explica Rodrigues (2023), nas interações cotidianas no âmbito civil entre os indivíduos que escolhem a carreira de policial militar, há um consumo significativo de símbolos associados ao universo das corporações de PM. Nas palavras do autor, esses atores devem ser encarados como agentes “dotados [...] de toda uma subjetividade prévia à entrada na polícia, que é capaz de fomentar ações de adesão e/ou resistência aos constrangimentos e/ou desembaraços impostos pelas estruturas sociais que sustentam a corporação” (Rodrigues, 2023, p. 132). Essa subjetividade comporta certa gramática moral que permite aos candidatos à PM compreenderem o mundo de modo semelhante, por meio de valores comuns acerca de política, família, religião, direitos humanos, armas, sexualidade, entre outros temas.

Nesse sentido, não é possível afirmar que as corporações forjem personalidades autoritárias por meio de uma socialização totalizante. O processo formativo, em especial os ritos de socialização militar, aprofundam, na verdade, as tendências autoritárias presentes na subjetividade dos indivíduos que optam pela carreira de policial militar por meio de suas pedagogias do sofrimento.

A formação do “ser policial” e, especialmente, os ritos de socialização militar discutidos até aqui, que combinam disciplina e hierarquia com abusos de autoridade, demonstram que, na contramão das novas técnicas de controle dos corpos que avançam no capitalismo neoliberal, a governamentalidade baseada em rígidos imperativos restritivos

ainda é hegemônica dentro das corporações de polícia militar. Apesar dessa contradição, Andrade (2021) e Lima *et al.* (2022) apontam que é possível, sob o ponto de vista cognitivo, encontrar um alinhamento entre a racionalidade política que guia os militares e o *ethos* neoliberal por meio de diversos modos de interação entre a emergência do neoliberalismo no período pós-redemocratização e a ideologia da guerra cultural, que busca identificar e perseguir inimigos internos – uma herança da ditadura militar no Brasil que permanece nos currículos das academias militares brasileiras.

Segundo Andrade (2021), com o advento da Guerra Fria e a fundação da Escola Superior de Guerra em 1949, a “segurança interna” ganhou espaço na Doutrina de Segurança Nacional frente à ameaça de ação indireta do comunismo. A ideia de ação indireta refere-se à noção de que a disputa entre as duas superpotências na Guerra Fria envolve a dimensão de guerra não declarada sob a forma de conflito ideológico e psicológico entre partes da população no interior de um país, que pode ser inflamado e se desdobrar em uma guerra revolucionária contra as políticas de Estado. Para evitar essa situação, advogou-se por medidas de combate aos considerados “inimigos internos”, que, por agirem de modo oculto, poderiam potencialmente ser qualquer pessoa da população, sendo necessário o desenvolvimento de sistemas de vigilância, informação e repressão para o controle político interno e a contenção das manifestações consideradas subversivas. Ou seja, a posição do inimigo é indeterminada, vazia e plástica, o que alimenta uma desconfiança permanente em relação à população. Dessa forma, durante a Ditadura Militar, “toda e qualquer oposição ao governo, independentemente de ser ou não comunista, passava a ser vista como uma atividade subversiva a ser combatida militarmente, suspendendo direitos e garantias dos cidadãos, vistos então como ameaças à ordem” (Andrade, 2021, p. 4).

Andrade (2021) explica que essa plasticidade permitiu que, na ausência de uma reforma estrutural profunda das Forças Armadas e das Polícias Militares, a racionalidade da guerra ao inimigo interno adentrasse na Nova República, mantendo-se a concepção de que a reivindicação de direitos por parte da população e dos movimentos sociais representam ameaça à ordem. Mais do que isso, com a legitimação da atuação político-partidária de esquerda, a guerra às drogas e ao crime organizado elegeu um novo inimigo interno, encontrado nas favelas, nas periferias e nos bairros pobres, que passou a justificar a gestão militarizada da pobreza no contexto neoliberal. Nesse sentido, os

militares passaram a ter como objetivos “lidar com as crises sociais, conter os movimentos mais combativos da redemocratização, adaptar-se à demanda norte-americana de guerra às drogas e combater o crime organizado que se estruturava desde a década de 1980” (Andrade, 2021, p. 8), atuando no sentido de abrir espaço para a neoliberalização em um contexto de aumento das demandas democráticas, de crise econômica, de contenção dos gastos públicos e de aumento da violência urbana.

Segundo Andrade (2021), na segunda fase do neoliberalismo brasileiro, que caracteriza os governos petistas e pode ser considerado como um arranjo que Nancy Fraser denomina de “neoliberalismo progressista”, ocorreram múltiplas e variadas hibridizações entre a lógica militar de guerra ao inimigo interno e o *ethos* do mercado. Por um lado, o autor aponta que a lógica militar, que inicialmente se concentrava na segurança pública e na luta contra o tráfico de drogas e o crime organizado, acabou se tornando parte integrante de um projeto mais amplo fundamentado na figura do “empreendedor de si mesmo” como um ideal normativo e que tinha como objetivo tanto a pacificação por meio do empreendedorismo quanto a abertura, a formalização, a regulamentação e o impulsionamento de mercados em áreas urbanas marginalizadas.

Por outro lado, Andrade (2021) discute um segundo aspecto que nos interessa mais diretamente nesta pesquisa: a incorporação da racionalidade liberal, das técnicas de gestão empresarial e de concorrência administrada, na gestão da segurança pública. A partir de 2018, começou a ser implementado um processo de informatização da atuação policial com o propósito de reorganizar as tensões entre as diversas forças de segurança pública. Por meio do sistema operacional dos *softwares*, buscou-se introduzir a normatividade empresarial nos programas de ação e nos parâmetros de atuação em segurança pública, submetendo as atividades rotineiras de operação policial, como atendimento a chamadas e ocorrências, à lógica da concorrência e de aumento da eficiência em termos quantitativos por meio de metas. Apesar da promessa de transformação do modo de pensar a segurança pública, o que observou-se foi a permanência da lógica militarizada de operação de guerra no meio urbano, gestando um “modelo gerencial-militarizado, que combina a tradição autoritária, hierárquica e intervencionista das polícias e instituições de segurança e militares com um modelo de organização inspirado na literatura e em cursos de administração de empresas” (Cardoso, 2019, *apud* Andrade, 2021, p. 13).

Além disso, Andrade (2021) afirma que os militares se tornaram público-alvo dos *think tanks* neoliberais, em função da transição do anticomunismo dos intelectuais defensores da Ditadura Militar para a defesa do livre mercado. Essa mudança surgiu como estratégia de oposição às políticas de ampliação da cidadania no período democrático, pois ela permite a formação de uma aliança contra a esquerda enquanto inimigo em comum. O autor também menciona o fato de que a formação dos militares em cursos de pós-graduação em administração pública e de empresas a partir dos anos 2000, juntamente com as missões de paz internacionais e as operações de pacificação no Brasil, que – naquele caso – visavam reconstruir países seguindo o modelo de democracias de livre mercado, contribuíram para a aproximação dos militares com a lógica de gestão neoliberal e a mentalidade empreendedora das classes médias gerenciais.

Conforme argumenta Andrade (2021), a confluência entre a lógica da guerra interna e a governamentalidade neoliberal contribuiu significativamente para a virada autoritária assistida no Brasil a partir de 2013. Em primeiro lugar, porque a crise econômica mobilizou uma radicalização das classes médias em defesa do mercado contra as políticas sociais, o que teve como consequência seu apoio ao recrudescimento de narrativas baseadas na lógica da guerra contra o inimigo interno. O inimigo passou a ser compreendido como os beneficiários dos programas sociais, que se tornaram alvos de condenação moral, e os partidos e militantes de esquerda, criminalizados e estigmatizados como corruptos. Além disso, em segundo lugar, porque os militares passaram a reagir contra as medidas de controle democrático sobre suas instituições, resgatando o discurso “anticomunista” – remodelado como “antipetismo” e “antibolivarianismo” – para justificar a militarização do Estado e o aprofundamento das reformas neoliberais.

Sobre o segundo aspecto, Andrade (2021) afirma que, após a redemocratização, os grupos de extrema-direita continuaram a exercer influência nos quartéis, disputando a hegemonia de seus projetos políticos e desempenhando um papel significativo na formação interna das instituições militares e nos Clubes Militares, apesar de terem permanecido silenciosos ao longo das últimas décadas. O silêncio desses grupos foi rompido devido à tentativa do governo petista de revisar o passado autoritário dessas instituições e de promover reformas democráticas em suas estruturas. Essas medidas foram recebidas com desconfiança, e muitos militares as receberam como confirmação das teorias conspiratórias

sobre a tentativa de cooptação e partidarização dos militares, a exemplo do chavismo venezuelano.

A partir disso, explica Andrade (2021), os militares de extrema-direita, sob a bandeira do patriotismo e guiados pela lógica da guerra contra os comunistas, voltaram a protagonizar a cena política brasileira, disputando a memória do regime militar e resgatando publicamente “a afirmação do valor e dos valores da ditadura, apresentando inversamente o período de redemocratização como passível de desconfiança por sua corrupção e por sua suposta ‘conspiração gramsciana’” (Andrade, 2021, p. 18). A conspiração gramsciana refere-se ao discurso do “marxismo cultural”, segundo o qual os comunistas têm como nova estratégia de revolução o aparelhamento das instituições de cultura, educação, jornalismo e entretenimento para a destruição dos valores e das tradições ocidentais.

Segundo Andrade (2021), o “marxismo cultural” foi o significante vazio que viabilizou a aproximação estratégica dos militares com os movimentos da nova direita neoliberal. Esse arranjo permitiu a ampliação da lista de inimigos internos de modo que fosse possível incluir os novos movimentos sociais, a grande imprensa, universidades, escolas, artistas e todos os partidos políticos refratários à ideologia da militarização e do livre mercado. Além disso, possibilitou a transportação da estratégia de guerra para os campos virtuais, onde as redes sociais são utilizadas para construir e difundir a imagem do “inimigo” a ser combatido. E, por fim, constituiu um projeto militar e conservador com o objetivo de aparelhamento do Estado para a construção de uma hegemonia cultural conservadora, uma medida inseparável das reformas neoliberais do Estado na medida em que funciona para desmontar a influência da esquerda no funcionalismo público e proteger o capitalismo das supostas ameaças marxistas. Em outras palavras, esse projeto militar visa moldar a cultura e as instituições do Estado de acordo com ideais conservadores, ao mesmo tempo em que promove políticas de livre mercado e Estado mínimo.

Embora Andrade (2021) esteja discutindo, sobretudo, o alinhamento dos militares das Forças Armadas ao neoliberalismo, vale destacar que as noções cognitivas de “guerra cultural” e “marxismo cultural” estão presentes, em larga medida, no saber acadêmico produzido pelas academias de Polícia Militar no Brasil. Segundo Lima *et al.* (2022), a proposta de institucionalização das ciências policiais, que foi formalizada em 2017, marca a consolidação de uma tentativa de deslegitimar o conhecimento científico sobre segurança

pública produzido fora das instituições policiais. Essa proposta buscava estabelecer o monopólio das instituições policiais sobre o ensino, a pesquisa e a discussão sobre segurança pública, com base na ideia de que apenas os profissionais policiais teriam a autoridade necessária para produzir conhecimento científico sobre segurança pública e polícias no Brasil.

Segundo Lima *et al.* (2022), no contexto de ampliação do impacto midiático dos estudos sobre a segurança pública produzidos no campo das ciências sociais, a concepção de ciência policial surge enquanto reação e contraponto político, epistemológico e instrumental, protagonizado pelos oficiais das PMs, às pesquisas sobre segurança pública realizadas nas universidades em colaboração com a sociedade civil, profissionais da segurança pública, juristas e políticos profissionais. Essas pesquisas foram desacreditadas e vistas como influenciadas por ideologias de esquerda, sendo interpretadas como elementos de uma suposta “guerra cultural”.

A análise empreendida por Lima *et al.* (2022) sobre a “Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública” – RIBSP, considerado o maior *think tank* das ciências policiais produzidas nas corporações de Polícia Militar, mostra que este segmento surge a partir da consideração de que faltava um conhecimento científico apropriado e rigoroso sobre ser e fazer polícia, não contaminado por ideologias de “esquerda” e que tivesse os policiais como protagonistas enquanto produtores do conhecimento científico sobre a própria polícia. No entanto, o que se observa nos artigos publicados é a distorção analítica de sociólogos como Émile Durkheim e Max Weber em defesa de propostas punitivistas contra criminosos, assim como uma estratégia discursiva que se confunde com os ideólogos neoconservadores, como Olavo de Carvalho, envolvendo teorias conspiratórias e negacionistas, incluindo a tese de que “a decadência do Ocidente é motivada pela ‘guerra cultural’ produzida por uma intelectualidade corrompida por ensinamentos revolucionários/socialistas” (LIMA *et al.*, 2022, p. 15), da qual deriva uma proposta de solução para a criminalidade centrada no monitoramento da contribuição dos entes federativos, da mídia, das universidades e da classe política, para a “degradação cultural” da população.

Por fim, a discussão apresentada demonstra que a investigação da gramática moral dos policiais militares bolsonaristas é de fundamental importância à medida que revela as complexas interações entre a cultura organizacional desses profissionais e as

transformações políticas e sociais no Brasil. A formação militar, permeada por rituais de passagem baseados na disciplina rígida, agrava os elementos de uma subjetividade autoritária que se manifesta em atitudes punitivas e na desconfiança constante em relação ao outro. Esse modelo de socialização, combinado à narrativa da “guerra cultural” e do “marxismo cultural”, historicamente presente na formação cognitiva dos militares e que recentemente ganhou força nas instituições militares contribuiu para a participação dos PMs no cenário político, os quais se alinham às ideias neoliberais e neoconservadoras em direção ao bolsonarismo.

2.2. A cultura policial no Brasil: ordem, tradição e ethos masculino

Muniz (1999) aponta que a trajetória dos policiais militares no patrulhamento das ruas contribui para uma visão desencantada e apocalíptica em relação às mudanças sociais que caracterizam a vida política democrática. A própria existência de outras formas de socialização e de agregação social que ultrapassam as instituições familiares, educacionais e religiosas são vistas como lastros de desagregação e adoecimento social que ameaçam a moral pública e os bons costumes e produzem o aumento da criminalidade e da desarmonia social. Além disso, afirma a autora, as queixas contra a “grande mídia” e ao excesso de liberdade propiciada pela vida moderna se orientam pela nostalgia de um suposto período, que possivelmente nunca existiu, no qual não havia conflitos entre sociedade e polícia, assim como em que a “polícia era mais respeitada pelo cidadão de bem e temida pelos marginais da lei” (Muniz, 1999, p. 232).

Essa nostalgia contribui para uma atitude reativa diante do medo produzido pela violência e pela criminalidade vivenciadas nas grandes cidades brasileiras, adotada tanto pelos policiais militares que fazem o policiamento ostensivo nas ruas, quanto pela população que é afetada por esse fenômeno (Zaluar, 2019). Na contramão das soluções contra a violência defendidas pelos especialistas em segurança pública, um levantamento feito pelo Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/Unicamp, publicado em 2014, mostra que grande parte da população atribui a criminalidade à maldade das pessoas, aponta a falta de policiamento como a principal causa da criminalidade e concorda com a redução da maioria penal e que o uso de drogas deve continuar sendo criminalizado. O

levantamento também aponta para uma ampla margem de pessoas favoráveis à pena de morte – 43% dos entrevistados.

Além disso, como sugere Zaluar (2019), há um entrelaçamento entre as questões relacionadas à segurança pública e as questões ligadas ao conservadorismo moral, pois, diante do “medo do bandido” e dos estigmas ligados ao convívio em comunidades violentas, desde o final do século XX, cada vez mais moradores das periferias brasileiras têm buscado proteção em igrejas neopentecostais – uma medida de alienação e isolamento em seus próprios problemas individuais e de ascensão social. Esse fenômeno contribui para a ascensão de uma sociologia baseada na “demonologia” transcendental (Zaluar, 2019) e na “batalha espiritual” (Albernaz, 2011), na qual criminosos, inimigos, rivais, estranhos e diferentes são classificados como agentes do demônio, ou como entidades diabólicas, que devem ser sacrificados em favor do restabelecimento da ordem social abençoada por Deus.

Os candidatos políticos oriundos das corporações policiais militares se apresentam, então, como porta-vozes privilegiados, por um lado, de opiniões avessas à ampliação da democracia no sentido de inclusão e valorização da diversidade e, por outro lado, da noção persecutória e punitiva de restauração da ordem pública presente na cultura em razão dos seus *status* de combatentes da criminalidade, sendo eficazes em manipular o medo, a revolta, a desconfiança e o ressentimento vingativo para conquistar votos nas eleições por meio de discursos que mobilizam a agenda da redução da maioria penal, da ampliação do quadro de efetivos policiais, da intensificação da repressão violenta ao crime e de pautas comportamentais alinhadas ao conservadorismo moral (Zaluar, 2019; Berlatto, Codato & Bolognesi, 2016).

É importante destacar que, não obstante o cruzamento entre os discursos punitivistas da segurança pública e a agenda conservadora-cristã, é possível encontrar disputas entre esses campos semânticos no interior do próprio bolsonarismo. Paula & Messenberg (2023), ao analisar as matérias jornalísticas produzidas pela “Folha Universal”, distribuídas pela Igreja Universal do Reino de Deus, mostram que essa igreja neopentecostal compartilha com o bolsonarismo o enquadramento do problema da violência no Brasil, culpabilizando o Partido dos Trabalhadores (PT) pelo cenário de guerra observado na violência urbana e defendendo a narrativa de desvalorização da figura do policial, contudo, diverge do idealismo punitivista conservador do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados em favor de uma agenda de punição ressocializadora.

Outro fator que contribui para a angústia em relação às recentes mudanças provocadas pelos novos movimentos sociais entre os policiais é o sexismo, ou machismo, presente de forma expressiva na cultura policial. Segundo Muniz (1999), esse traço tem a ver tanto com o histórico *ethos* masculino da força quanto com o ingresso tardio das mulheres nas corporações policiais, de modo que a virilidade e os valores atribuídos a ela são características predominantes no *self* dos organismos policiais e no mito do “policial-herói”. O culto do comportamento masculino idealizado molda o mundo policial na medida em que a noção de passividade ou feminilidade são capazes de representar um perigo simbólico e moral para a força e de determinar o grau de prestígio entre os irmãos de farda. Disso decorre a vaidade em relação à competência sexual dos policiais, a suposta adesão incondicional às práticas heterossexuais ilícitas e informais e a aversão à homossexualidade.

Segundo Muniz (1999), a intensa atração da cultura policial de rua pelo convencionalismo e por aquilo que é enquadrado na “normalidade”, juntamente com seu compromisso moral de manter uma suposta “ordem natural” das situações e indivíduos, amplifica os preconceitos enraizados na sociedade, conferindo-lhes uma ênfase mais dramática, especialmente porque são aplicados em suas operações cotidianas de policiamento. Dessa forma, a autora afirma que as desigualdades na distribuição de estima, reconhecimento e respeito social entre os diferentes indivíduos e grupos dentro da sociedade constitui a fundação sociológica das gramáticas que orientam os policiais.

O apego ao tradicionalismo e à “ordem natural” e a aversão à homossexualidade dentro da cultura policial, mencionados por Muniz (1999), contribuem para que os policiais se alinhem a ideologias políticas neoconservadoras que reforçam uma visão sexista dos papéis de gênero, promovem a heteronormatividade e prometem restaurar uma ordem percebida como perdida.

2.3. Da polícia à política: a cidadania de bem e atuação dos policiais políticos

Conforme podemos concluir da discussão acima, a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 não foi capaz de suprimir completamente a configuração moral e cognitiva desenvolvida no período da ditadura militar no Brasil, especialmente dentro dos quartéis, tanto das Forças Armadas quanto das polícias militares. O que houve, na verdade, foi um

processo de integração desta configuração àquelas do contexto pós-redemocratização, marcado por outros paradigmas e desafios sociais, políticos, tecnológicos e econômicos. Esse processo pode ser observado nas características da crescente participação de ex-policiais e ex-militares no campo da política institucional, que ganhou fôlego a partir das eleições de 2014.

No caso dos ex-policiais militares políticos, o estudo de Carvalho (2017) sobre a “Bancada da Bala” da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2015-2018), composta por um grande número de ex-profissionais de segurança pública, nos mostra que estes se tornaram agentes importantes no empreendedorismo moral favorável ao processo neoliberal de construção de um Estado punitivo, que concentra esforços em uma concepção de segurança pública detida no âmbito criminal em detrimento de políticas de justiça social, ampliação de acesso a direitos e prevenção da violência.

Segundo Carvalho (2017), o restabelecimento da democracia não implicou em diminuição dos índices de criminalidade, tampouco dos índices de violações aos direitos humanos, criando um cenário de reivindicações por mais segurança que ganhou força a partir das manifestações de junho de 2013. Nesse contexto, a polícia passa a ser demandada, por um lado, por uma atuação mais cidadã e, por outro lado, por uma resposta mais enérgica (e autoritária) contra a criminalidade – o que pode ser observado em uma série de pesquisas que demonstram o apoio da população a medidas punitivistas contra criminosos. Demandas paradoxais que revelam uma tensão entre diferentes expectativas sobre o trabalho policial.

Embora não haja uma unanimidade entre os policiais militares sobre o papel da polícia, os estudos sobre essa questão (Carvalho, 2017; Grossi Porto, 2021; Poncioni, 2005, 2007, 2014) nos mostram que, na formação da identidade desses profissionais, predomina uma concepção de que ser policial significa garantir a manutenção da ordem por meio do combate ao crime, do protagonismo em uma atividade de pacificação social e do heroísmo em uma guerra diária. É justamente essa perspectiva do combate que sobressai entre os policiais militares que abandonam os quartéis e as ruas para disputar uma vaga no parlamento, em geral posicionando-se à direita política (Berlato & Codato, 2014), de maneira que o capital político desses atores é construído por meio da exaltação da moralidade e da experiência profissional de enfrentamento de crimes (Carvalho, 2017).

Nesse sentido, é possível afirmar que esses atores são mais sensíveis às demandas populistas por medidas punitivistas do que às demandas de especialistas por uma polícia cidadã. A pesquisa de Grossi Porto (2021) sobre as identidades e práticas policiais na PMDF aponta que os policiais militares se ressentem da falta de reconhecimento social e, por isso, ficam vulneráveis a orientar suas práticas para um sentido reativo e violento a fim de sanar a angústia da falta de prestígio social. Essa face da discussão leva ao predomínio do discurso punitivista e *antiestablishment* dos PMs na política como uma defesa do próprio trabalho, como uma forma de dizer que a insegurança não se deve à falta de trabalho da polícia ostensiva nas ruas, mas à falta de condições legais para que a impunidade, elencada como força motriz da violência, seja impedida. Assim, eles se inserem na política como mercadores contra o sistema “bandidólatra” e se apoiam na experiência profissional como habilidade para construir políticas de segurança mais eficientes, em contraste com os outros atores que constroem políticas de segurança enquadradas pelos direitos humanos a partir de teorias desligadas da prática real, ou seja, a partir do “saber de ar-condicionado”.

Diante disso, ao mesmo tempo em que projetos de lei como o da redução da maioria penal e o de revogação do Estatuto do Desarmamento ganharam visibilidade e contribuíram para o recrudescimento da extrema-direita no Brasil em 2015, os policiais políticos emergiram massivamente, evocando a autoridade policial de suas carreiras progressas para se apresentarem como heroicos e corajosos “guardiões do bem, da ordem e da moral, em constante contato com o bandido, um antagonista representativo do mal, da desordem e da violência” (Carvalho, 2017, p. 45). A lógica do inimigo interno sustenta suas campanhas e atuação política por meio do antagonismo entre “cidadão de bem”, o trabalhador, o “pai de família”, o cristão, *versus* o bandido, o “vagabundo”, o usuário de drogas. Seguindo a perspectiva de Howard Becker, Carvalho (2017) argumenta que aqueles que eram “impositores da regra” nas ruas, responsáveis por fiscalizar o cumprimento das leis, passam a figurar como “cruzadores morais” que atendem às demandas de criação de regras mais duras para garantir segurança, fundamentando-se em suas próprias experiências como policiais em defesa do “cidadão de bem”.

Nesse sentido, explica Carvalho (2017), os policiais políticos se engajam em uma reconfiguração simbólica que reafirma suas experiências e narrativas institucionais anteriores, evidenciada pela conservação de suas patentes nos nomes adotados na esfera

política, pela narrativa de suas vivências como policiais e, no limite, pela continuidade do uso da farda, como exemplificado pelo deputado federal Capitão Augusto (PR/SP), que utiliza o uniforme militar no Congresso Nacional. Essa reconfiguração simbólica funciona tanto para associar o parlamentar à sua instituição de origem, tornando-os inseparáveis, quanto para distanciá-lo de um ambiente percebido como decadente ou corrupto, como é o caso do Congresso Nacional.

O estudo de Lima (2022) sobre a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO na 56ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2019-2022) destaca que os policiais políticos foram um dos protagonistas da maior taxa de renovação do Congresso Nacional desde a redemocratização, que ocorreu nas eleições de 2018 com 52% de renovação na Câmara dos Deputados e 76% no Senado Federal, fenômeno relacionado à eleição de Jair Bolsonaro e ao recrudescimento do bolsonarismo. Nessa eleição, 42 policiais e militares das Forças Nacionais foram eleitos para a Câmara dos Deputados, um aumento significativo em relação aos 14 eleitos em 2014. Esses novos parlamentares rapidamente se destacaram como estrelas da CSPCCO e parte relevante da base de apoio ao presidente Bolsonaro na Câmara.

Segundo Lima (2022), a Operação Lava-Jato, um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal com o objetivo de apurar esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro da classe política brasileira, foi um vetor importante para o crescimento de candidaturas bem-sucedidas de policiais políticos. Nas palavras da autora, “a frustração da população brasileira com escândalos de corrupção espetacularizados parece simbolizar na eleição destes policiais políticos a transformação da política em um assunto de polícia” (Lima, 2022, p. 101). Nesse sentido, em um contexto de crise política, os policiais souberam se apresentar como “guardiões da moral”, heróis fardados com a missão de combater o crime nas ruas e na política. Esse fenômeno é problemático na medida em que resulta em uma inversão das funções da polícia previstas na Constituição de 1988. Enquanto no modelo constitucional a polícia é uma força que deve garantir a autoridade e o mandato coletivo da política, os discursos dos policiais políticos promovem um deslocamento no qual a política se transforma em objeto de controle da polícia e, ao mesmo passo, em instrumento para a ampliação da capacidade repressiva do Estado por meio do reforço da autoridade da polícia.

A captura do tema da segurança pública pelos policiais políticos, aponta Lima (2022), foi uma tendência marcante do aumento expressivo dos ex-policiais e ex-militares eleitos como deputados em 2018. Para a autora, isso se relaciona com uma gramática política institucional que compreende as forças armadas e as forças de segurança pública como protagonistas políticos armados e autônomos sempre prontos a restaurar uma ordem pública, social ou racial ameaçada. Essa situação decorre, por um lado, da ausência ou ineficiência dos instrumentos de controle social sobre esses agentes e instituições, (im)previstos na Constituição de 1988. Por outro lado, contribuem para essa dinâmica as dificuldades da sociedade brasileira em disciplinar os agentes de segurança em razão da falta de reconhecimento do racismo enquanto vetor de sentidos da cidadania brasileira. Lima (2022), ao discutir o estudo de Muniz & Patrício (2018) sobre os paradigmas da segurança pública na Nova República, afirma que desde a redemocratização a segurança pública foi encarada como monopólio da polícia e uso repressiva da violência “inquestionável”. Essa visão é sustentada por meio de uma gramática de cidadania tutelada e excludente com vista ao embranquecimento da sociedade brasileira, na qual o controle social opera ora mediante o encarceramento e assassinato de indivíduos perigosos (extermínio e exclusão), ora mediante a domesticação desses indivíduos perigosos (transformação moral e salvacionismo). Dessa forma, as forças policiais alcançaram protagonismo político sobretudo nas micropolíticas do cotidiano dos brasileiros.

É justamente a linguagem estabelecida nessas micropolíticas que é transportada para o âmbito da política institucional por meio do sucesso eleitoral dos agentes de segurança. Apesar de a narrativa da “guerra cultural” contra o comunismo persistir na formação cognitiva dos militares brasileiros, é sobretudo o seu entrelaçamento com a enunciação das fronteiras à cidadania e da gramática do punitivismo que as candidaturas dos policiais militares se fortaleceram com o fenômeno bolsonarista. Como mostra Lima (2022), as narrativas dos policiais políticos da CSPCCO sobre seus combates são construídas a partir do antagonismo entre o “cidadão de bem” e o “bandido”, na qual o “bandido” é reconhecido como sujeito excluído de direitos, como representação da maldade e do perigo que devem ser combatidos em nome da “força e da honra”. Mas quem é o cidadão de bem e quem é o bandido?

Lima (2022) argumenta que, embora os policiais políticos não apresentem uma definição clara acerca do que seria a “cidadania de bem”, seus discursos nos permitem

afirmar que sua fronteira com a bandidagem se nutre do imaginário escravocrata, de modo que pode ser definida como uma continuidade da violência escravocrata sustentada pela não cidadania de negros, indígenas e mestiços – quase sempre representados como bandidos em potencial. Para ilustrar essa ideia, é interessante uma análise da autora sobre a distinção simbólica de valores acerca das armas no discurso dos policiais políticos, na qual ela afirma que a hostilidade branca e caucasiana é interpretada como legítima defesa, enquanto a do negro é vista como ameaça. “Nas mãos de negros, o fuzil é ameaça que justifica a execução; mas nas mãos de uma estadunidense grávida, o mesmo fuzil é inspiração para a realização da audiência pública ‘mulheres armadas se defendem melhor’” (Lima, 2022, p. 295).

O “mito do cidadão de bem”, segundo Lima (2022, p. 299), é um sistema de representação nacional, reverberado pelos policiais políticos, que funde “elementos universalizadores da democracia racial com aspectos deterministas do mito das três raças”. Ela explica que a cidadania de bem é uma sistematização que retoma crenças do passado sobre territórios predominantemente negros gerarem sujeitos desviantes e monstruosos, para os quais a cidadania não é uma possibilidade. Além disso, essa gramática constantemente enfatiza a singularidade do momento atual, alardeando ameaças contínuas, aumento da violência e casos criminais chocantes, enquanto apela para a negação do racismo por meio do discurso de democracia racial, culpando o movimento negro e a esquerda por supostamente serem responsáveis pela reprodução do racismo para ganho de capital político.

Lima (2022) demonstra que a ideia de cidadania de bem evocada pelos policiais políticos está relacionada à instrumentalização da violência enquanto linguagem que comunica as hierarquias sociais que estruturam a sociedade brasileira e distinguem racialmente os corpos que podem ou não ser violados. E, para a autora, a violação é desejada porque é lucrativa. Há um mercado da violência com o qual a atividade policial está profundamente vinculada em que trocas econômicas, políticas e morais são negociadas por meio do clientelismo, da oferta de proteção aos mercados ilegais, de extorsão mediante o recurso da força (Misse, 2008 *apud* Lima, 2022) e da oferta de representações da violência (Lima, 2022).

Apresentando-se como parlamentares investidos na missão de corrigir um mundo de valores invertidos, os policiais políticos analisados por Lima (2022) exerciam, na

CSPCCO em 2019, o papel de legitimar e legalizar narrativas que permitam o reconhecimento da apropriação privada da violência como ato de heroísmo, quando a apropriação é feita tanto por um “cidadão de bem” quanto por um agente de segurança em nome do “cidadão de bem” (Lima, 2022). Ou seja, sob a bandeira da segurança pública, a atuação dos policiais políticos eleitos em 2018 inclinou-se, nos termos de Muniz (2018), em direção à defesa dos “mecanismos particulares, desiguais, discriminatórios e excludentes de proteção” em detrimento dos “dispositivos públicos, igualitários e inclusivos de segurança pública” (Muniz & Almeida, 2018, p. 997).

Nesse sentido, a atuação dos policiais políticos voltada prioritariamente para os debates acerca da segurança pública revela um terreno fértil de ascensão do bolsonarismo no Brasil, ou seja, as desigualdades e tensões raciais e os limites que estas impõem ao paradigma de cidadania proposto pela Constituição de 1988. A dinâmica das discussões legislativas protagonizadas por esses atores, estudadas por Carvalho (2017) e Lima (2022), reflete um conjunto de fragilidades constitucionais na gestão e na formação policial, que alimenta uma visão autoritária da segurança pública e, ao mesmo tempo, concentra o monopólio da discussão desta temática em seus agentes e instituições. Assim, no contexto de acirramento do debate sobre a violência urbana, a maior parte desses policiais, ao ingressarem na política, adotam um posicionamento de direita, capitalizando sua experiência anterior como símbolo de moralidade e eficiência na luta contra o crime e se distanciando das demandas por uma polícia mais cidadã, em favor de medidas punitivistas que favorecem o neoliberalismo e a construção de um Estado punitivo.

O discurso dos policiais políticos, centrado na polarização entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, reforça uma narrativa de heroísmo e moralidade, enquanto perpetua estereótipos raciais que marginalizam determinados grupos sociais e contribuem para a faceta mais autoritária do bolsonarismo, que é a busca por legitimação de fronteiras entre corpos e territórios que são considerados cidadãos e os que estão sujeitos ao estado de exceção. O sucesso de suas candidaturas atesta que, como afirma Lima (2022), esse discurso não se trata de uma idiosincrasia de policiais militares bolsonaristas. Há, nas gramáticas de socialização da sociedade brasileira, uma demanda por representações da violência, um desejo de se ver protegido pela força, capazes de oferecer uma possibilidade de estabilidade e amparo no contexto de uma cidadania marcada pela insegurança.

CAPÍTULO 3 – OS POLICIAIS MILITARES BOLSONARISTAS E SUAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Nas eleições de 2022, foram eleitos 16 policiais militares para a Câmara dos Deputados. Entre eles, 13 podem ser considerados bolsonaristas-raíz devido à vinculação de suas campanhas a Jair Bolsonaro. São eles: Alberto Fraga, Cabo Gilberto, Capitão Alberto Neto, Capitão Alden, Capitão Augusto, Capitão Derrite, Coronel Assis, Coronel Fernanda, Coronel Meira, Coronel Ulysses, Junio Amaral, Sargento Fahur e Sargento Gonçalves. Segundo os dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral – TSE, a maioria destes parlamentares são homens (92%), brancos (77%), com idade média de 46 anos, casados (77%) e possuem ensino superior completo (92%); 10 desses atores disputaram as eleições pelo partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, Partido Liberal – PL, 2 pelo União Brasil – UB e 1 pelo Partido Social Democrático – PSD.

QUADRO 3 – DADOS SOBRE OS PARLAMENTARES ANALISADOS

#	Nome Urna	Partido	UF	Faixa etária ao ser eleito	Gênero	Cor/Raça	Estado Civil	Grau de Instrução
1	Alberto Fraga	PL	DF	61-70	Masculino	Branco	Viúvo	Superior completo
2	Cabo Gilberto	PL	PB	41-50	Masculino	Branco	Casado	Superior completo
3	Capitão Alberto Neto	PL	AM	31-40	Masculino	Branco	Casado	Superior completo
4	Capitão Alden	PL	BA	41-50	Masculino	Pardo	Solteiro	Superior completo
5	Capitão Augusto	PL	SP	51-60	Masculino	Branco	Casado	Superior completo
6	Capitão Derrite	PL	SP	31-40	Masculino	Branco	Casado	Superior completo
7	Coronel Assis	UB	MT	41-50	Masculino	Pardo	Casado	Superior completo
8	Coronel Fernanda	PL	MT	41-50	Feminino	Branco	Casado	Superior completo
9	Coronel Meira	PL	PE	61-70	Masculino	Branco	Casado	Superior completo
10	Coronel Ulysses	UB	AC	41-50	Masculino	Preto	Casado	Superior completo
11	Junio Amaral	PL	MG	31-40	Masculino	Branco	Casado	Superior completo
12	Sargento Fahur	PSD	PR	51-60	Masculino	Branco	Solteiro	Ensino fundamental completo
13	Sargento Gonçalves	PL	RN	31-40	Masculino	Branco	Casado	Superior completo

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Além disso, um levantamento feito durante esta pesquisa aponta que a maior parte deles são oficiais nas corporações de origem (69%), sendo 1 tenente-coronel, 4 coronéis e

4 capitães. Entre os praças, temos 2 sargentos e 2 cabos. Predominam entre os parlamentares aqueles que ocupam uma vaga no legislativo federal pela primeira vez (54%).

QUADRO 4 – HISTÓRICO CORPORATIVO E POLÍTICO DOS PARLAMENTARES

#	Nome Urna	Postos	Graduação	Nº de mandato
1	Alberto Fraga	Oficial	Tenente-Coronel	Quarto
2	Cabo Gilberto	Praça	Cabo	Primeiro
3	Capitão Alberto Neto	Oficial	Capitão	Segundo
4	Capitão Alden	Oficial	Capitão	Primeiro
5	Capitão Augusto	Oficial	Capitão	Terceiro
6	Capitão Derrite	Oficial	Capitão	Segundo
7	Coronel Assis	Oficial	Coronel	Primeiro
8	Coronel Fernanda	Oficial	Coronel	Primeiro
9	Coronel Meira	Oficial	Coronel	Primeiro
10	Coronel Ulysses	Oficial	Coronel	Primeiro
11	Junio Amaral	Praça	Cabo	Segundo
12	Sargento Fahir	Praça	Sargento	Segundo
13	Sargento Gonçalves	Praça	Sargento	Primeiro

Fonte: elaborado pelo autor

A caracterização desses parlamentares chama a atenção pela predominância de homens brancos e oficiais. Sobre o recorte de gênero, uma explicação possível para essa desigualdade está na constituição tanto da polícia quanto da política como espaços tradicionalmente masculinos. Na atual legislatura da Câmara dos Deputados (2023-2026), apenas 17,7% das cadeiras são ocupadas por mulheres, totalizando 91 parlamentares. Apesar disso, essa é a legislatura com a maior representação feminina na história do Brasil. Nas polícias militares, a situação é semelhante, com as instituições sendo caracterizadas por estereótipos de gênero e por identidades profissionais alinhadas ao modelo de masculinidade juvenil, aventureira, audaciosa e viril, que favorecem a exclusão das mulheres (Muniz, 1999). Um estudo recente do FBSP (2024) revela que as mulheres representam apenas 12,8% do efetivo das PMs no país.

A única policial militar alinhada com Bolsonaro eleita em 2022 foi a *Coronel Fernanda*, cuja candidatura foi impulsionada pelo próprio Jair Bolsonaro. No entanto, sua

base de apoio político estava mais vinculada à igreja evangélica do que aos quartéis. Rúbia Fernanda Diniz Siqueira nasceu em Cuiabá – MT, em 13 de novembro de 1974, e ingressou na Polícia Militar do Mato Grosso em 1996, como aluna oficial. Fernanda é advogada especializada em direito penal, ciências criminais, administração pública e segurança pública¹⁶. Apresentada como policial militar, cristã evangélica e mulher, sua carreira política iniciou em 2020, quando disputou a eleição suplementar ao Senado Federal em razão de um convite feito por Jair Bolsonaro, seu principal cabo eleitoral. Até então desconhecida pelo público mato-grossense, ela não conseguiu ser eleita, mas ficou em segundo lugar na disputa¹⁷. Em 2022, ela se candidatou para a Câmara dos Deputados e foi eleita com o apoio de Jair Bolsonaro e dos fiéis da Assembleia de Deus Madureira¹⁸. Suas principais bandeiras políticas apresentadas foram o apoio a Jair Bolsonaro no Congresso Nacional, a segurança pública, a renovação política e a representação das mulheres.

Em relação ao aspecto racial, é interessante notar que, embora os policiais militares sejam majoritariamente não brancos (Sena, 2021), os espaços de poder são ocupados predominantemente pelos policiais militares brancos. Esse fenômeno se apresenta tanto dentro das corporações, onde observamos a predominância de brancos no oficialato e de não brancos no círculo de praças (Sena, 2021), quanto na composição racial dos que entram na política, que tendem a ser brancos, refletindo a composição étnica predominante no parlamento. Mesmo ao considerarmos todos os 16 policiais militares eleitos, e não apenas os que denominamos como bolsonaristas-raiz, a predominância branca persiste entre os deputados policiais militares (62,5%). Na 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2023-2026), apenas 134 dos parlamentares são pretos ou pardos, o que equivale a aproximadamente 26% do total.

A presença massiva dos oficiais, por sua vez, pode ser compreendida em razão da estrutura hierárquica da Polícia Militar. Enquanto os praças exercem, em geral, funções operacionais características do policiamento nas ruas, os oficiais são privilegiados em

¹⁶ Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=467927¬icia=tenente-coronel-irma-de-desembargador-e-apontada-como-candidata-de-bolsonaro-ao-senado>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/politica-de-mt/bolsonaro-entra-na-disputa-e-lana-coronel-fernan-da-ao-senado-veja-vdeo/610042>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.rdnews.com.br/blog-do-romilson/conteudo/conteudos/162493>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

cargos de comando, chefia e direção das corporações (Muniz, 1999), o que os favorece em termos de visibilidade e construção de capital político com as tropas.

Entre os policiais militares bolsonaristas-raíz veteranos, eleitos antes da onda bolsonarista de 2018, temos 2 oficiais: o Tenente-Coronel *Alberto Fraga* e o *Capitão Augusto*. O primeiro, João Alberto Fraga Silva, nasceu em Estância – SE, em 02 de junho de 1956. cursou a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e a Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro, em 1981, onde conheceu Jair Bolsonaro. O currículo de Fraga inclui educação militar nas academias de polícia militar de Minas Gerais, Santa Catarina e Alagoas, além de formação em Educação Física e Direito. Ele entrou para a Polícia Militar do Distrito Federal em 1994, assumindo o comando de diversos batalhões até sua aposentadoria em 1996 como tenente-coronel.

Segundo dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC¹⁹, Fraga iniciou sua carreira política no final dos anos 1990. Em 1997 atuou como assessor parlamentar, defendendo os interesses da PM no gabinete da Polícia Militar dentro do Congresso Nacional, e foi presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal entre 1998 e 1999. Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em 1998, disputou as eleições para deputado federal e foi eleito como suplente. Nas eleições de 2002, conseguiu ser eleito para deputado federal e foi reeleito em 2006. Ao longo de seus mandatos, atuou como oposição ao Partido dos Trabalhadores – PT, expondo documentos que sugerem uma ligação entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc e o PT e liderando a campanha “NÃO”, que se opunha ao referendo sobre a proibição de venda de armas no Brasil em 2005. Em 2007, Fraga assumiu a Secretaria de Transportes do Distrito Federal do governo de José Roberto Arruda, cargo que ocupou até 2009. Em 2010, disputou a eleição para o Senado Federal, no entanto, não conseguiu se eleger.

Nas eleições de 2014, Fraga voltou para a Câmara dos Deputados como o deputado mais bem votado do Distrito Federal, tendo obtido mais de 155 mil votos. Ao longo do seu mandato, foi líder da “Bancada da Bala”. Disputou o cargo de governador nas eleições de 2018, mas não foi eleito. Retornou à Câmara dos Deputados nas eleições de 2022.

A trajetória de Alberto Fraga também é marcada por diversos problemas judiciais. Segundo reportagem da “Exame”, em setembro de 2018, Fraga foi condenado a quatro

¹⁹ Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fraga-alberto>>. Acesso em: 01 mar. 2024

anos, dois meses e vinte dias de prisão em regime semiaberto por supostamente ter recebido propina de 350 mil reais para viabilizar um contrato entre a cooperativa de ônibus Coopertran e o governo, quando era Secretário de Transportes. O deputado também enfrentou acusações em 2011, quando a Polícia Civil apreendeu um revólver e 289 munições de uso restrito em um *flat* atribuído a ele. Em 2013, foi condenado a quatro anos de prisão em regime aberto, pena convertida posteriormente em serviço comunitário. Além disso, Fraga se envolveu em polêmicas, como acusações infundadas contra o juiz que o condenou e a publicação de informações falsas sobre a vereadora Marielle Franco, resultando em uma representação por quebra de decoro, que foi posteriormente arquivada²⁰.

O segundo parlamentar, José Augusto Rosa, nasceu em Ourinhos – SP, no dia 04 de outubro de 1966. Segundo Bauru (2018), Augusto iniciou sua carreira na Polícia Militar do Estado de São Paulo em 1988, servindo em várias funções até ser promovido a Capitão da PM, em 2009. Entre 2009 e 2013, exerceu a função de comandante da 1ª Cia do 31º BPM/I e, posteriormente, assumiu a Chefia de Seção de Pessoal. O parlamentar disputou uma vaga na Câmara dos Deputados em 2002 e 2010, no entanto, não foi eleito. Em 2014, filiou-se ao Partido Liberal (PL), por meio do qual se candidatou e foi eleito deputado federal, conseguindo se reeleger em 2018 e em 2022²¹.

Capitão Augusto é um dos principais símbolos da instrumentalização da atividade policial para fins políticos. Ao longo dos seus mandatos, Augusto se destacou por ter sido o primeiro parlamentar a trabalhar com uma farda de solenidades, e com muitas medalhas de condecorações penduradas em seu traje. Além disso, criou o Partido Militar Brasileiro – PMB, um partido assumidamente de direita, que se apresenta como originário da antiga Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido que deu sustentação aos presidentes militares durante a Ditadura Militar²².

Conforme declarado em seu site oficial, Capitão Augusto foi o primeiro militar a presidir a Comissão de Segurança da Câmara, sendo eleito duas vezes para esse cargo. Ele

²⁰ Disponível em: <https://exame.com/brasil/quem-e-alberto-fraga-aliado-de-bolsonaro-que-foi-ao-topo-do-twitter/>. Acesso em: 01 mar. 2024.

²¹ Disponível em: https://sapl.bauru.sp.leg.br/pyse/download_materia_pyse?cod_materia=MTY1NTE5&texto_original=1. Acesso em: 05 mar. 2024.

²² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/deputado-da-pm-que-circula-de-farda-pela-camara-cria-partido-militar-cujo-numero-pode-ser-64-15314782>. Acesso em: 05 mar. 2024.

recebeu a medalha cinquentenário de 37 unidades da Polícia Militar e foi condecorado pelo Exército, Aeronáutica e Ministério da Defesa, além das polícias militares de Brasília e do Acre. O Capitão Augusto possui mais de 50 títulos de Cidadão Honorário de cidades do interior de São Paulo e é considerado o Patrono dos Rodeios no Brasil. Ele liderou, na Câmara, os governos dos presidentes Michel Temer e Bolsonaro, além disso, liderou o Partido Liberal por oito anos consecutivos (2015-2023) e atualmente é vice-presidente nacional do Partido Liberal, o mesmo partido de Jair Bolsonaro. Augusto foi o relator da Lei Orgânica das Polícias e Bombeiros Militares.

Em 2018, na onda bolsonarista, 6 dos atores analisados foram eleitos para um mandato legislativo, sendo 4 na Câmara dos Deputados, 1 na Assembleia Legislativa da Paraíba e 1 na Assembleia Legislativa da Bahia: *Capitão Alberto Neto*, *Capitão Derrite*, *Junio Amaral*, *Sargento Fahur*, *Cabo Gilberto* e *Capitão Alden*, respectivamente. Entre esses, é importante mencionar que todos eles possuem uma presença influente nas redes sociais²³ e que utilizaram intensamente essas plataformas para viabilizar suas campanhas eleitorais, de modo que podem ser considerados “policiais celebridades” nas redes sociais.

Alberto Barros Cavalcante Neto, o Capitão Alberto Neto, nasceu em 5 de maio de 1982, em Fortaleza – CE, mas construiu sua trajetória profissional e política em Manaus – AM. Alberto Neto iniciou sua carreira como professor de matemática e logo depois ingressou na carreira militar, como Sargento Controlador de Voo da Aeronáutica. Em 2011, tornou-se cadete da Polícia Militar do Amazonas – PMAM, onde atingiu o posto de Capitão. Sua formação acadêmica é ampla, incluindo bacharelado em Segurança Pública pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Direito pela UNICID, além de pós-graduações em Gestão Pública, Ciências Jurídicas, Docência no Ensino Superior, e Gestão Pública aplicada à Segurança Pública. Enquanto policial militar, Alberto Neto passou a utilizar as redes sociais como ferramenta de aproximação dos policiais com as comunidades, tornando-se uma figura pública. Em 2018, foi eleito para o seu primeiro mandato político, como deputado federal do Amazonas, com cerca de 107 mil votos, priorizando a segurança pública como sua principal bandeira e defendendo reformas

²³ Durante a pesquisa, foi elaborado um *ranking* dos policiais militares bolsonaristas mais influentes nas redes sociais por meio da média simples obtida a partir dos números de seguidores no *Facebook*, *Instagram* e *X* e do número de visualizações no *YouTube*, atualizados em dezembro de 2023. Dessa forma, observamos que os parlamentares mais influentes são, em ordem decrescente: Sargento Fahur, Capitão Derrite, Cabo Gilberto, Capitão Alberto Neto, Capitão Alden, Capitão Augusto, Junio Amaral, Coronel Ulysses, Coronel Assis, Alberto Fraga, Coronel Meira, Coronel Fernanda e Sargento Gonçalves.

punitivistas no sistema penitenciário e na legislação penal. Sua candidatura foi motivada, segundo o próprio parlamentar, pela sensação de estar “enxugando gelo” em razão da impunidade. Alberto Neto também se apresenta como um defensor da família e dos valores cristãos. Ele tem dois filhos, frutos do seu primeiro casamento, e atualmente é casado com a soldado da PM Fernanda Rodrigues²⁴. No seu primeiro mandato como parlamentar, tornou-se vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

Guilherme Muraro Derrite, nascido em 10 de outubro de 1984, em Sorocaba – SP, entrou para a Polícia Militar de São Paulo em 2003 e obteve o título de Bacharel em Ciências Sociais e Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Em 2006, Derrite ingressou como aspirante a oficial na Polícia Militar e, em 2018, foi promovido a capitão. Ao longo de sua carreira, ele liderou diversos pelotões da PM, incluindo o Pelotão da ROTA de 2010 a 2013 e o pelotão de Força Tática no 49º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano em 2013. Entre 2013 e 2014, Derrite coordenou o módulo específico do curso de formação de soldados do CPA/M-5, contribuindo para a formação de mais de mil soldados da Polícia Militar. Posteriormente, após aprovação em concurso interno, ingressou no Corpo de Bombeiros, onde comandou postos do 2º Grupamento de Bombeiros da Capital²⁵. Em 2018, foi eleito deputado federal pela primeira vez, sendo reeleito em 2022 para um segundo mandato. Durante sua atuação na Câmara dos Deputados, ocupou a posição de vice-líder do Governo e destacou-se ao obter a aprovação do Projeto de Lei 6.579/2013, de sua autoria, que visa abolir as saídas temporárias de presos no Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2023, assumiu o cargo de secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, nomeado pelo governador Tarcísio de Freitas.

A carreira militar de Derrite é marcada por diversas polêmicas. Segundo a “Folha de São Paulo”, Derrite foi afastado da ROTA em razão do grande número de confrontos e de pessoas mortas em serviço. Além disso, ele já defendeu que é “vergonhoso” para um policial não ter ao menos “três ocorrências” por homicídio no currículo. Sua atuação como policial militar gerou popularidade nas redes sociais, especialmente por sua defesa das ações policiais que resultam em mortes de suspeitos em confrontos, que o transformou em uma voz proeminente em defesa da legislação que endurece o tratamento penal contra o crime. Em suas redes sociais, que acumulam milhões de seguidores, ele frequentemente

²⁴ Disponível em: <https://sapl.cmm.am.gov.br/media/sapl/public/materialegislativa/2023/50054/pdl_009_2023_capitao_carpe_alberto_netto.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

²⁵ Disponível em: <<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/newsitem.html?id=5e3f2c4d54d943117eea6298>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

compartilha vídeos, identificando a página “CPFSCancelados”, nos quais elogia tanto policiais quanto civis que utilizam armas em situações com suspeitos, especialmente quando o desfecho é fatal²⁶.

Junio Amaral, por sua vez, apesar de ter iniciado sua incursão na política a partir de sua carreira na polícia, desenvolveu uma trajetória política relativamente independente dessa origem. Nascido em 30 de junho de 1987, em Belo Horizonte – MG, Geraldo Junio do Amaral é o líder do movimento conservador Direita Minas, formado em 2015 durante os protestos que demandavam o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Entrou para a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG em 2007²⁷. Junio Amaral, filho de uma dona de casa e de um pequeno comerciante local, testemunhou o fechamento do negócio da família devido a assaltos frequentes. Crescendo em um ambiente onde seus amigos se envolviam com o tráfico de drogas e enfrentavam mortes prematuras, decidiu ingressar na PM para combater a criminalidade, mas ficou desiludido com o sistema processual e penal pouco rigoroso. Com o objetivo de aprofundar seus conhecimentos jurídicos, matriculou-se no curso de Direito da PUC, em Contagem. No entanto, desapontou-se com a suposta “ideologia de esquerda” presente na universidade, que, segundo ele, retrata o policial como opressor e o criminoso como vítima da sociedade. Admirador de Jair Bolsonaro desde 2013, quando o conheceu em uma entrevista, fundou o Direita Minas dois anos depois e criou a página “Cabo Junio Amaral”, que se tornou a sua principal plataforma eleitoral. A intenção da página era contestar, sob a perspectiva policial, a versão dos casos policiais frequentemente apresentada pela mídia, conforme afirmado por Junio Amaral. Em 2018, filiado ao PSL, foi eleito deputado federal, graças à sua visibilidade nas redes sociais e ao apoio da militância de direita²⁸.

Gilson Cardoso Fahur, mais conhecido como Sargento Fahur, é natural de Londrina – PR e nasceu em 6 de novembro de 1963. Ingressou na Polícia Militar do Paraná em 1983 e atuou nos últimos anos de sua carreira policial na Rondas Ostensivas Tático Móvel – Rotam. Fahur ganhou visibilidade em todo o país devido ao êxito em operações sob sua

²⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/chefe-das-policias-de-sp-foi-retirado-da-rotta-por-excesso-de-mortes-em-servico.shtml>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

²⁷ Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/minas-na-esplanada/ativista-de-direita-deputado-nao-quer-atuacao-de-g-elatina-1.2125499>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

²⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/19/eleit-os-citam-acao-nas-redes-sociais-e-desejo-pelo-novo.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

liderança e à abordagem firme enquanto policial militar rodoviário, destacando-se por significativas apreensões de drogas que repercutiram nos meios de comunicação local e nacional. Além disso, tornou-se amplamente conhecido por seu carisma e suas declarações incisivas em entrevistas a veículos de imprensa, especialmente aquelas direcionadas contra o narcotráfico, que viralizaram nas redes sociais. Em 2014, Fahur disputou as eleições, mas não foi eleito. Em maio de 2015, o programa humorístico “Pânico na Band” introduziu o personagem cômico “Sargento Fagur”, inspirado no policial paranaense e interpretado pelo humorista Márvio Lúcio dos Santos Lourenço. O personagem retornou à atração em abril de 2017. No mesmo ano, após 35 anos de serviço na corporação, o policial paranaense entrou para a Reserva Remunerada da Polícia Militar do Estado do Paraná, em conformidade com a aposentadoria compulsória prevista na legislação estadual²⁹.

Em 2018, Fahur se candidatou novamente à Câmara dos Deputados e alcançou uma vitória expressiva no Paraná, recebendo aproximadamente 315 mil votos. Durante a campanha, destacou-se por expressões marcantes, como “vagabundo tem que levar cacete no lombo e bala no rabo” e “bandido no caixão, alegria no meu coração”. Atualmente, o Sargento Fahur é reconhecido como um dos parlamentares federais mais engajados nas redes sociais, onde compartilha vídeos com cenas de ações policiais, confrontos e encorajamentos à violência contra suspeitos de crimes³⁰.

Em relação a Gilberto Gomes da Silva, um dos deputados que transitaram das assembleias estaduais para a Câmara Federal, ele nasceu no dia 01 de abril de 1981, em Santa Rita – PB, mas mudou-se com sua família para João Pessoa – PB com um ano de idade. Ingressou na polícia militar em 2002 e foi promovido a patente de Cabo em 2013. Formou-se em direito pela Unipê, em 2014. Além do trabalho operacional exercido na PMPB, Cabo Gilberto trabalhou no Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, no estado do Rio de Janeiro, fazendo a segurança do Morro do Alemão durante os jogos olímpicos em 2016 e no Presídio de Pedrinhas no Maranhão. Ele afirma que “sempre estive à frente na luta por melhorias da Polícia Militar, tendo por isso sofrido muita

²⁹ Disponível em: <https://www.jcorreiodopovo.com.br/sem-categoria/quem-e-sargento-fahur-o-deputado-federal-campeao-de-votos-no-parana/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

³⁰ Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/pesquisa-os-deputados-influencers-que-dominam-as-redes-sociais#google_vignette e <https://noticias.r7.com/cidades/facebook-permite-pm-aposentado-compartilhar-videos-de-tortura-23042018>. Acesso em: 05 mar. 2024.

perseguição do governo socialista [da Paraíba] à época, e respondido a inúmeros processos judiciais” (Cabo Gilberto Silva, 2022)³¹. Em 2014 candidatou-se para o cargo de deputado estadual da Paraíba e, em 2016, para o cargo de vereador de João Pessoa – PB, não conseguindo se eleger. Em 2018, elegeu-se deputado estadual pelo Partido Social Liberal – PSL.

Alden José Lázaro da Silva, por sua vez, nasceu em Salvador – BA, no dia 15 de abril de 1980. Alden se apresenta como filho de professores. Atuou como policial militar da Bahia por mais de 20 anos e se considera “um dos maiores especialistas na área de segurança pública no estado, possuindo especialização em prevenção da violência, promoção da justiça, segurança e cidadania, especialização em análise criminal e, atualmente, é mestrando em ciências da educação” (Capitão Alden, 2022)³². Em 2018, foi eleito deputado estadual da Bahia como um representante de Jair Bolsonaro e dos conservadores baianos “insatisfeitos com o sistema”. Segundo Porto (2020), Alden foi eleito para a Assembleia Legislativa da Bahia graças ao destaque do PSL no cenário político nacional e à sua consolidada carreira dentro da PMBA. Além disso, o parlamentar se tornou conhecido após lançar, em 2012, a “Cartilha de Orientação Policial de Tatuagens: Desvendando Segredos”. Esse catálogo ilustrado tem como objetivo fornecer um relatório visual da criminalidade nas penitenciárias do estado e do país, apresentando desenhos tatuados acompanhados por explicações sobre a relação com diferentes modalidades de crimes³³. A cartilha foi impressa pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia e distribuída para os policiais militares, além de ter sido utilizada por outras instituições policiais e penais do Brasil.

Além da *Coronel Fernanda*, apresentada acima, outros 4 policiais militares bolsonaristas ocuparam, pela primeira vez, um cargo eletivo, sendo 3 coronéis e 1 sargento: *Coronel Assis*, *Coronel Meira*, *Coronel Ulysses* e *Sargento Gonçalves*. Todos os coronéis já desempenharam a função de comandante-geral das corporações de origem, enquanto o Sargento Gonçalves alcançou visibilidade ao protagonizar um motim ilegal na PMRN.

Jonildo José de Assis nasceu em Cuiabá – MT, em 16 de abril de 1976. Coronel Assis ingressou na Polícia Militar em 1995 e trabalhou em diversos setores, como proteção

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xt1H7gz_tGo>. Acesso em: 01 mar. 2024.

³² Disponível em: <<https://capitaoalden.com.br/biografia/>>. Acesso em: 01 mar. 2024

³³ Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-pm-da-bahia-descobriu-como-lidar-com-a-violencia-criminal-izou-as-tatuagens/>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ambiental, operações especiais (BOPE), polícia comunitária e segurança de fronteira. Entre 2017 e 2019 foi secretário-adjunto de Integração Operacional (SESP) e comandou a Polícia Militar do estado do Mato Grosso de 2019 a 2022. Durante sua atuação como comandante-geral, contribuiu para a expansão das escolas militarizadas em Mato Grosso, desenvolveu a Patrulha Maria da Penha e implementou o Patrulhamento Rural Georeferenciado. Considerado um fenômeno das redes sociais, Coronel Assis se candidatou a deputado federal em 2022 e foi eleito com a bandeira da segurança pública e do combate à impunidade, apresentando-se como um especialista experiente no enfrentamento à criminalidade³⁴.

Luiz de França e Silva Meira, ou Coronel Meira, nasceu em Camaragibe – PE, em 07 de janeiro de 1958. Ingressou na Polícia Militar de Pernambuco – PMPE em 1979. No primeiro governo de Eduardo Campos, em 2007, Meira atuou como comandante-geral da PMPE. Anteriormente, em 2005, ele ocupou a posição de comandante no Batalhão de Choque da PM e ganhou notoriedade na cidade de Recife como um policial da “linha dura” por ter aplicado uma “gravata” em um estudante que participava de um protesto contra o aumento da tarifa de ônibus³⁵. Em 2014, Meira disputou uma cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco, mas não foi eleito. Em 2018, com o apoio de Jair Bolsonaro, ele concorreu sem sucesso ao cargo de governador do Pernambuco, com o lema “cadeia ou cova para bandidos”. Em 2022, finalmente conseguiu ser eleito para a Câmara dos Deputados com as bandeiras da segurança pública e da geração de emprego e renda.

Ulysses Freitas Pereira Araújo, conhecido como Coronel Ulysses, nasceu em Cruzeiro do Sul – AC no dia 19 de outubro de 1972. Oriundo de família de militar e evangélica, Ulysses iniciou sua carreira militar no Exército Brasileiro, aos 17 anos. É conhecido por ter sido, aos 19 anos, o Tenente mais novo do Brasil e, aos 25 anos, também o Capitão mais novo do Brasil³⁶. Em 1992, integrou a Polícia Militar do Acre – PMAC, desempenhando papéis significativos ao longo de sua trajetória, como fundador e líder da Companhia de Operações Especiais (COE), comando do BOPE e de diversos batalhões

³⁴ Disponível em: <<https://www.ftnbrasil.com.br/politica-e-eleicoes/pre-candidato-coronel-assis-entra-na-politica-com-a-finalidade-de-mudar-as-normas-penais-no-congresso/11885>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

³⁵ Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2018/07/candidato-ao-governo-de-pernambuco-quer-militarizar-escolas-no-estado.html>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

³⁶ Disponível em: <<https://acrenews.com.br/da-infancia-humilde-e-cruzeiro-do-sul-a-referencia-em-seguranca-publica-o-caminho-do-deputado-federal-cel-ulysses/>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

motorizados. Exerceu funções como Comandante do Policiamento Operacional na capital e interior, Chefe do Estado Maior e Subcomandante-Geral da PMAC, além de ocupar os cargos de Corregedor Geral da PM e Comandante-Geral da PMAC. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Acre, Ulysses também possui especializações em Segurança Pública obtidas em diversos estados brasileiros e experiências internacionais em Portugal, Espanha, França, Itália, Israel e Estados Unidos. Além da sua carreira militar, Coronel Ulysses é empresário no ramo da segurança privada e vigilância patrimonial³⁷. Com a bandeira da segurança pública e a defesa do respeito ao policial, Ulysses se candidatou ao cargo de governador do Acre pelo PSL em 2018, mas não foi eleito.

Por fim, Evandro Gonçalves da Silva Junior nasceu em Campina Grande – PB no dia 27 de fevereiro de 1984. Gonçalves ingressou na Polícia Militar do Rio Grande do Norte em 2004. Ele se descreve como “cristão evangélico, policial militar e professor [...], potiguar por adoção, casado e pai de três filhas”³⁸. Gonçalves é formado em Educação Física pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – RN e chegou a lecionar no município de Natal. Sua visibilidade surgiu em 2018 quando protagonizou a invasão da Governadoria do Rio Grande do Norte em protesto contra atrasos salariais e condições precárias de trabalho³⁹. Naquele mesmo ano, candidatou-se a deputado federal, motivado pelo que descreve como “um chamado de Deus para cumprir uma missão”, mas não foi eleito. Suas principais bandeiras são segurança pública, valores cristãos, família, educação e legítima defesa.

A caracterização dos policiais militares bolsonaristas eleitos revela que eles não apenas aderiram ao bolsonarismo, mas também desempenharam um papel fundamental na sua construção. Isso é evidenciado pelo fato de que muitos desses parlamentares ocuparam cargos de liderança no governo de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados e no Partido Liberal – PL, como são os casos de Capitão Alberto Neto, Coronel Augusto e Capitão Derrite. Além disso, outros parlamentares foram eleitos tendo como principal plataforma

³⁷ Disponível em: <https://acrenews.com.br/empresario-bem-sucedido-coronel-da-pm-especializado-em-diversas-areas-da-seguranca-ulysses-araujo-conta-ao-acrenews-como-conheceu-jesus/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

³⁸ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fIMxiVpTqtH3hSrL2XruCyrh50OY9Q7q/view>. Acesso em: 05 mar. 2024.

³⁹ Disponível em: <https://defato.com/cesarsantos/59886/pm-invade-a-governador-e-pede-interveno-federal-no-rn>. Acesso em: 05 mar. 2024.

política o apoio a Jair Bolsonaro, como o Cabo Gilberto, Capitão Alden, Coronel Meira e Coronel Fernanda.

Também é importante mencionar a contribuição das redes sociais enquanto plataforma eleitoral dessas figuras políticas. Apesar de Sargento Fahur ser o caso mais emblemático, visto que ele é um dos deputados federais mais influentes na *internet*, muitos outros construíram suas bases de eleitores por meio das redes sociais, incluindo Capitão Alberto Neto, Capitão Derrite e Junio Amaral. Outro meio significativo de acumulação de capital político, particularmente adotado pelos oficiais, é o avanço na carreira dentro das corporações da Polícia Militar, com destaque para a passagem pelo comando-geral dos batalhões. Com exceção da Coronel Fernanda, que alcançou visibilidade em razão do recrutamento feito pelo próprio Jair Bolsonaro, todos os outros coronéis eleitos pela primeira vez em 2022 foram comandantes-gerais, alguns às vésperas das eleições, como o Coronel Ulysses e o Coronel Assis.

Por fim, antes de passar para a análise dos discursos dos policiais militares bolsonaristas, o sucesso de candidaturas como a de Sargento Fahur, Capitão Derrite e Coronel Meira, que conquistaram popularidade ao celebrar eventos violentos em cenas de crime ou ao se envolverem em atos de truculência contra manifestantes, reflete a demanda por demonstrações de violência por parte de seus eleitores em nome da segurança. Dadas a formação e a experiência profissional dos policiais militares, é esperado que suas plataformas políticas e agendas priorizem questões relacionadas à segurança pública. No entanto, o que se observa é a representação de uma promessa específica de segurança pública, baseada na gramática violenta e punitiva contra aqueles que são reconhecidos como inimigos da ordem. No contexto de polarização moral do debate público, há uma relativização das representações de violência que se apresenta claramente na dinâmica política desses atores. Da mesma forma que Coronel Meira foi reverenciado por ter aplicado uma “gravata” contra um estudante que manifestava contra o aumento das tarifas de ônibus, outro policial, Sargento Gonçalves, que invadiu a governadoria do Rio Grande do Norte durante o mandato da petista Fátima Bezerra, em um protesto ilegal, foi aclamado como herói. A questão central é que, para o eleitorado desses parlamentares, aquele que é reconhecido como “cidadão de bem” pode cometer atos de violação impunemente e sem se deslocar de sua posição no mundo, pois se os comete é para se defender dos bandidos.

Dessa forma, a natureza dos atos violentos parece ter pouca importância, desde que sejam direcionados contra quem consideram seus inimigos.

3.1. A gramática moral dos policiais militares bolsonaristas

A análise dos sentidos normativos observados na descrição temática dos enunciados veiculados durante a campanha dos policiais militares bolsonaristas eleitos nos permite afirmar que há, pelo menos, quatro enquadramentos semânticos interrelacionados que orientam o conteúdo de seus discursos e ações: *conservadorismo moral*, *exaltação do líder*, *punitivismo* e *antipetismo*. Para apresentá-los, foi montado um quadro formado por campos semânticos construídos a partir das ideias-força recorrentes.

QUADRO 5 – ENQUADRAMENTOS SEMÂNTICOS

1 – Conservadorismo Moral	2 – Exaltação do líder	3 – Punitivismo	4 – Antipetismo
Patriotismo	Bolsonaro mártir	Recrudescimento penal	Antibolivarianismo
Família tradicional	Bolsonaro herói	Não aos direitos humanos	Argentinação/Venezualização do Brasil
Fé cristã	Bolsonaro honesto	Valorização dos agentes de segurança	PT Corrupto
	Bolsonaro grande estadista	Armamentismo	<i>Antiestablishment</i>

Fonte: elaborado pelo autor

3.1.1. Conservadorismo moral

O conservadorismo moral dos policiais militares bolsonaristas é abertamente anunciado a partir de três ideias centrais, a saber, a defesa da pátria, da família e da fé cristã. Como vimos anteriormente, a polícia brasileira é conservadora. Contudo, enquanto a polícia analisada por Muniz (1999) diagnosticava a ameaça à “moral” e aos “bons costumes” como um sintoma de excesso de liberdade permitida pela vida moderna, os policiais militares bolsonaristas analisados nesta pesquisa defendem o conservadorismo moral em nome da liberdade. Essa mudança, ao contrário do que pode parecer, não reflete um alinhamento desses atores à defesa da ampliação da liberdade pessoal no sentido de ampliação do corpo democrático, mas uma reação às conquistas dos movimentos sociais

com relação às minorias subalternas, como as mulheres, os LGBTs e os negros, obtidas no contexto de fortalecimento do “neoliberalismo progressista”.

Em sintonia com os movimentos de extrema-direita global, o bolsonarismo, por meio de uma gramática neoconservadora, busca uma ampliação do domínio da liberdade pessoal para incluir a moralidade tradicional, as crenças e costumes hegemônicos, assim como o direito de contestar a busca por igualdade e pela secularização das relações civis e o direito de discriminar as minorias (Brown, 2019). Nesse contexto, a defesa da pátria evocada massivamente pelos atores analisados significa a defesa de um “clube bolsonarista verde e amarelo”, uma pátria reconfigurada como uma propriedade privada, liderada por Jair Bolsonaro, que permita privar de direitos as pessoas e os grupos considerados indesejados ou inimigos sem os entraves do poder judiciário, da “censura” e do “politicamente correto”. Não por acaso, após a vitória eleitoral de Lula, os bolsonaristas que acampam na porta dos quartéis reivindicando um golpe militar se autodenominam como “patriotas”.

Nosso país não vai parar. Nossa bandeira nunca será vermelha. Verde e amarelo são as cores do progresso! O vermelho vai parar nosso país. É verde e amarelo para seguir crescendo (**Capitão Alberto Neto, 31 de agosto de 2022**).

O bem contra o mal, você decide. *Bandeira do Brasil*: vida, bandido preso, povo armado, valores cristãos, liberdade, agro forte, menos impostos, a favor da polícia, ordem e progresso, Jair Bolsonaro. *Bandeira do socialismo*: aborto, bandido solto, povo desarmado, ideologia de gênero, censura, MST forte, mais impostos, a favor do PCC, narcotráfico, Lula (**Capitão Alberto Neto, 19 de setembro de 2022**).

Olá meus irmãos patriotas conservadores de todo Brasil. Vá de verde e amarelo, leve sua camisa do Brasil e mostre o seu amor à pátria. Nenhuma autoridade brasileira pode impedir você utilizar a camisa nacional para votar. Vamos encher as ruas do Brasil todos de verde e amarelo em luta pela liberdade, em luta pelo Brasil. (**Cabo Gilberto Silva, 29 de setembro de 2022**)

Embora os parlamentares analisados não sejam claros a respeito do que seriam os “verdadeiros” valores da pátria brasileira, o discurso que eles apresentam conota o repúdio ao que é denominado como ideologia de gênero, às medidas legislativas contra a discriminação de pessoas LGBTQIA+, à “depravação cultural”, ao aborto, ao uso de drogas recreativas e aos artistas que supostamente ofendem os valores cristãos e da família. As demandas progressistas e secularizadas apresentadas pelos grupos que potencialmente os ofendem são reduzidas ao mero capricho anárquico em contraste com o ordenado e

próspero estilo de vida baseado na família tradicional, nas religiões cristãs e no conservadorismo.

Incentivamos a cultura que é verdadeiramente cultura e não desrespeita a família brasileira. [Jair Bolsonaro]: ‘quero elogiar o Mario Frias porque ele moralizou a Lei Rouanet. Sabia que a Lei Rouanet dava por ano em torno de 15000000000 para os mesmos artistas? Muitos baianos e no Rio de Janeiro, para exatamente fazer um desrespeito com a família brasileira. Isso não é cultura, isso é depravação. A família era esculachada através desse artista que pegava até 15000000000 por ano’ (**Capitão Alberto Neto, 30 de setembro de 2022**).

Peço o voto das pessoas que como eu dizem sim para a família tradicional e não a ideologia de gênero. Que dizem sim a vida e não ao aborto. Que dizem sim a liberdade religiosa e não a perseguição e censura das igrejas. Que dizem sim ao direito à autodefesa do cidadão de bem e não aos vagabundos e a saídas de presos. Que dizem sim à educação e às escolas militares e não à legalização das drogas (**Coronel Fernanda, 30 de setembro de 2022**).

É o que nós estamos precisando nesse momento, união das famílias. Buscar um futuro melhor para os filhos e para nossa família. Hoje vocês têm um presidente que acreditam em Deus, um governo que defende a família, somos uma pátria majoritariamente cristã, que não quer a liberação das drogas, que não quer legalização do aborto e não admite a ideologia de gênero (**Junio Amaral, 11 de setembro de 2022**).

Você acha que eu estou disposto a abrir mão da minha salvação por conta de um projeto político? Jamais. Antes agradecer ao Deus que eu sirvo. A convicção que eu tenho é de que eu estando no Congresso Nacional, se você espera que terá alguém que votará alguma coisa contrária à fé cristã, não é a pessoa indicada para você apoiar. Se alguém espera ter um representante que decida legalização de drogas, de aborto, ideologia de gênero, qualquer coisa dessas pautas de costume, que vai contra os princípios e valores conservadores e cristãos, não contem comigo (**Sargento Gonçalves, 13 de setembro de 2022**).

Capitão Alden, que atuou como deputado estadual da Bahia entre 2018 e 2022, utilizou como forma de promoção de sua campanha o voto contrário à Lei Milena Passos na Assembleia Legislativa da Bahia, pois, segundo ele, a lei “prevê punições exageradas para quem cometer atos discriminatórios ao segmento LGBT [...], é uma afronta aos valores da família, cristãos e conservadores” (Capitão Alden, 26 de setembro de 2022). Além disso, tanto Alden quanto outros parlamentares, destacam seu ativismo contra os banheiros para pessoas transgênero, o investimento do dinheiro público direcionado aos artistas que “ofendem” a família e os cristãos e contra a “doutrinação” nas escolas que supostamente acontece por meio da ideologia de gênero e da militância política por parte dos professores. A questão da educação é proeminente nos discursos, pois além dos discursos relacionados à suposta doutrinação nas escolas, eles apresentam as escolas militares como modelo de sucesso por se fundarem em valores como hierarquia, disciplina e rigidez. Para eles, essa é uma receita de sucesso contra os incidentes de “depravações

sexuais” que ganharam destaque na mídia e a favor dos índices de aprendizagem e do sucesso profissional dos estudantes.

[Manchete: ‘Colégio Pedro II e polícia investigam sexo grupal de alunos na unidade de realengo. Escola fala em conduta indecorosa.’]É nisso que eles querem transformar o Brasil! Por isso querem acabar com as escolas militares e cívico-militares! (**Capitão Alden, 19 de setembro de 2022**)

Estamos aqui em frente a uma das 23 escolas que criamos no meu comando da Polícia Militar. Essa aqui na Várzea Grande tinha cerca de 400 alunos, hoje temos mais de 1000 alunos devidamente matriculados. Nessa escola, além do ensino curricular, também se ensina valores, como respeito, hierarquia, disciplina, liderança, para que nossos jovens alcancem voos cada vez mais altos. Os resultados já apareceram. As nossas escolas militares têm as melhores médias entre as escolas estaduais do Mato Grosso. Com isso revitalizamos também a segurança em toda região. Esse é o modelo que nós devemos ampliar cada vez mais para que nossas crianças possam ter acesso a escola militar (**Coronel Assis, 19 de agosto de 2022**).

Segundo Castro (2004), além da ordem e da disciplina, faz parte da cultura militar a percepção de que falta na educação civil, seja de nível básico ou superior, outros valores e práticas que se configuram como ideais severamente perseguidos em seu universo, como a seriedade, o profissionalismo, a competência, a maturidade e os bons modos de conduta que se refletem na “boa apresentação pessoal”. A excelência escolar na educação militar é buscada por meio da transmissão de valores meritocráticos e da ênfase na competição, alinhando-se perfeitamente com a racionalidade neoliberal. Esses elementos, segundo a visão militar, criam um ambiente organizado que proporciona verdadeira liberdade, em contraste com a displicência e a desordem do mundo civil.

A concepção de família tradicional apresentada pelos policiais militares bolsonaristas está intimamente ligada à ideia do “cidadão de bem”, uma derivação da figura do “trabalhador honesto”, que antagoniza com os “vagabundos”, “comunistas”, “gayzistas” e “feministas” (Costa, 2021). Essa visão é caracterizada por um modelo heteronormativo, monogâmico e patriarcal, fundado sobre a concepção cristã de família, na qual é imperativo proteger os filhos da suposta doutrinação esquerdista, homossexual e feminista atribuída a professores, artistas e mídia, além de mantê-los afastados das drogas. No limite, essa ideia revela um ideal de vida convencionalista, no qual se valoriza estudar apenas o que é necessário para ser um cidadão disciplinado e produtivo; casar, ter filhos, louvar a Deus e dedicar-se duramente ao trabalho.

Ainda no âmbito do conservadorismo moral, a defesa da liberdade também se apresenta como uma resposta às medidas de contenção da Covid-19 implementadas por

alguns governadores, que incluíram restrições à presença em igrejas. Os parlamentares analisados propagandearam essa decisão como uma ameaça às igrejas cristãs, que estaria em curso no mundo. Diante disso, eles se apresentaram como baluartes da fé cristã.

Nesses últimos 3 anos, fui perseguido por parte da imprensa, por comunistas e por falsos direitistas. Durante a pandemia, muitos dos atuais candidatos ficaram em casa, enquanto eu sempre estive nas ruas lutando contra o fechamento de igrejas, contra o fechamento do comércio, contra o passaporte vacinal e a obrigatoriedade da vacina (**Capitão Alden, 18 de setembro de 2022**).

É importante destacar que essa visão negacionista e persecutória não é exclusiva dos policiais militares bolsonaristas, mas sim adotada pelo bolsonarismo como um todo. Em linha com a gramática neoconservadora, eles admitem que um direito individual, neste caso a liberdade religiosa e a liberdade de assumir riscos, se sobrepõe ao bem comum e aos interesses sociais mais amplos, ignorando a excepcionalidade do momento e as garantias constitucionais do bem-estar coletivo (Guerreiro & Almeida, 2021).

3.1.2. Exaltação do líder

Durante a campanha eleitoral e após a vitória de Lula, Jair Bolsonaro foi exaltado pelos policiais militares bolsonaristas eleitos enquanto líder do projeto de pátria conservadora. Os seus discursos constroem o autorretrato do líder como um homem simples que representa o povo brasileiro, o “cidadão de bem”, e que, por isso, é perseguido pelo *establishment*. Em consonância com outras análises discursivas de líderes da extrema-direita (Lowenthal & Guterman, 1949; Stanley, 2018; Messenberg & Camargos, 2024, no prelo), foi observada uma série de estratégias retóricas utilizadas para consolidar a imagem do líder como uma *mártir* defensor dos interesses patrióticos, dos valores tradicionais brasileiros e da liberdade. A comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 2022, é o marco central desses discursos. Nesse dia, os bolsonaristas de todo o Brasil foram chamados a ir às ruas demonstrar apoio ao líder, Jair Bolsonaro, e às suas bandeiras.

A estratégia da esquerda sempre foi muito clara: “Acuse-os do que você faz, chame-os do que você é”. #Dia7VaiSerGigante por nossa INDEPENDÊNCIA e LIBERDADE!!! Se não fosse Bolsonaro, o Brasil já estaria em uma ditadura. Bolsonaro é o único que pode garantir nossa liberdade (**Capitão Alberto Neto, 06 de setembro de 2022**).

200 Anos da Independência do Brasil | A liberdade é tão importante quanto a própria vida, e por isso lutamos, para garantirmos a liberdade para as futuras

gerações. Que neste dia possamos renovar nosso ânimo nesta guerra, pois como diz o hino nacional: ‘Verás que um filho teu não foge à luta’. E se necessário, estaremos entrincheirados em favor da liberdade **(Sargento Gonçalves, 07 de setembro de 2022)**.

O Presidente Bolsonaro deixará o legado inesquecível de um Grande Líder e Estadista da Nação Brasileira. Entrará para a história como o único Presidente a reacender em nossos corações a Fé em Deus, o Amor a nossa Pátria, os Valores Cristãos e à nossa Liberdade. Orgulho do Capitão do Povo e da nossa querida Primeira Dama, Michelle Bolsonaro. Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil Jair Messias Bolsonaro, conte sempre com a minha Lealdade, obrigada por sua amizade. Deus te abençoe e o proteja sempre. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos **(Coronel Fernanda, 30 de dezembro de 2022)**.

Ao se apropriarem dos símbolos patrióticos e apresentarem Bolsonaro e seus seguidores como os verdadeiros guardiões da pátria, os parlamentares analisados buscam legitimar e radicalizar o apoio a suas candidaturas por meio do apelo a emoções e identidades coletivas e da promoção de uma visão simplificada da realidade política, na qual a gramática neoconservadora é personificada na figura do líder (Gandesha, 2018). Dessa forma, a lealdade a Jair Bolsonaro é apresentada como um requisito fundamental para a proteção da liberdade e dos valores conservadores, com a sugestão de que qualquer oposição a Bolsonaro representa uma ameaça à democracia e ao progresso do país. A ideia da lealdade ao líder esteve tão presente no bolsonarismo em 2022 que foi criada, no âmbito do Partido Liberal – PL, uma frente de candidaturas de deputados federais que prometeram fidelidade absoluta a Bolsonaro, apelidada de “Liga da Lealdade”. Essa foi uma medida para evitar as traições que o ex-presidente teria sofrido em 2018 por parte de oportunistas que surfaram na “onda Bolsonaro”⁴⁰. Três dos deputados analisados nesta pesquisa fizeram parte da frente: Capitão Alberto Neto, Cabo Gilberto e Coronel Meira.

Estamos na reta final e tão importante quanto votar no presidente Bolsonaro é também votar nos deputados e senadores que estão alinhados com o presidente Bolsonaro, com esse projeto de país de tornar o Brasil uma grande potência mundial **(Capitão Alberto Neto, 30 de setembro de 2022)**.

Os federais de Bolsonaro. Quero apresentar a vocês os membros da liga da lealdade, somos todos candidatos a deputado federal de todo Brasil, 1 por estado, todos com o mesmo número 2210 e escolhidos pelo nosso presidente Jair Messias Bolsonaro. Eu sou Coronel Meira, o deputado da liga da lealdade em Pernambuco **(Coronel Meira, 04 de setembro de 2022)**.

Precisamos ganhar já no primeiro turno e junto com o presidente Bolsonaro, eleger aqueles parlamentares que seriam fiéis ao lado do nosso presidente. Afinal, lealdade é um valor inegociável. Como deputado estadual, já mostrei para

⁴⁰ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/eleicao-frente-da-lealdade.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

que vim e em Brasília farei muito mais. Desta vez, junto com o nosso presidente no Congresso Nacional, a fim de ajudar ele a entregar para o Brasil e para o povo as reformas que o país precisa, como também defender as pautas conservadoras que estão no coração de cada brasileiro (**Capitão Alden, 30 de setembro de 2022**).

Durante a escalada golpista, o sentimento de lealdade ao líder serviu para legitimar o apoio aos movimentos dos “patriotas” em frente aos quartéis como um compromisso decorrente do juramento feito ao ingressar na polícia militar, o de defender a nação a qualquer custo. Ao lembrar o juramento feito diante de Deus e dos homens, Sargento Gonçalves, em uma das publicações destacadas abaixo, não apenas reforça sua disposição de sacrificar a própria vida, se necessário, mas também justifica a entrega de seu mandato em prol do bem maior, que ele interpreta como o projeto divino para o Brasil. Sua fala reflete uma crença profundamente arraigada na missão messiânica atribuída ao presidente, alinhando sua lealdade ao povo brasileiro com seu total respeito e admiração pelo comandante Bolsonaro. Esse discurso é marcante por mostrar uma radicalização do fenômeno de inversão da função da polícia prevista na Constituição, observada por Lima (2022) nos discursos da “Bancada da Bala”. O juramento feito pelo deputado policial, ao invés de significar um compromisso com a garantia da autoridade e do mandato coletivo da política, passa a significar uma ameaça contra o mandato de um presidente legitimamente eleito, fundamentada na defesa de uma concepção individual de pátria.

O futuro da nação está acima do nosso mandato. Qual o preço da nossa valiosa liberdade? Há dezoito anos fiz um juramento, diante dos homens e do Deus todo Poderoso, “entregar a vida, se preciso for, em defesa dos bons cidadãos”. Se sou capaz de entregar a vida, quanto mais um mandato. Deixo claro, a todos que acreditaram o voto a mim, que valorizo muito o nosso projeto, creio que é algo da parte de Deus, e por isso mesmo, estou com esta disposição. O foco é o bem da nação. Minha lealdade ao povo brasileiro, e total respeito e admiração ao comandante @jairmessiasbolsonaro Deus abençoe o presidente. Deus salve o Brasil (**Sargento Gonçalves, 23 de novembro de 2022**).

Além de patriota, os discursos analisados apresentam o líder como um herói que garantiu prosperidade e crescimento econômico mesmo diante de uma crise global causada pela pandemia da Covid-19. Ao contrário da estratégia adotada pelos bolsonaristas em 2018, que explorava a agitação do mal-estar da sociedade brasileira para promover suas candidaturas (Messenberg & Camargos, 2024, no prelo), os parlamentares analisados defenderam, com muito orgulho, a situação econômica do país, buscando legitimar as ações do governo Bolsonaro e reforçar a ideia de que ele representa uma ruptura necessária com o passado marcado pela corrupção e ineficiência dos gastos públicos. Essa mudança

reflete a mudança de conjuntura política, pois, como Jair Bolsonaro estava disputando a reeleição, era necessário justificar e defender as ações do governo e seus resultados para afirmar a representação do líder como um grande governante.

A ideia do “milagre econômico bolsonarista” se fundamenta na gramática neoconservadora e neoliberal no que se refere à economia. Para os policiais militares bolsonaristas, os indicadores favoráveis ao governo na economia foram conquistados por meio do “beabá” econômico neoliberal, que prescreve a redução do Estado, a desburocratização da economia para atrair investimentos estrangeiros, o incentivo ao empreendedorismo e à livre iniciativa, a privatização e a gestão tecnocrata do Estado e das empresas públicas. Além disso, a honestidade inquebrantável do líder é mencionada como um fator de sucesso, pois ela teria permitido um governo livre de corrupção.

O nosso país hoje é um porto seguro de investimentos. No momento dessa crise mundial, de guerra, pós-pandemia, inflação, o Brasil atrai os olhos do mundo todo. Nós conseguimos nesse momento caótico gerar 4000000 de empregos. Hoje, com o Auxílio Brasil, que ajudou o empreendedorismo, ajudou a resgatar pessoas que perderam seus negócios, nós temos um recorde. 96000000 de brasileiros têm alguma atividade econômica. Nós temos uma inflação menor do que a dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Dentro do G7, dos países mais ricos do mundo, o nosso país é o que mais cresce. A gente não pode querer voltar ao passado. A gente fez o dever de casa e vem conseguindo conduzir nossa nação para um lugar de prosperidade. [...] Nós vamos aumentar o Auxílio Brasil porque agora está sobrando dinheiro na Petrobras. Agora não tem mais roubalheira na Petrobras. Antes, o dinheiro ia para o bolso dos políticos, para o bolso dos dirigentes do PT. Agora o dinheiro está indo para o povo. Nós só conseguimos pagar esse aumento do Auxílio Brasil porque acabou a safadeza no nosso país. Por isso, de maneira responsável, sem atrapalhar as contas do nosso país, nós conseguimos aumentar o Auxílio Brasil para 600 reais. [...] Pelo amor de Deus, a gente não vai voltar esse mar de corrupção, essa vergonha que nós passamos e tornar todas as nossas estatais um antro de corrupção. A Petrobras era a empresa mais endividada do planeta. Hoje, a Petrobras é a petrolífera que mais dá lucro no mundo. Olha a diferença da mais endividada para a mais lucrativa. Isso é o governo Bolsonaro (**Capitão Alberto Neto, 22 de setembro de 2022**).

O Brasil de Bolsonaro Presidente tem a 6ª menor inflação do G20 em 2022. O índice oficial de preços do país (IPCA) está em 4,4% na taxa acumulada de janeiro a agosto, menor do que a média União Europeia (7,6%) e também abaixo das taxas no Reino Unido (7,1%) e Estados Unidos (5,4%) (**Cabo Gilberto Silva, 19 de setembro de 2022**).

[Jair Bolsonaro]: Apesar da pandemia, fizemos muitas reformas e vamos continuar fazendo. Por decreto, nós diminuimos impostos para 4000 produtos. Tiramos 35 por cento do IPI de 4000 produtos. Com o parlamento brasileiro, nós reduzimos impostos estaduais, ICMS da gasolina, do álcool, do etanol, do gás de cozinha, das comunicações. Nós fizemos tudo isso dentro da responsabilidade. Eu abri mão de impostos federais nos combustíveis também. E hoje temos uma das gasolinas mais baratas do mundo. Isso obviamente leva a inflação para baixo, traz comida mais barata para a mesa do cidadão. É cada vez menos Estado para

que você possa, através da liberdade, conseguir o sucesso na economia (**Capitão Augusto, 30 de setembro de 2022**).

Acabei de receber um vídeo que mostra como está dando certo o nosso presidente Jair Messias Bolsonaro, a sua gestão à frente do Brasil. É um vídeo que mostra a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo. Se vocês observarem o que está passando, o Brasil sempre esteve entre os 10 maiores produtores de alimento do mundo e a gente vem vendo [...]. Chega 2018 e 2019, o Brasil cresce, o agronegócio desponta porque acabou a corrupção, tem dinheiro. O empresário do agronegócio investiu realmente porque sabia que poderia produzir, porque o nosso presidente não rouba nem deixa roubar. Hoje, em 2021, o Brasil passa a ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo. De cada 5 pratos no mundo, 1 vem da produção brasileira. Presidente, muito obrigado (**Coronel Meira, 25 de agosto de 2022**).

Os discursos analisados revelam que a defesa das políticas econômicas neoliberais, contudo, se entrelaça tanto com uma dose de saudosismo do desenvolvimentismo da Ditadura Militar quanto com os interesses eleitoreiros de Jair Bolsonaro. Para os parlamentares, o líder é heroico também por ter entregue uma série de investimentos em infraestrutura – alguns idealizados pelos militares – por meio de parcerias com o setor privado. Essa ideia ganhou força, sobretudo, pela conclusão da transposição do Rio São Francisco, uma demanda do eleitorado nordestino, que o bolsonarismo buscava conquistar. Também foram destacadas outras obras que atendiam o setor do agronegócio, como o investimento em transportes. No entanto, a gestão Bolsonaro foi a que menos investiu dinheiro público em infraestrutura quando comparada com as gestões anteriores⁴¹, o que demonstra uma visão seletiva dos fatos, omitindo e distorcendo informações para promover uma imagem positiva de Bolsonaro e de seu governo.

O governo Bolsonaro concluiu a transposição do rio São Francisco e levou água para o nordeste. Essa situação se arrastava desde 2012, mas o governo do PT preferiu roubar e não concluiu a obra (**Capitão Alberto Neto, 24 de setembro de 2022**).

Nossa BR-319 será uma realidade. Com a liberação para início das obras de reconstrução do “trecho do meio” será possível dar continuidade aos trabalhos de recuperação da estrada. Foi um militar que idealizou e construiu a BR-319 e será outro militar que irá reconstruir e modernizar essa importante rodovia para o Amazonas (**Capitão Alberto Neto, 05 de setembro de 2022**).

Conclusão de obras que estavam paradas há muito tempo: Transposição do São Francisco: mais de 13 anos parada (o sonho vinha desde o período do império) em MG, pavimentação de um trecho da BR-154, liga o Centro-Oeste e Sudeste (50 anos de espera por essa obra); No RS, conclusão da ponte do Guaíba (após 10 anos do anúncio da obra) BR-163; conclusão do trecho que liga o Mato

⁴¹ Os dados podem ser consultados em: <<https://www.poder360.com.br/governo/investimento-e-pouco-ate-para-manter-infraestrutura/>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Grosso ao Pará (quase meio século de espera); Conclusão da ponte do Abunã (Acre-Rondônia) fim da indústria das balsas; Projetos com a iniciativa privada renderam mais de R\$ 286 bilhões em investimentos conclusão de 45 projetos dessa parceria (4 rodoviários, 5 ferroviários, 6 aeroviários e 30 portuários); Mais de 40 obras concluídas (maioria estava parada em gestões anteriores) mais de R\$ 179 bilhões de investimentos em rodovias até 2023 (**Capitão Augusto, 24 de agosto de 2022**).

Outra demagogia utilizada pelos parlamentares para enaltecer o líder foi a capitalização das políticas de transferência de renda emergenciais criadas para reduzir os danos socioeconômicos causados pela pandemia da Covid-19, como o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil. Eles argumentam que as políticas neoliberais implementadas por Jair Bolsonaro possibilitaram o compartilhamento de uma fatia do recurso público com o povo, seja por meio desses auxílios ou por meio do Auxílio Taxista, Auxílio Caminhoneiro e Auxílio Gás. Apesar da ideia de justiça social, os parlamentares apresentam a política do Auxílio Brasil como uma medida neoliberal, destacando seu estímulo ao empreendedorismo e à superação da pobreza, em contraste com seu antecessor, o Bolsa Família, que supostamente seria uma política clientelista dos governos petistas.

De fato, o Auxílio Brasil representa um arranjo construído pelo governo entre uma medida emergencial de contenção da pobreza e da miséria durante a pandemia, que impactou positivamente o governo, e os princípios neoliberais. De acordo com Souza & Almeida (2022), o Auxílio Emergencial alcançou trabalhadores e microempreendedores individuais que o Bolsa Família não abrangia, o que aumentou a popularidade do governo Bolsonaro. Entretanto, sendo um programa temporário, seu término representava uma ameaça de empurrar cerca de 40 milhões de brasileiros para a pobreza. Como resposta a isso, foi criado o Auxílio Brasil, substituindo o Bolsa Família para atender às necessidades do público que dependia do benefício emergencial. No entanto, o novo programa busca associar uma abordagem empresarial e empreendedora a um projeto que historicamente não estava alinhado com discursos e estratégias neoliberais (Souza & Almeida, 2022). Isso é feito por meio da introdução de complementos que recompensam o esforço e o mérito dos beneficiários, como o Auxílio Inclusão Produtiva Rural e Urbana, Auxílio Esporte Escolar, Bolsa de Iniciação Científica Junior, Auxílio Criança Cidadã e Benefício Compensatório de Transição.

O Auxílio Brasil nós aumentamos para 600 reais, mas nós concordamos que só isso não vai mudar sua vida. Ajuda demais. E o capitão ajudou a aprovar o

Auxílio Inclusão Produtiva, tanto rural quanto urbana. Rural para quem quer plantar e urbana para quem quer empreender. Cada família vai ganhar mais 200 reais. Comece a empreender no nosso país e você vai começar a prosperar, vai ter mais dignidade, vai melhorar sua casa, vai poder comprar um carro, uma moto (**Capitão Alberto Neto, 19 de agosto de 2022**).

Apuí, terra que acredita no agro e foi beneficiada com a reforma agrária silenciosa do governo Bolsonaro, que entregou, só no Amazonas, mais de 9 mil famílias com títulos de terras, na maioria em nome das mulheres, para assegurar a propriedade como base para estrutura familiar (**Capitão Alberto Neto, 09 de setembro de 2022**).

[Jair Bolsonaro]: Vamos falar sobre o Pix? Nós criamos em 2020. Você se lembra da dificuldade para fazer uma transferência de recursos. Hoje você faz de casa, do seu celular, e sem pagar taxas. Você sabia que hoje temos mais de 100000000 de pessoas usando o pix? E grande parte das pessoas viraram pequenos empresários. É o nosso governo inovando (**Coronel Fernanda, 31 de agosto de 2022**).

Como o Auxílio Brasil estava sendo implementado por meio de Medida Provisória – MP, não podemos confirmar se teria sido mantido caso Bolsonaro tivesse sido reeleito. No entanto, em um contexto de governo fragilizado, o programa foi oportunamente propagandeado, ao lado do superdimensionamento dos investimentos em infraestrutura e das falácias de que o governo Bolsonaro teria criado o Pix⁴² e realizado a maior distribuição de títulos de terras⁴³, para construir a imagem de Bolsonaro como um grande estadista e um líder do povo, heroico, honesto, competente e, não obstante, perseguido e injustiçado.

3.1.3. Punitivismo

Os discursos punitivistas veiculados pelos policiais militares analisados se destacam por uma abordagem que articula quatro pilares fundamentais: i) recrudescimento penal; ii) negação dos direitos humanos; iii) valorização dos agentes de segurança; e iv) armamentismo.

Conforme vimos na seção anterior deste capítulo, a busca pelo recrudescimento penal é apontada pela maioria dos policiais militares analisados como elemento motivador para a saída dos quartéis e a entrada na política institucional. Durante a campanha eleitoral, essa foi uma das principais ideias mobilizadas por eles. Partindo da premissa de que a

⁴² Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/bolsonaro-criou-pix/>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

⁴³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quase-90-dos-titulos-de-terras-concedidos-por-bolsonaro-sao-apenas-provisorios/>>. Acesso em: 25 abr. 2024

impunidade, que eles associam à esquerda, é o cerne do problema da segurança pública no Brasil, os parlamentares enfatizam a necessidade de endurecimento das leis penais, combatendo o que chamam de “bandidolatria” e protegendo o “cidadão de bem”. Isso se reflete na comemoração da suspensão das saídas temporárias, na proposta de eliminar as visitas íntimas nos presídios e na defesa de reformas no Código Penal para combater a impunidade. Seus discursos destacam que a reincidência após as saídas temporárias é alarmante, reforçam a necessidade de leis mais severas para criminosos, denunciando casos de soltura de traficantes mesmo diante de provas criminais contundentes, compartilham a indignação crescente contra a leniência do sistema legal em relação aos criminosos e denunciam a falta de responsabilidade na proteção das vítimas de criminosos.

Essa é uma das minhas lutas mais antigas. O cidadão de bem, que trabalha duro para sustentar a sua família, não pode ser exposto dessa forma. [Manchete]: “Saidão: 1 detento não volta ao sistema penitenciário a cada 2 dias no DF” (Alberto Fraga, 21 de agosto de 2022).

Nossa bandeira principal é acabar com a impunidade. Infelizmente, o Brasil é um paraíso para os criminosos. É uma infinidade de benefícios. Não é só a saída temporária. Você tem a progressão de regime, [...] esse benefício que a pessoa, o criminoso, cumpre apenas uma parte da pena que lhe foi imposta é algo muito ruim. A saída temporária, progressão de regime, visita íntima. Olha isso. Não tem que ter benefício para bandido. [...] O foco principal da cadeia não é ressocializar. É fazer com que aquele criminoso cumpra a pena pelo crime que cometeu. E eu sou a favor da ressocialização. Tanto é que, para mim, todo preso tem que trabalhar obrigatoriamente. Infelizmente, nossa Constituição Cidadã não permite isso, mas para mim tinha que trabalhar. Primeiro para se autossustentar. O custo de manter lá quem paga é a sociedade, é o trabalhador, através dos impostos. O trabalho e o estudo lá dentro vai fazer com que ele aprenda uma profissão, ocupe a mente. Quando eles saírem, volta pro convívio social, ele não vai querer traficar, não vai querer roubar. Ele aprendeu uma profissão, ele vai trabalhar. Então, eu acredito na ressocialização, mas através do trabalho, não do jeito que é hoje, liberando aí 155000 criminosos na saidinha temporária e uma boa parte não volta. Os indicadores criminais vão lá nas alturas (Guilherme Derrite, 28 de setembro de 2022).

Vejam essa decisão e me respondam: quanto seria o “suficiente” para manter um traficante preso? Precisamos continuar nossa luta por leis mais severas para os criminosos. CHEGA! O Brasil não pode mais ser considerado o paraíso para o crime. Você está comigo nessa? Se sim, preciso do seu apoio. [Manchete]: “STJ solta traficante alegando que posse de 311 kg de cocaína não é suficiente para prisão” (Guilherme Derrite, 21 de setembro de 2022).

Não podemos desistir, temos que continuar na batalha. Combate ao crime, valorização da segurança pública, combate à corrupção, luta pelos valores da família. Precisamos persistir nesse caminho. Projeto de lei é coisa séria. Crime hediondo para furtos em domicílio e comércios. Agravo de pena para menores infratores. Presídio não é lugar de visita íntima. Aumento de pena para atentados cometidos nas escolas. Policial deve ter acesso imediato aos dados da tornozeleira eletrônica de condenados. Reformulação da audiência de custódia. No meu mandato o crime perdeu espaço. Ao todo, foram 308 propostas

legislativas. Essa caminhada não tem sido fácil, são ataques de todos os lados. O presidente já disse e eu vou repetir, é a luta do bem contra mal. Eu abracei essa luta e vou até o final. Conto com a ajuda e o apoio de todos vocês. Força e honra (**Sargento Fahur, 23 de setembro de 2022**).

A gramática punitivista se apoia na reivindicação de um Estado forte e ostensivo contra aqueles que não são “cidadãos de bem” ou trabalhadores honestos e em defesa da propriedade privada. Para combater a criminalidade, eles propõem soluções políticas fundadas numa concepção econômica de subjetividade, segundo a qual os criminosos praticam crimes porque os benefícios de fazê-lo são maiores do que os riscos. E esse seria um cenário construído pelas ideias de justiça social e de respeito aos direitos humanos, representadas pela esquerda. Os discursos dos parlamentares podem ser traduzidos na ideia de que, se não é possível eliminar os criminosos monstruosos, “vagabundos”, que pelo menos eles sejam punidos severamente.

[Vídeo de homem dando sermão em criminoso]: É você vagabundo, mostra a cara aqui bandido. [...] Seu prego, você tem que dar graças a Deus que a lei protege vagabundo como você, seu bandido canalha, sujeito que não vale a comida que come. Você é uma praga da sociedade. Por que você não vai trabalhar, como eu fiz, para conseguir o que eu tenho? Viciado dos infernos. Você vicia todo mundo, o vício te sustenta, desgraça. Eu não sou obrigado a financiar a sua droga, filho da puta, vagabundo. Você deve ser uma desgraça para sua mãe e seu pai. O que eu tenho foi suado para conseguir pagar o que eu tenho, para vagabundo como você roubar. Se essa porra desse país tivesse lei, vagabundo como voce estava morto ou tinha arrebentado voce no pau, porque nem a policia pode fazer nada com um vagabundo feito voce. As leis desse país são uma bosta, porque se a polícia relar em um vagabundo como você, eles vão responder. Tem um Estado para garantir a segurança de um verme como você. E você não é nada de coitadinho, rejeitado da sociedade. Você é um canalha que escolheu estar no mundo do crime porque é vagabundo (**Sargento Fahur, 24 de agosto de 2022**).

Assalto e covardia em Betim. Um marginal, cavalo velho, dá uma gravata em uma criança de 11 anos. Não tem como a gente relativizar esse tipo de conduta e tem gente que ainda aceita votar no candidato que passa a mão na cabeça de monstros como esse. Covardes como esse do vídeo, atacando uma menina de onze anos, encontram respaldo para suas ações cada vez que um criminoso como Lula abre a boca para defendê-los (**Junio Amaral, 19 de setembro de 2022**).

O discurso compartilhado pelo Sargento Fahur exemplifica essa visão ao retratar os criminosos como parasitas sociais incorrigíveis que merecem uma punição implacável. A linguagem utilizada, repleta de insultos e desumanização do outro, revela uma crença arraigada na justiça vingativa e na ideia de que a violência do Estado contra os sujeitos indesejados é legítima. O discurso de Fahur também sugere uma visão simplista da criminalidade, enfatizando apenas a responsabilidade individual, a meritocracia e a ideia de que o sucesso é alcançado por meio do trabalho árduo e da conformidade com as normas

sociais estabelecidas, ignorando as estruturas de desigualdade que incentivam o crime. O comentário de Junio Amaral segue uma linha semelhante. Ao conectar a ação covarde de um assaltante à Lula, ele busca estabelecer uma narrativa que demoniza não apenas o criminoso em si, mas também aqueles que supostamente o apoiam ou minimizam suas ações. Suas ideias demonstram de maneira direta uma hierarquização da população brasileira entre “nós/cidadãos de bem” e “eles/criminosos e seus defensores”, seguida da declaração de que o “eles” deve ser perseguido e, se possível, eliminado.

Os parlamentares analisados também argumentam que, no sistema “bandidólatra”, os agentes de segurança pública, especialmente os policiais militares, são os heróis injustiçados, desamparados pela legislação e perseguidos pela esquerda. Diante disso, eles justificam suas candidaturas como meio de dar voz aos policiais e buscam apoio dos “irmãos de farda” às suas candidaturas por meio da exaltação dos agentes de segurança, refletida no pleito por aumentos salariais condizentes com o risco da profissão, na minimização dos casos de ações policiais ultrajantes, na exposição de casos de vitimização policial, bem como na promoção de candidaturas oriundas do meio policial. Os parlamentares destacam a relevância de reconhecer a importância do papel desempenhado por esses profissionais, clamam pelo apoio dos seus pares na busca por representação no parlamento, denunciam a negligência dos governos, especialmente de esquerda, em proteger e valorizar os policiais, argumentando sobre a urgência de aumentos salariais adequados e o repúdio à criminalização dos agentes, assim como deslegitimam organizações e institutos civis que produzem estudos sobre a área de segurança pública.

Meus irmãos de farda, policiais militares, bombeiros, meus irmãos policiais civis, policiais penais, os senhores acompanharam atentamente a nossa luta contra o governo insensível, injusto, que não respeita a segurança pública. Temos os piores índices de segurança com os melhores profissionais do Brasil. Peço a você que me ajude a ser deputado federal da segurança pública, representando o nosso estado na capital federal. A nossa missão é muito difícil. Cada policial militar é uma liderança natural, policial civil, policial penal e bombeiro militar. Consiga esse apoio, multiplique esse apoio (**Cabo Gilberto Silva, 27 de setembro de 2022**).

[Major Fabiana]: Você, policial militar, família de policial militar, você que tem a segurança pública como um valor, que entende ela como um vetor de geração de emprego e renda e que acredita que pessoas que conhecem a segurança pública de verdade podem fazer a diferença no parlamento, no local onde as leis estão sendo construídas e formuladas, não tenha dúvida, o seu voto é para o Cabo Gilberto Silva (**Cabo Gilberto Silva, 26 de agosto de 2022**).

Nossos heróis policiais sendo tratados como bandidos e os bandidos sendo tratados como vítimas. É isso que esse governo que aí está sabe fazer com a

população de Pernambuco. Bandido não é vítima, Paulo Câmara, vítima é a senhora que está pedindo socorro, como todos os pernambucanos que estão hoje sendo perseguidos pelos bandidos em todos os locais. Não pode ir à feira, ir ao banco pegar um dinheiro. Isso é um absurdo (**Coronel Meira, 20 de setembro de 2022**).

Existe hoje um piso para a educação, para os profissionais da saúde, por que não existe um piso para quem faz a segurança pública, para as polícias militares do Brasil? Porque faltam deputados federais com compromisso com a nossa categoria, com toda a família policial militar no Brasil. Essa covardia tem que acabar. Quem sai na rua arriscando a própria vida para proteger a população é um herói, tem que ser valorizado como um herói (**Coronel Meira, 31 de agosto de 2022**).

Ser no policial no Brasil é uma devoção, um sacerdócio, não é fácil. Eu já tive uma experiência horrível no dia 24 de dezembro. Eu coordenava um curso de formação de soldados e um dos meus policiais, soldado, no caminho do quartel foi vítima de roubo. Os criminosos chegaram para assaltar, atirando pelas costas para levar a moto dele, e ele infelizmente faleceu. E coube a mim pegar a viatura, ir para Mogi das Cruzes e falar com a família dele, com o pai e a mãe, que o filho havia sido vítima de roubo e infelizmente havia falecido. Esse dia pra mim foi o pior dia na Polícia Militar. Hoje eu tenho 2 filhos. Eu não imagino qual foi o tamanho da dor daquele pai, daquela mãe. Na sala dele tinha uma árvore de natal com uns presentes separados, a foto dele. Algo muito triste. Só quem é Policial Militar ou tem um Policial Militar na família sabe o quanto as famílias sofrem, porque na verdade ele sai de casa cedo e ninguém sabe se ele vai voltar (**Guilherme Derrite, 18 de setembro de 2022**).

Segundo Muniz (1999), a solidariedade fraternal entre os policiais militares é um elemento que se destaca na subjetividade policial militar, sendo ensinada nos quartéis, objeto de regulamentação disciplinar e reforçada na prática policial. Nos discursos dos parlamentares analisados, ela aparece na forma de reconhecimento desses sujeitos como “irmãos de farda” e parte da “família policial militar”. Esse companheirismo, para Muniz (1999), se desenvolve como um dispositivo moral-afetivo estratégico para lidar com as idiosincrasias que fazem parte da profissão policial, em especial com o estresse de conviver com o perigo e a ameaça da morte e de lidar com as manifestações de violência constantemente, o que aparece claramente nos enunciados apresentados nas publicações acima.

Durante a campanha eleitoral dos policiais militares, eles mobilizaram discursos que operam sobre esse elemento identitário para aproximar suas candidaturas dos seus colegas de corporação. Eles prometem reconhecimento, algo que muitos policiais se ressentem devido às críticas frequentes contra os desvios policiais, apresentadas pela mídia e pelos movimentos sociais. Essas críticas são vistas pelos policiais como uma tentativa de criminalizar seu trabalho e como uma defesa dos criminosos. Por outro lado, são destacadas as condições experienciadas por esses profissionais nas ruas como fator de

credibilidade exclusiva para discutir as políticas de segurança pública no Brasil. O protagonismo obtido na prática de combate ao crime, nesse sentido, é apresentado como superior às pesquisas realizadas por organizações sociais que buscam soluções para a segurança pública sob outra ótica, que ultrapassa a narrativa do combate. O que se busca, na verdade, é monopolizar o debate sobre segurança pública nas mãos dos policiais militares com o argumento de que a experiência imprime neutralidade e objetividade na discussão, enquanto a atuação das universidades, das organizações sociais e dos institutos civis são tendenciosas, manchadas por uma ideologia.

Como combater a criminalidade no Brasil? O Fórum Brasileiro de Segurança Pública para mim não serve para absolutamente nada. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Sou da Paz e ONG Fogo Cruzado para mim não servem de embasamento nenhum. Estou falando da experiência de um policial que trabalhou, eu não sou especialista de ar-condicionado. Eles são tendenciosos, enviesados, que defendem a criminalização, a bandidolatria dos policiais e tratam o bandido criminoso como coitadinho da sociedade. O meu debate não tem ideologia, é um policial que está falando com você (**Guilherme Derrite, 06 de setembro de 2022**).

Além do recrudescimento penal, do encolhimento da extensão dos direitos humanos e da valorização dos agentes de segurança pública, os parlamentares analisados também se apresentam como fervorosos defensores do armamentismo. Essa ideia-força está presente no horizonte semântico dos policiais militares políticos há longa data, tendo em vista que o mais veterano dos atores analisados nesta pesquisa, Alberto Fraga, foi uma das lideranças da oposição contra o Estatuto do Desarmamento, no primeiro mandato presidencial de Lula (PT). Além disso, ela representa uma das principais bandeiras do bolsonarismo. Segundo o Instituto Sou da Paz, o governo Bolsonaro editou mais de 40 publicações com o objetivo de flexibilizar o controle sobre as armas e munições no país por meio da facilitação de acesso à compra e ao registro de armas, do aumento do número e da potência das armas permitidas para cada cidadão e do desmonte das políticas de fiscalização sobre as armas de fogo e as atividades de lojas de armas, clubes de tiro e Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CACs⁴⁴.

A propaganda analisada por esta pesquisa mostra que os policiais militares bolsonaristas seguem a postura enérgica em favor do armamentismo, expressa na defesa dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CACs, no apoio à flexibilização do

44

Disponível

em:

<<https://soudapaz.org/noticias/opiniao-le-monde-diplomatique-brasil-o-brasil-armado-por-bolsonaro-e-seus-legados/>>. Acesso em: 14 mai. 2024

comércio de armas, na divulgação de vídeos de pessoas armadas se defendendo de criminosos e na reivindicação do direito à legítima defesa como um pilar fundamental dos direitos individuais. Eles se empenham em justificar o direito da população ao porte de armas como medida de garantia da liberdade e da soberania do povo brasileiro, além de descrevê-lo, no limite, como um direito bíblico e uma garantia do dever de todo homem de defender a si, sua família e sua propriedade.

Capitão Alden é o deputado federal dos CACs. É autor de projeto de lei que dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações internas decorrentes de aquisição de armas de fogo. É autor do projeto que reconhece o risco e a efetiva necessidade do porte para atirador desportivo. É autor do projeto que estabelece o dia 25 de junho como Dia Estadual do Atirador Desportivo na Bahia. É o responsável pela elaboração da cartilha com orientações sobre como proceder em abordagem a CACs. Foi o idealizador do 1 Encontro de Atiradores da Bahia. É o idealizador do Primeira Experiência de Tiro. É o deputado federal indicado pelo movimento ProArmas (**Capitão Alden, 26 de setembro de 2022**).

Atenção, você que é caçador, atirador e colecionador de armas de fogo. Nesta eleição, as nossas liberdades estão sob ataque. [...] A esquerda planeja caçar os nossos direitos (**Capitão Alden, 26 de setembro de 2022**).

Antes de ser cidadão, também sou cristão. Há 20 anos a graça de Cristo me alcançou. E é com essas convicções de fé, de cidadania, e na condição de operador de segurança pública, tenho experiência de 18 anos combatendo o crime, que eu defendo o porte de arma de fogo a todo cidadão de bem, não apenas aos CACs, vigilantes, categorias que necessitam de forma imediata. Todo cidadão de bem deve ter o direito de portar arma de fogo. Oliver Cromwell dizia assim, tenha fé em Deus, mas mantenha a pólvora seca. Arma de fogo, ou o direito à legítima defesa, é um direito bíblico. Eu não digo direito, na verdade é um dever todo homem defender a si, a sua família e a sua propriedade (**Sargento Gonçalves, 17 de setembro de 2022**).

Eu defendo que a população tenha o direito de escolha de ter uma arma de fogo. É necessário que a população entenda que foi enganada em 2003 pelo Estatuto do Desarmamento. Nós defendemos que a população tenha o direito ao porte de arma de fogo, até porque quem para um homem mal armado é um homem de bem armado. Não é apenas sobre armas, é principalmente sobre nossa liberdade. Está comprovado em vários países que o cidadão tem direito ao porte de arma, que não tenha tanta dificuldade como teve no Brasil anos atrás para defender a nossa liberdade, defender a nossa soberania. Um povo bem armado, como bem diz o presidente, jamais será escravizado (**Cabo Gilberto Silva, 18 de setembro de 2022**).

Os discursos destacados mostram que, conforme argumenta Benetti (2022, p. 865), a relativização do monopólio estatal sobre o emprego da violência física está baseada na “constatação de que a sociedade se encontra dividida em uma guerra que opõe cidadãos de bem e bandidos”. Para os policiais militares analisados, o cidadão de bem está em constante ameaça, em relação à sua vida, sua família e suas propriedades. Diante desse cenário, o porte de armas, nesse sentido, é retratado como uma questão de escolha e

liberdade individual para acessar um mecanismo de proteção e defesa pessoal. Nas palavras de Cabo Gilberto, “quem para um *homem mal* armado é um *homem de bem* armado”. Essas ideias refletem a busca pela promoção da militarização da vida civil e da cultura de violência como resposta aos problemas sociais.

Segundo Paula & Messenberg (2023), a defesa do armamentismo também se relaciona com um determinado padrão de masculinidade defendido pelo bolsonarismo. Segundo eles, a narrativa do “cidadão de bem” que utiliza a arma de fogo para defender sua honra e dignidade diante da ameaça do “bandido” reproduz o modelo masculino do “guerreiro justo” que combate o mau por meio do uso da força e da violência. Além disso, é importante destacar que o armamentismo aparece por meio de uma retórica centrada na defesa do direito à posse de armas como uma forma de resistência a uma suposta agenda política de esquerda que ataca os valores conservadores, a soberania nacional e as liberdades do “cidadão de bem”. Essa gramática de discriminação social compreende que o “outro” é um inimigo contra o qual podem ser descarregados afetos negativos como o medo, a raiva e o ódio. Nesse cenário, não apenas os conflitos criminais são compreendidos por meio da divisão entre “nós” e “eles”, mas a política também é vista como uma guerra que ameaça sua comunidade moral e a ordem social (Paula & Messenberg, 2023).

3.1.4. Antipetismo

O *antipetismo* dos policiais militares bolsonaristas revela a continuidade – no campo da disputa política – da estratégia retórica de fronteirização, da oposição entre “nós” e “eles”, entre o “bem” e o “mal”, entre “patriotismo” e “comunismo”. Enquanto Jair Bolsonaro é reverenciado como baluarte dos valores e das práticas neoconservadoras/neoliberais, ressignificadas pelos bolsonaristas como “patriotismo”, o Partido dos Trabalhadores (PT) e seu líder, Lula, são apresentados como os arautos do caos, associados a uma série de ameaças, desde a corrupção até o comunismo. Seguindo a gramática do inimigo interno, apresentada por Andrade (2021), o PT é representado como o inimigo cuja posição é indeterminada, vazia e plástica, de modo que todos aqueles que se opõem ao bolsonarismo são considerados petistas. Conforme argumenta Lowenthal & Guterman (1949), o comunismo, que no contexto brasileiro é atualizado como o “petismo”, é utilizado como um conceito extenso e que, portanto, possui um significado impreciso,

que abrange tudo o que o agitador considera sórdido. Essa plasticidade é necessária para articular o perigo da violenta revolução iminente com a suposta ligação camuflada das elites políticas e econômicas com essa ideologia. Ao construir a imagem do PT como um significante de autoritarismo, imoralidade, criminalidade, corrupção, ineficiência, mentira e insanidade – em suma, de toda uma gama de aspectos negativos –, o que se busca é eleger um inimigo contra o qual tudo é permitido.

Figura 1 – Selfie do Capitão Alden ao lado do “Mapa do Medo”



Fonte: banco de dados da pesquisa

Uma das ideias-força dessa gramática é o “antibolivarianismo”. Segundo Messenberg (2017), o termo “bolivarianismo” se refere aos governos de esquerda da América Latina que questionaram o neoliberalismo e o Consenso de Washington. Embora o PT nunca tenha se declarado bolivarianista, os parlamentares analisados associam o partido ao movimento devido às relações de cooperação internacional entre Lula e os outros líderes de esquerda do continente, bem como à fundação do Foro de São Paulo por Lula e Fidel Castro. O Foro de São Paulo surgiu em 1990 com o “objetivo de refletir sobre os acontecimentos pós-queda do Muro de Berlim e os caminhos alternativos e autônomos

pela visão da esquerda da América Latina e Caribe”⁴⁵ e, especificamente, de buscar o desenvolvimento econômico regional a partir da integração continental em contraponto à proposta de integração continental sob o domínio imperialista.

O antibolivarianismo é uma variante brasileira do anticomunismo, que marca a extrema-direita global. Como é possível perceber no discurso dos atores analisados, ele aparece tanto como defesa do Estado liberal-democrático quanto como defesa das ideias neoliberais de livre mercado e de Estado mínimo. Para os parlamentares analisados, o Foro de São Paulo é personificado como uma seita malvada que visa espalhar o autoritarismo, a miséria e a pobreza pela América Latina. E o fato de Lula integrar a organização é apresentado como uma ameaça para o Brasil, ainda que os governos petistas não tenham sequer se aproximado de uma tentativa de revolução comunista. Para isso, eles dão ênfase ao fato de outros membros dessa organização liderarem ditaduras de esquerda em seus países e, especialmente, no episódio de perseguição religiosa de Daniel Ortega contra a Igreja Católica, na Nicarágua. Mas é importante notar que as ditaduras nesses países são criticadas pelo fato de serem lideradas por figuras de esquerda, pois, ao mesmo tempo em que condenam o Foro de São Paulo, eles reverenciam o golpe militar do Brasil como uma “contrarrevolução” que nos livrou do comunismo. Além disso, eles vincularam a perseguição de Ortega à Igreja Católica ao fechamento de igrejas no Brasil devido às medidas de contenção da Covid-19 implementadas por governadores petistas – uma forma de manipulação de informações que funciona para confundir os eleitores.

A verdade vos libertará. Só vou citar essa expressão bíblica, porque realmente a verdade vos libertará. Quando a população tomar conhecimento do que é o Foro de São Paulo, o manual de Carlos Marighela, a população vai começar a entender de fato contra o que e contra quem nós lutamos em 1964 durante a contra-revolução. De fato, nós enquanto direita, enquanto conservadores, iremos mostrar. A população está acordando cada vez mais e está conhecendo de fato o que há por trás do projeto de poder desse governo que durante muitos anos ocupou Brasília e conseguiu fazer aquilo que queria, democratizar a pobreza e a miséria para toda a população (**Capitão Alden, 17 de setembro de 2022**).

A gente sempre afirma que o PT e os demais partidos de esquerda são contra a família. Aí vão lá e diz ‘É fake news que o PT é contra a família’. O PT recentemente botou aqui, ‘O PT Identifica fake news sobre fechamento de igrejas e estuda a resposta de Lula’. [...] Então, fiquem atentos, porque a partir de agora que a campanha começa, com certeza vai surgir cada vez mais notícias do tipo ‘é fake news que Lula não fecha com as igrejas’. O que foi que ele fez? Não estou afirmando aqui que ele vai fechar a igreja. Mas qual foi a política dos partidos de esquerda, em especial do PT, durante a pandemia? Fecharam o comércio, fecharam as igrejas e impediram você de cultivar e participar de eventos

⁴⁵ Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>>. Acesso em: 01 mai. 2024

religiosos. Então esse é o modus operandi desse partido das trevas (**Capitão Alden, 16 de agosto de 2022**).

Nós corremos os mesmos riscos que correm o povo da Nicarágua porque a Nicarágua foi tomada por um ditador há 20 anos que está perseguindo. Nós acompanhamos, nestas últimas semanas, por todos os meios de comunicação, a perseguição ferrenha aos cristãos. São padres que estão na cadeia, bispos que estão presos, o povo que não pode mais frequentar as missas, não se celebra mais. Então é uma perseguição explícita. E por que o Brasil corre esse risco? Porque o ditador da Nicaragua é amigo do grupo do Foro de São Paulo. E eu não vi em nenhum momento esse pessoal da esquerda brasileira reclamar, falar, criticar (**Capitão Alberto Neto, 24 de setembro de 2022**).

Cristãos, brasileiros e pernambucanos, estamos vivendo uma luta do bem contra o mal. Recentemente, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, decretou o fechamento de todas as igrejas. Foi um grande absurdo. A gente nota que isso está repassando para outros locais do mundo. Na Nicarágua, recentemente, igrejas fechadas e o poder executivo completamente contra o povo de Deus (**Coronel Meira, 06 de setembro de 2022**).

Além de uma ameaça para a democracia política, os policiais militares bolsonaristas enfatizam que o PT é uma ameaça para a economia brasileira. Eles destacam dois casos paradigmáticos de hiperinflação na América Latina, a Venezuela e a Argentina, para apresentar os perigos do país ser governado pela esquerda – tanto durante a campanha eleitoral quanto após as eleições, no contexto de discussão sobre a PEC da Transição. O PT seria um agente causador de pessimismo no mercado, podendo levar a inflação, desemprego, queda no valor das ações das estatais, aumento da pobreza e das taxas de juros. Seus discursos agitam a ansiedade com a possibilidade de o Brasil seguir caminhos econômicos problemáticos semelhantes aos da Argentina ou da Venezuela.

A população da Argentina já começa a fugir do seu país procurando trabalho no Brasil. Eu tenho conversado com vários venezuelanos que moram no Amazonas. Eles estão desesperados. Como é que vocês querem trazer o Lula de volta ao poder? Vocês estão loucos. Olha aqui para o nosso país, olha o que aconteceu com essa política equivocada. [...] Por isso que eu peço que você vá com a camisa verde, com a camisa amarela, de verde e amarelo. Vamos mostrar que a nossa bandeira não vai ser vermelha, não vai ter bandeira do comunismo governando esse país (**Capitão Alberto Neto, 22 de setembro de 2022**).

O que você não sabe é que se votar neles, será um eterno pesadelo. Se você ainda duvida, basta olhar a Argentina, que já está vivendo as mazelas da mesma ideologia implantada anos atrás na Venezuela. Falta tudo no comércio. Dinheiro já não é contado, agora ele é pesado, reflexo da hiperinflação que teve seu início no voto errado de sua população. Muitos ficaram em silêncio, se abstendo de votar e agora pagam um preço muito alto que tão cedo não terão a capacidade de se recuperar. Se tem apenas 2 países onde deixaram o socialismo e o comunismo criarem suas raízes, e como uma erva daninha cresce, no começo até boa ela aparece, mas no fim, tudo o que ela toca, perece. Esse filme todo mundo já assistiu. Quem quiser assistir de novo, vá para Cuba que o pariu, porque agora já chega ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil (**Capitão Augusto, 22 de setembro de 2022**).

Aqui não vai virar uma Argentina! A dita PEC da irresponsabilidade, que irá aumentar a despesa pública em 200 bilhões de reais, é uma amostra do que teremos pelos próximos anos com o futuro governo. Vou acompanhar de perto todas as medidas e ações e não vou permitir que o país, hoje com sua economia estável, afunde (**Capitão Alberto Neto, 17 de novembro de 2022**).

A associação do PT à corrupção está presente largamente nos discursos dos parlamentares analisados. Ao longo da campanha e após as eleições, foram feitas acusações de corrupção direcionadas aos governadores petistas do Nordeste, que estariam envolvidos em um esquema na compra dos respiradores através do Consórcio Nordeste, e aos governos federais petistas. O candidato Lula foi frequentemente mencionado com epítetos como “ex-presidiário”, “descondenado” e “ladrão”, enquanto os escândalos de corrupção dos governos petistas, como o “mensalão” e o “petrolão”, assim como as acusações da Lava-Jato e as alegações de enriquecimento ilícito contra o filho de Lula, foram destacados para atestar a ameaça do PT à economia brasileira.

O deputado Capitão Alden atua diariamente para combater fervorosamente a corrupção do governo petista de Rui Costa, sendo o principal responsável pelas denúncias no caso dos respiradores que podem por fim ao projeto tirânico da esquerda PT (**Capitão Alden, 31 de agosto de 2022**).

Lula diz se orgulhar do partido que mais somou casos de corrupção na história deste planeta terra! Com tantos casos de políticos envolvidos relatados seria um partido ou uma quadrilha? (**Capitão Alden, 19 de setembro de 2022**).

Cuidado! Falar a verdade sobre o ex-presidiário pode dar cadeia. Um homem chamou o ex-presidiário de ladrão e foi preso por agentes federais que protegiam o descondenado. Num país normal a Polícia Federal prendia quem roubava e protegia a vítima do roubo. Agora vemos a PF protegendo o delinquente e prendendo aquele que foi roubado (**Capitão Alberto Neto, 19 de setembro de 2022**).

[Imagens de capas da Revista Veja contra Lula]. Registros de um governo de corrupção, uma vergonha que o Brasil jamais esquecerá (**Capitão Alberto Neto, 15 de setembro de 2022**).

Os negócios da família do ex-presidiário. [Reportagem do Jornal da Record]: O Jornal da Record continua a série que mostra os negócios da família do ex-presidente Lula. Hoje é a vez do filho mais velho, conhecido como Lulinha (**Capitão Augusto, 21 de setembro de 2022**).

MensaLão, petroLão, tripLex, Ladrão (**Capitão Augusto, 28 de setembro de 2022**).

[Vídeo de diplomação de Lula e Alckmin com narração de Capitão Nascimento]: Metade dos seus colegas aqui nessa casa deveria estar na cadeia. Metade é pouco, aqui tem uns 6 ou 7 de ficha limpa. O sistema entrega a mão para salvar o braço. O sistema se reorganiza, articula novos interesses, cria novas lideranças. Enquanto as condições de existência do sistema estiverem aí, ele vai resistir. Mas quem você acha que sustenta tudo isso? E custa caro, muito caro. O sistema é

muito maior do que eu pensava, não é atoa que os traficantes, os policiais, os milicianos matam tanta gente nas favelas. Não é atoa que existem as favelas e acontecem tantos escândalos em Brasília. Entra governo, sai governo, a corrupção continua. Para mudar as coisas, vai demorar muito tempo (**Cabo Gilberto Silva, 14 de dezembro de 2022**).

Conforme argumenta Oliveira Filho *et al.* (2019), o discurso anticorrupção tem sido historicamente utilizado pela direita brasileira contra os movimentos de esquerda. O golpe de 1964, por exemplo, foi gestado, em parte, pela atuação da União Democrática Nacional – UDN na temática da anticorrupção, elegendo o comunismo e a corrupção como o “inimigo duplo” a ser combatido. No caso do bolsonarismo, sua ascensão eleitoral está intimamente ligada ao impulso do discurso anticorrupção impulsionado pela Operação Lava Jato em 2014. Nesse contexto, o combate à corrupção virou sinônimo de combate ao PT, levando milhares de pessoas às ruas em 2015. O principal adversário de Bolsonaro em 2018 e 2022, o ex-presidente Lula, foi alvo de uma condenação controversa por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em 2018, apesar da falta de provas, cumprindo 580 dias de prisão. O juiz responsável pela condenação, Sérgio Moro, deixou a magistratura para se tornar Ministro da Justiça de Jair Bolsonaro após as eleições de 2018. Em 2021, o ministro do STF Edson Fachin anulou as condenações de Lula por considerar que a corte que o julgou atuou fora de sua jurisdição.

A associação do PT à corrupção nesses discursos é uma das estratégias mobilizadas pelo bolsonarismo para oferecer alívios imediatos em sua audiência, que consistem na possibilidade de descarga violenta dos impulsos agressivos do público contra determinados grupos sociais tomados como inerentemente negativos. Segundo Lowenthal & Guterman (1949), os agitadores autoritários se aproveitam do mal-estar produzido pelas modernas burocracias, que alienam o público dos espaços de poder institucional, para mobilizar o sentimento de desconfiança, alienação e desilusão com os espaços políticos. Para isso, eles não apenas se aproveitam da escandalização de supostos esquemas de corrupção, cujo alvo foi o PT, mas também dirigem ataques às elites, ao “sistema”, ao *establishment*.

O sistema, você é mais um refém dele? O sistema é um inimigo invisível. O sistema que tem braços onde o povo não enxerga. O sistema tira dinheiro de quem é trabalhador. O sistema prejudica quem quer oferecer emprego. O sistema é feito por políticos corruptos, espertalhões, ladrões, presidiários e assaltantes do dinheiro público. O sistema quer corromper a família. O sistema diminuiu o Brasil para o resto do mundo. O sistema te fez acreditar que esse país não tem jeito. O sistema te fez viver com medo todos os dias. Medo de ser assaltado, medo de não pagar suas contas no fim do mês, medo de deixar seus filhos saírem de casa. O sistema te convenceu que lutar é trabalhar e pagar mais e mais impostos. O sistema tirou a segurança da sua casa e do seu comércio. O sistema

tirou o seu direito de ir e vir. O sistema tenta todos os dias tirar a capacidade de crescer profissionalmente. O sistema criou o petrolão e o mensalão. O sistema quer tirar sua liberdade de expressão. O sistema conta mentiras todos os dias para te convencer de que o nosso governo não faz nada. O sistema criou uma mídia corrupta. O sistema te enganou por muitos anos, até que milhares de vozes caladas gritaram basta e foram para as ruas. Chega. O Brasil não é o país do sistema (**Coronel Fernanda, 27 de setembro de 2022**).

Segundo Lowenthal & Guterman (1949), o agitador dirige o seu discurso para um público ressentido em relação ao mundo, que se sente enganado pelo “sistema” por ter sacrificado os impulsos instintivos em nome de determinados valores morais da civilização em troca de uma recompensa última que nunca foi satisfeita. Um público desconfiado que, conseqüentemente, se sente inseguro, impotente e perplexo. O agitador, ao contrário de outros defensores de mudança social, não promete “iluminar” o seu público, mas fomenta e se aproveita da desconfiança desses sujeitos ao chamá-los grosseiramente de eternos idiotas enganados sistematicamente. Ele convence os seus potenciais seguidores de que são permanentemente idiotas e de que isso não é uma razão para se envergonhar, pois admitir a condição de desilusão, de ignorância e de vítima da enganação seria um gesto de honestidade e de lucidez.

Uma possível leitura do argumento de Lowenthal & Guterman (1949), criativa por se afastar das noções antropológicas e psicanalíticas das quais partem os autores, é a de que os formadores de opinião bolsonaristas se dirigem a um público ressentido em relação à reabertura democrática no Brasil, que se sentem enganados pelas contradições da democracia, pela percepção de que mesmo os governos democráticos possuem vícios, como a corrupção, a violência urbana, as dificuldades econômicas etc. Mas, além desses, conforme podemos observar no discurso acima da Coronel Fernanda, a democracia tem contrapartidas que desagradam particularmente os bolsonaristas radicais, como as reivindicações pela laicidade do Estado, a impossibilidade de governar por meio de arbitrariedades que ferem a Constituição, a liberdade de imprensa e, principalmente, o acolhimento da diversidade sexual e de gênero, interpretadas como corrupção da família.

Nesse sentido, o sistema contra o qual os parlamentares analisados se dirigem é justamente o arranjo político fundado a partir da Constituição de 1988. E o PT, nesse cenário, não é apenas descrito como um adversário corrupto e perigoso, mas também como uma força sustentada pelo apoio do *establishment*, especialmente da Justiça Eleitoral, conduzida pelo ministro Alexandre de Moraes, e da mídia. Eles alegam que essas

instituições são tendenciosas e constantemente atacam injustamente o então presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores, enquanto protegem o candidato petista, Lula.

Para fortalecer essa ideia, eles argumentam que a mesma justiça que conduz o processo eleitoral absorveu Lula de suas condenações, o que seria um fator de deslegitimação das decisões legais que visavam garantir uma campanha eleitoral justa, como a proibição do candidato governista de utilizar o aparelho estatal para promover sua candidatura e as ações que visavam o controle sobre a disseminação de notícias falsas durante as eleições. Seus discursos indicam que o PT é um inimigo forte não porque possui apoio popular, pois as pesquisas eleitorais que indicam isso são apontadas como fraudulentas, mas porque está alinhado ao “sistema”. Não apenas a Justiça Eleitoral é atacada, mas também o principal telejornal da TV Globo, o Jornal Nacional, assim como os jornalistas William Bonner e Renata Vasconcelos, que atuaram firmemente contra a condução da pandemia operada pelo governo Bolsonaro.

Pode isso Arnaldo? Juízes que tiraram Lula da cadeia conduzem o processo eleitoral do Brasil (**Cabo Gilberto Silva, 27 de setembro de 2022**).

É muito difícil entender, é complicado de explicar, mas é praticamente impossível aceitar essa maneira de funcionar do sistema de justiça do Brasil. Como se pode julgar e condenar, colocar o sujeito na cadeia, e 3 anos depois aparece um ministro do Supremo e diz que nada disso deveria ter acontecido, nada disso tem valor? (**Capitão Augusto, 26 de agosto de 2022**).

Mais uma vez o ativismo judicial entra em ação para fins que não contribuem em nada com a sociedade. O TSE proíbe o uso das imagens do 7 de setembro para tentar apagar da memória do povo o ato patriótico e voluntário, que mobilizou milhões de brasileiros em defesa da democracia (**Capitão Alberto Neto, 11 de setembro de 2022**).

Benedito Gonçalves, corregedor da Justiça Eleitoral e responsável por proibir o Presidente Bolsonaro de usar imagens do 07 de setembro, se encontrou com Lula na posse de Alexandre de Moraes no TSE, veja como foi e tire suas conclusões (**Junio Amaral, 12 de setembro de 2022**).

Fui notificado pela Justiça Eleitoral, a qual determinou que eu retire imediatamente o quadro comparativo que eu coloquei na porta do meu comitê, esse que viralizou no Brasil inteiro, que traz informações simples, didáticas, comparando as posições ideológicas que estão em jogo nas eleições deste ano. A denúncia que fundamentou essa decisão afirma que eu coloquei dizeres mentirosos a fim de enganar a população. Eu mostro a vocês quem está realizando afirmações mentirosas a fim de enganar a população e se o quadro é ou não é a estrita verdade incontestável do Brasil e do que está em jogo nas eleições (**Junio Amaral, 01 de setembro de 2022**).

Cada vez mais perto das eleições, as pesquisas começam a apontar a realidade, já que a tentativa de induzir a população com pesquisas falsas não funcionou (**Junio Amaral, 24 de setembro de 2022**).

Bonner e Renata, tchutchucas de bandido (**Junio Amaral, 26 de agosto de 2022**).

Inacreditavel, já no início da entrevista, o Jornal Nacional tenta desmerecer a Operação Lava-Jato que prendeu diversos corruptos. O ex-presidiário sequer foi interrompido a cada segundo, como o presidente Jair Bolsonaro. Já ficou claro a todos de que lado a imprensa está (**Capitão Augusto, 26 de agosto de 2022**).

Segundo os deputados, o “sistema” é uma ameaça para todos os “cidadãos de bem”, patriotas e conservadores, pois ele ataca as liberdades civis, como o direito de ir e vir e a liberdade de expressão. Eles consideram como ataques às liberdades civis: as políticas de combate à pandemia da Covid-19 adotadas pelos governadores, as propostas de regulamentação das redes sociais e outras medidas legislativas, em níveis estadual e federal, destinadas a conter a disseminação de notícias falsas. Além disso, eles interpretaram uma autorização do STF para investigar empresários bolsonaristas, sob a suspeita de estarem se preparando para um golpe de Estado caso Lula ganhasse as eleições, como uma medida ditatorial da Corte, que fere a liberdade de expressão. A “ditadura da toga” é uma expressão recorrente nos discursos analisados e que manifesta a indignação dos parlamentares com as decisões do STF, acusadas de serem parciais, inconstitucionais e arbitrárias.

Lei da fake news, você conhece? Sabe do que se trata? Ontem se comemorou 2 anos da aprovação da lei de combate à fake news aqui na Bahia. Se cada um dos senhores utilizar as redes sociais para postar alguma coisa sobre pandemia, COVID, endemia, saúde pública, e esta informação seja considerada, entre aspas, falsa, os senhores vão pagar uma multa de 5000 a 20000 reais, sabiam disso? (**Capitão Alden, 31 de agosto de 2022**).

A vítima agora foi os enfermeiros, amanhã poderá ser você. O Brasil acompanhou atentamente mais um abuso do Supremo Tribunal Federal ao suspender o piso nacional dos enfermeiros, um avanço dos demais poderes, rasgando a competência do Congresso Nacional, desmoralizando os senadores da república. É um absurdo o que estamos acompanhando inertes, a omissão do Pacheco, que nada faz contra os desmandos de alguns ministros que rasgam constantemente a Constituição Federal (**Cabo Gilberto Silva, 05 de setembro de 2022**).

[Silas Malafaia:] Povo abençoado do Brasil, o Alexandre de Moraes é um desgraçado que rasga a Constituição e eu vou provar. Eu começo pelo inquérito imoral e ilegal das fake news, que não está no ordenamento jurídico do Brasil. Esse desgraçado ao mesmo tempo, é vítima, delegado, promotor e juiz. Nem na inquisição se viu isso, é uma aberração que mancha o judiciário brasileiro. Ele rasga a Constituição, artigo 129 (**Cabo Gilberto Silva, 27 de agosto de 2022**).

Você indeciso ou que vai votar nulo, cuidado. Se o ex-presidiário voltar, pode ser que você nunca mais vote para eleger um presidente no Brasil. [Lula]: Eu acho que eu cometi um erro no meu governo, que foi não levar mais a sério uma

regulamentação para o meio de comunicação (**Capitão Augusto, 16 de setembro de 2022**).

O ressentimento contra o sistema judiciário brasileiro não é uma novidade no nicho bolsonarista, especialmente pelo seu papel de garantir os direitos humanos para todos os cidadãos brasileiros, um dos alvos de ataques da extrema-direita brasileira no que tange à segurança pública. No entanto, foi durante o governo Bolsonaro que o STF assumiu protagonismo entre os incontáveis inimigos criados pelo bolsonarismo, pois nesse período a Suprema Corte se tornou o principal obstáculo ao seu projeto autoritário. Segundo Vieira *et al.* (2022), durante o governo Bolsonaro houve uma tendência populista e autoritária, manifestada por meio da emissão de decretos, nomeações e medidas administrativas, orçamentárias e burocráticas, acompanhadas de pressões sobre agentes públicos, que visaram enfraquecer ou anular diversos direitos e valores estabelecidos pela Constituição de 1988. Como resultado, coube principalmente ao STF o papel de conter os excessos inconstitucionais do presidente. Ao longo desse processo, o tribunal tomou algumas decisões controversas e pouco convencionais. Um exemplo significativo disso foi a abertura inédita de inquéritos de ofício, sendo o primeiro deles o “Inquérito das Fake News”, aberto em março de 2019 pelo então presidente do Tribunal, Dias Toffoli, que designou o ministro Alexandre de Moraes como relator.

Um episódio do imbróglio entre o bolsonarismo e o STF interessante para esta pesquisa é a condenação do policial militar político Daniel Silveira (PSL), ex-deputado federal do Brasil, por estimular atos antidemocráticos e ameaçar o Estado Democrático de Direito. Ele foi preso em 2021 após publicar, em suas redes sociais, um vídeo contendo injúrias e ameaças contra os ministros do STF. Como é possível perceber nas publicações destacadas acima, sua condenação não foi capaz de impedir que aqueles policiais políticos que disputavam as eleições também estimulassem ataques à Suprema Corte e, especialmente, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes.

A postura *antiestablishment* desses parlamentares é coerente com a busca pelo estabelecimento de uma “pátria bolsonarista”, onde a sua visão de mundo não seja apenas tolerada, mas sim dominante, sobrepondo-se às leis e aos direitos fundamentais consagrados na Constituição. Ao promoverem a subversão das leis em nome de uma ideologia política específica e das liberdades individuais, esses policiais políticos não apenas se colocam em oposição ao Estado de Direito, mas também ameaçam a própria essência da democracia brasileira. Enquanto a Constituição é vista como um documento

vivo, moldável às necessidades e aspirações da sociedade, para esses agentes, ela se torna um obstáculo a ser superado em nome de uma visão de mundo particular, na qual a liberdade de expressão engloba o direito de discriminar grupos subalternos, disseminar desinformação e até mesmo desafiar as instituições democráticas.

A relação ambígua dos agitadores autoritários com os valores democráticos é antiga, tendo sido discutida por Lowenthal & Guterman (1949). Segundo os autores, o agitador deslegitima e elogia, simultaneamente, os valores de democracia, de igualdade e de justiça e as instituições que salvaguardam esses valores. Na verdade, os ideais democrático-liberais são aceitos pelo agitador apenas na medida em que excluam determinados grupos da sua esfera de reconhecimento. Ao mesmo passo em que os ideais e as práticas liberal-democráticos são condenados por supostamente camuflarem as intenções autoritárias e fascistas dos seus defensores, conforme observado nos discursos antibolivarianistas, eles são aceitos e valorizados quando beneficiam os interesses do agitador e os grupos bem-quistos por ele. Dessa forma, os agitadores reconfiguram o significado dos valores de igualdade, liberdade, justiça, fraternidade, humanismo e tolerância, de modo que possam ter acesso exclusivo e ilimitado a esses valores aqueles que são considerados os “cidadãos de bem” e “patriotas”.

O que se observa no discurso desses policiais políticos não é simplesmente o antipetismo como uma gramática de perseguição ao Partido dos Trabalhadores, mas sim uma perseguição aos valores democráticos estabelecidos desde a Constituição de 1988, embora disfarçada de antagonismo ao petismo ou ao comunismo. Isso fica claro após o resultado das eleições, quando o discurso antipetista assume um tom golpista. Sob o pretexto do suposto perigo econômico e moral representado por Lula para o Brasil, os parlamentares analisados se voltam contra a legitimidade das eleições e das instituições democráticas brasileiras e passam a apoiar as manifestações de bolsonaristas que clamavam por um golpe militar, em frente aos quartéis das Forças Armadas.

Os parlamentares puseram em xeque a legitimidade das eleições presidenciais, questionando a confiabilidade das urnas eletrônicas e exigindo auditoria dos votos, levantando suspeitas sobre a integridade eleitoral. Além disso, atacaram o Supremo Tribunal Federal (STF), particularmente o ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de abuso de autoridade, restrição à liberdade de expressão – evidenciada no bloqueio de contas de redes sociais de parlamentares alinhados ao governo Bolsonaro que estimulavam

o golpe de Estado – e de interferência indevida nas eleições e no poder legislativo, por meio da suposta violação à imunidade parlamentar.

O erro começou quando nós aceitamos pacificamente que o STF resgatasse da cadeia, de várias condenações, um bandido, um condenado, e limpasse a ficha dele, anulasse as condenações e tornasse ele elegível. Aquilo era o prenúncio do que o sistema estava planejando. A gente tem que falar tudo aqui com meias palavras para a gente não ser bloqueado (**Sargento Fahur, 01 de novembro de 2022**).

Pastor Fabiano preso por crime de OPINIÃO o que não existe no ordenamento jurídico brasileiro Essa é a ‘democracia’ que eles defendem... se não for opinião a favor deles será preso! Mais ilegalidades, mais inconstitucionalidades. Hoje de madrugada, a Polícia Federal acaba de levar o Pastor Fabiano. A polícia da ditadura do Alexandre de Moraes. Isso que dá lutar por liberdade. Até quando Brasil? Cidadão tratado como bandido (**Cabo Gilberto Silva, 19 de dezembro de 2022**).

Não existe mais democracia no Brasil. O ordenamento jurídico foi destruído e o Senado Federal não cumpre a Constituição. O Congresso Nacional está sendo fechado. Precisamos restabelecer a lei e a ordem em defesa do Estado de direito. Sobrou apenas essa alternativa, através da Constituição Federal de 1988. Amanhã, a ditadura da toga poderá bater na sua porta!!! (**Cabo Gilberto Silva, 09 de dezembro de 2022**).

Ministro Alexandre de Moraes, respeite o processo legal, não existe xerife, ditador nesse Brasil. [...] Essa campanha eleitoral mostrou que o judiciário brasileiro tinha um lado e estava implacável até derrotar o seu opositor. Isso ficou muito claro. Ministro de Alexandre de Moraes foi, na verdade, o grande vencedor dessa eleição. O Tribunal Superior Eleitoral, com medidas uma atrás da outra contra o presidente da República, impedindo a Michelle Bolsonaro de participar do programa eleitoral, de utilizar o seu discurso na ONU, de utilizar as imagens do 7 de setembro, movimentação espontânea brasileira. Em pleno século XXI, veículos de comunicação sendo calados, ultrajando a Constituição brasileira, que permite o livre pensamento, sem censura prévia (**Capitão Alberto Neto, 07 de novembro de 2022**).

Esses parlamentares viam nas manifestações em frente aos Quartéis-Generais das Forças Armadas uma resposta legítima ao que chamavam de “ditadura da toga”, argumentando que apenas o povo poderia enfrentar o STF em defesa da nação. Consideravam as Forças Armadas como um possível “poder moderador”, conforme interpretavam o Art. 142 da Constituição, defendendo que esta instituição deveria proteger o povo. Além disso, reiteraram o apoio militar, criticando Lula por supostamente desrespeitar as Forças Armadas e apoiando-se em um relatório das Forças Armadas sobre as urnas eletrônicas – que, vale ressaltar, não identificou irregularidades técnicas.

[Sebastião Coelho]: A solução será prender Alexandre de Moraes. E eu dou a base legal para isso. Nós temos que fazer tudo de acordo com a Constituição e com as leis. O senhor ministro Alexandre Moraes há muito não respeita a Constituição. [...] Há muito ele vem cometendo crimes e a Constituição Federal

diz que a prisão só pode ocorrer por ordem escrita de autoridade judiciária, ou seja, de um juiz ou em flagrante delito. Os crimes praticados por Alexandre Moraes estão sendo cometidos com as suas decisões. [...] O Supremo Tribunal Federal viola a Constituição. Quem deveria tomar providência é o Senado da República. Mas infelizmente não sei os motivos dos senhores senadores, estão quietos, concordando com essa situação. Então, o poder judiciário está abusando de um poder que não tem. O Senado federal está silente. [...] Resta o presidente da República e não aplaudam, por favor, convocar as Forças Armadas para efetuar a prisão de Alexandre de Moraes. [...] Se alguns dos ministros do Supremo Tribunal Federal derem habeas corpus para Alexandre de Moraes, eles também poderão ser presos. Vai fechar o supremo? Não, não. Convoca-se os ministros do STJ para substituir até que tudo se normalize. Não vamos desistir, não vamos desistir do Brasil e eu não estou tratando de política, não quero saber de política, eu quero saber da nossa liberdade (**Alberto Fraga, 21 de novembro de 2022**).

[Manchete]: Forças Armadas reafirmam que são o poder moderador e que garantirão a liberdade de expressão e a livre manifestação do povo no Brasil (**Capitão Alden, 11 de novembro de 2022**).

Desmoralizados, precisamos resgatar as Forças Armadas. Eu não diria que foi um desprezo para o cerimonial, mas para os militares que ali estão, representa que Lula vai enquadrar as Forças Armadas porque essa manifestação que ele fez deixou muito claro que ele não tem uma relação afetiva com as Forças Armadas, talvez pelo fato das Forças Armadas serem uma espécie de baluarte para onde estão indo parte significativa da sociedade brasileira porque estão temerosos (**Coronel Meira, 02 de janeiro de 2023**).

Hoje, 8 de janeiro de 2023, tivemos a informação que cidadãos invadiram o Congresso Nacional, e eu peço a você integrantes da força de segurança, que tenha muita sabedoria, serenidade, muita cautela na hora de agir contra esses homens e mulheres. Esses cidadãos que invadiram o Congresso Nacional não são bandidos, na verdade, são cidadãos que estão indignados com tudo o que ocorre no nosso país, com a inversão de valores, em ver bandidos sendo colocados em liberdade pela justiça. Em ver literalmente o judiciário trazendo um criminoso de volta a cena do crime e tudo isso que tem tomado de conta desse momento tão tenebroso da história do Brasil. Que os senhores tenham muita sabedoria. Lembre e trago a reflexão, a memória dos nossos irmãos, policiais militares de São Paulo, que foram condenados a dezenas de anos de prisão pelo fato de terem intervindo naquela rebelião no Carandiru. Lembrando que aqueles que foram mortos no Carandiru eram homens, bandidos, criminosos, mas mesmo assim esses policiais foram condenados a anos por esse mesmo sistema. Lembrar também que esse mesmo sistema que quer que vocês, que os senhores atuem contra esses cidadãos, contra esses patriotas que lutam pelo Brasil, é o mesmo sistema que negocia por horas até dias com criminosos que invadem propriedade privada. Que os senhores reflitam sobre tudo isso, que os senhores tenham serenidade neste momento. [...] Que os senhores tenham sabedoria e lembrem que nós fizemos um juramento ao ingressar nas polícias, de proteger o cidadão de bem, não de atacar. Que nós possamos ter muita sabedoria nesse momento. Que Deus conceda a sabedoria para as forças policiais do nosso país (**Sargento Gonçalves, 08 de janeiro de 2023**).

O apelo que o Sargento Gonçalves faz aos policiais para que protejam os “patriotas” que invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro, evidencia claramente a construção de uma narrativa dualista entre o “cidadão de bem” e o

“bandido”, que é característica das candidaturas dos policiais militares fortalecidas pelo fenômeno bolsonarista. Ao retratar os invasores do Congresso Nacional como “patriotas que lutam pelo Brasil” e equipará-los aos policiais que intervieram na rebelião do Carandiru, o discurso reforça a ideia de que os invasores são os “cidadãos de bem” enfrentando os “bandidos” representados pelo sistema político e judiciário e que, portanto, devem ser tratados pela polícia de forma especial. Além disso, ao apelar para o juramento das forças policiais de proteger o cidadão de bem, o discurso reforça a ideia de que agir contra os invasores seria agir contra os interesses do povo, apoiada sobre a narrativa da guerra contra supostos inimigos da pátria.

Nesse sentido, a gramática antipetista se apresenta como a gramática da guerra, que extrapola os limites da micropolítica presente na prática policial nas ruas, evidente no que chamamos de gramática punitivista, e alcança a macropolítica. Ela se revela como uma continuidade de uma gramática que discrimina o “nós”, que são considerados merecedores de proteção, e o “eles”, que são vistos como merecedores de punição. Aqui a categoria de “não cidadão” ou “bandido” ultrapassa a estigmatização dos corpos e territórios negros e marginalizados, discutidos por Lima (2022), e passa a incluir os adversários políticos do movimento bolsonarista, gestando uma atmosfera golpista que buscou romper a Constituição de 1988 em nome das liberdades individuais. As repetidas bravatas pela liberdade, que aparecem tanto na campanha eleitoral quando no período de incubação golpista, demonstram uma concepção negativa da liberdade, segundo a qual não cabe aos interesses coletivos, positivados na forma da lei, interferir no âmbito das ações daqueles que são reconhecidos como cidadãos de bem, mesmo que elas contrariem o pacto social.

3.2. A relação entre a formação do policial militar e o bolsonarismo

A análise do conteúdo propagandeado pelos policiais militares bolsonaristas eleitos para a Câmara dos Deputados nos mostra que a relação entre a identidade policial-militar e o bolsonarismo é, antes de tudo, complexa. Conforme argumenta Novello & Alvarez (2022), o policial político enuncia questões da instituição policial que traduzem o vocabulário utilizado por esses sujeitos para sentir, interpretar e agir no mundo, adquirido ao longo de suas trajetórias profissionais. No entanto, ele não é simplesmente um reflexo dessa cultura institucional, tendo em vista que, apesar da pretensa uniformização dos

agentes militares, as corporações também são palco do conflito e da disputa de ideias e interesses (Muniz, 1999). Na verdade, os policiais políticos se apoiam sobre a legitimidade da cultura policial para direcionarem a diferentes audiências discursos que estruturam e possibilitam a comunicação entre os elementos da subjetividade policial-militar e outras formas de moralização e ordenação simbólica da vida social (Novello & Alvarez, 2022). Nesse sentido, eles não são sujeitos cooptados pelo bolsonarismo, mas agentes estruturantes do bolsonarismo que se inserem nos espaços institucionais da política, apoiados sobre o capital político legado por suas atividades profissionais, para ecoar e legitimar um determinado conservadorismo social que articula punição e moralidade.

Para entender esse fenômeno, é importante reconhecer que os policiais militares bolsonaristas não são transformados em sujeitos conservadores por meio dos chamados “ritos de passagem” do mundo civil para o mundo militar, que acontecem quando eles ingressam nas corporações. A visão de mundo que caracteriza esse conservadorismo é, antes, encontrada no seio da própria cultura brasileira. Se temos uma polícia conservadora, a resposta para isso parece estar mais no fato de que a sociedade é conservadora do que numa possível idiosincrasia do *ethos* militar. Conforme afirma Muniz (1999), os preconceitos e as desigualdades de reconhecimento moral enraizadas na sociedade formam o fundamento das gramáticas de pensamento e atuação de uma ampla parcela dos policiais militares. No entanto, a trajetória formativa desses sujeitos, a que acontece de forma institucionalizada e principalmente a que acontece no enfrentamento dos desafios característicos da prática do policiamento, contribuem para uma radicalização autoritária desse conservadorismo discriminatório e, conseqüentemente, para a participação na estruturação do bolsonarismo.

As candidaturas dos atores analisados representam a insatisfação dos policiais com as leis que permitem, mesmo que de forma precária, o controle do abuso de força e de autoridade policial. Esses policiais, descontentes com as críticas dirigidas contra a lacuna entre as expectativas legais de atuação cidadã da polícia e os excessos da prática policial concreta, buscam um mandato legislativo para alterar essas leis, de modo a legitimar uma ordem que nega a cidadania às minorias. Assim como os atores analisados por Carvalho (2017), eles figuram como “cruzadores morais” em defesa do *status quo*.

Nessa perspectiva, os discursos examinados nesta pesquisa mostram que o dilema entre a lei e a ordem, discutida por Monet (2001), é resolvido de forma antidemocrática

pelos policiais militares analisados. Segundo Monet (2001, *apud* Cymrot, 2014), em uma democracia a lei deve preceder a ordem para que seja possível a garantia dos direitos da minoria frente à defesa dos valores da maioria, contudo, o que observamos nos discursos é a defesa de um atropelamento dos valores morais dominantes – brancos, cristãos, heterossexuais e patriarcais – sobre a própria existência das minorias, por meio da busca da desregulamentação da ação policial, da depreciação das demandas por reconhecimento ou do encolhimento das garantias de acesso aos direitos constitucionais pelos grupos subalternizados.

O conservadorismo moral, uma gramática relevante nas candidaturas analisadas e proeminente entre os políticos bolsonaristas de forma geral, encontra precedentes na identidade dos policiais militares. Conforme argumenta Cymrot (2014), esse aspecto não deriva simplesmente de um suposto caráter instrumental das polícias, do qual se pode deduzir que estas instituições são simplesmente controladas pelos interesses da classe burguesa. Uma hipótese mais convincente é a de que esse conservadorismo moral se relaciona com o processo formativo dos agentes policiais militares e, sobretudo, com as normas informais que direcionam a prática do policiamento e da resolução de conflitos, tendo em vista que os policiais gozam de grande poder de arbítrio na aplicação da lei em razão das particularidades do trabalho policial⁴⁶. Nesse domínio, devemos considerar a relação dos policiais com o público policiado, pois, ainda que a lei pudesse respeitar o princípio de igualdade – o que não acontece em uma sociedade com diversas dimensões de desigualdade –, a sua aplicação é marcada por filtros discriminatórios. E, segundo Reinert (*apud* Cymrot, 2014, p. 115), a gramática de discriminação social predominante entre os policiais é entre as pessoas que “aceitam os valores de decência da classe média, que muitos policiais respeitam” e aquelas que os desafiam. Não à toa, o modelo de educação valorizado pelos policiais políticos analisados é o que transmite os valores de ordem, disciplina e acatamento das normas morais da família burguesa, cristã e patriarcal.

No Brasil, apesar de a juventude negra ser o principal alvo desse mecanismo de distinção social em razão da desigualdade racial que marca a nossa sociedade (Almeida, 2021; Carvalho, 2017; Lima, 2022), há outro grupo social tomado como ameaçador da moral e dos bons costumes nos discursos dos policiais militares bolsonaristas, por conta da

⁴⁶ Segundo Cymrot (2014, p. 106, *grifo do autor*), “esse poder discricionário é facilitado, acima de tudo, pela natureza básica do trabalho policial, que exige que cada caso concreto seja tratado em sua individualidade, segundo as lógicas de situação, *aqui e agora*. [...] Na prática, a determinação do trabalho policial é obtida por uma interação de pressões e processos variados, internamente e no ponto mais próximo da ação”.

sua relação disruptiva com o ideal de masculinidade valorizado no mundo militar – a saber, os movimentos feminista e LGBTQIA+. Os discursos analisados mostram que a ideia de família tradicional está fundamentada principalmente na oposição ao que eles denominam como ideologia de gênero – um conjunto de ideias que desnaturalizam as fronteiras entre as identidades e os papéis de gênero do homem e da mulher. Esse fenômeno é coerente com o *ethos* masculino predominante nas corporações de polícia militar, profundamente sexista (Muniz, 1999), do qual derivam o culto do comportamento masculino, associado à virilidade e à força, e a aversão à homossexualidade (Muniz, 1999; Castro, 2004). Por outro lado, a feminilidade ocupa o lugar oposto ao da masculinidade, associando-se à fragilidade, à docilidade e à responsabilidade pela família, de modo que a luta feminista por liberdade sexual e reprodutiva é interpretada, ao lado do movimento LGBTQIA+, como depravação cultural que ameaça a família, a igreja e a ordem social.

Em um contexto democrático, os parlamentares têm dificuldade em repudiar abertamente esses grupos, buscando então legitimidade para essa agenda em bases religiosas cristãs, com argumentos de proteção à vida e às crianças e de uso adequado do dinheiro público no contexto da Lei Rouanet. Além disso, são utilizados argumentos em defesa da liberdade individual e da pátria. No caso da liberdade individual, os policiais militares bolsonaristas se alimentam de outros conservadorismos que ultrapassam as fronteiras da identidade militar apresentada pela literatura e encontram fundamentos na apropriação do neoliberalismo/neoconservadorismo pelos movimentos de extrema-direita global. Apesar das diferenças entre as duas racionalidades, o sincretismo entre elas é possibilitado por suas afinidades elementares. Tanto a socialização militar quanto a lógica do “empreendedor de si mesmo” prezam pela disciplina individual, pela responsabilidade por si mesmo e pela capacidade de autogestão. Além disso, o processo formal de socialização militar contribui para a internalização de valores neoliberais como a individualização e a meritocracia (Castro, 2004). Ambas as racionalidades compartilham, sobretudo, uma visão de mundo contrária à diversidade cultural e aos movimentos sociais que tensionam o *status quo* (Andrade, 2021; Lima *et al.*, 2022).

Frente ao avanço dos movimentos sociais que buscam a igualdade de raça e de gênero e a valorização da diversidade após a redemocratização do Brasil, os discursos do conservadorismo moral se afastam da queixa em relação ao “excesso de liberdade” da vida moderna (Muniz, 1999) e passam a reconfigurar o significado de liberdade para

defenderem os valores dominantes e a manutenção das desigualdades. Sob a égide da liberdade pessoal, apresentada pelo neoliberalismo, os valores morais dominantes e os interesses individuais são defendidos como liberdade religiosa, liberdade de expressão e, no contexto das medidas de contenção da pandemia de Covid-19, como liberdade de ir e vir.

O patriotismo, central nos discursos dos policiais militares analisados, cumpre função semelhante na medida em que a defesa da pátria e a apropriação dos símbolos nacionais são utilizados como sinônimo de defesa da família, da igreja cristã e do “cidadão de bem”.

A lealdade à pátria é o princípio fundamental das organizações militares, e dela decorrem os valores de hierarquia e disciplina que regem essas carreiras (Minayo *et al.*, 2008). Esse princípio é necessário ao levarmos em consideração que a própria natureza do militarismo exige a oferta da própria vida em defesa da nação. Nesse sentido, o patriotismo é um dos elementos associados à identidade militar que os policiais militares bolsonaristas evocam para construir seu capital político. No entanto, os seus discursos demonstram uma disputa acerca de quais sujeitos pertencem à nação brasileira, discriminando quais seriam os “verdadeiros valores da pátria” e quem são seus inimigos. O patriotismo se apresenta como amor e lealdade a uma comunidade moral limitada àqueles que compartilham a adesão ao conservadorismo moral e são reconhecidos como “cidadãos de bem”, excluindo e colocando no lugar de inimigos aqueles que representam a contradição dessa comunidade, o outro, os sujeitos afetados pela ordem social desigual e discriminatória.

Essa gramática de discriminação entre “cidadãos de bem” e “não cidadãos” encontra apogeu na semântica punitivista. É importante destacar que esse marcador distintivo não aparece como sinônimo da oposição entre o “seguidor das leis” e o “infrator”, mas como oposição entre aqueles que podem descumprir as leis e continuar sendo reconhecidos como cidadãos e aqueles que são reconhecidos como potenciais infratores e que, por isso, devem ser perseguidos e eliminados. Novamente, não é a legalidade das ações que está em jogo, mas o pertencimento a ordem de uma comunidade moral. É interessante notar que, para alguns dos policiais militares analisados, assim como para o próprio Jair Bolsonaro, o cometimento de ilegalidades e de desobediência ao regimento militar serviram como uma fonte de capital político. É o caso do Guilherme Derrite, que se orgulha de ter sido afastado da ROTA pelo excesso de mortes em confronto;

do Cabo Gilberto, que justifica seus inúmeros processos judiciais a uma suposta perseguição do governo estadual socialista; do Coronel Meira, que ganhou popularidade por ter agredido um estudante que manifestava contra o aumento das tarifas de ônibus; e do Sargento Gonçalves, que explorou politicamente seu protagonismo em um motim ilegal da PMRN.

Os casos desses policiais políticos, em especial o do Guilherme Derrite, também representam uma radicalização da concepção hegemônica entre os policiais acerca do significado de fazer policiamento, ligada à ideia do combate ao crime e ao heroísmo em uma guerra urbana (Carvalho, 2017; Grossi Porto, 2021), que os inclinam a enxergar na impunidade a raiz do problema da segurança pública e o recrudescimento penal e a desregulamentação da ação policial como soluções mais eficazes para a criminalidade. Não é exagero afirmar que o “combate à impunidade” foi a principal bandeira da campanha dos policiais militares bolsonaristas analisados. Esse foco permite que o histórico profissional desses atores contribua para a aproximação com o eleitorado, tendo em vista a demanda por respostas mais autoritárias contra o crime na própria sociedade e a crença de que a moralidade excepcional dos que combatem o crime e o seu saber empírico conduzem diretamente à construção de políticas públicas de segurança mais eficazes.

Partindo de uma concepção de segurança pública marcada pela lógica da guerra contra inimigos internos, o “não cidadão” é apresentado pelos policiais militares bolsonaristas no reforço da imagem do “bandido” e seus supostos defensores como seres monstruosos, irrecuperáveis e desumanizados, que ameaçam o “cidadão de bem”, justificando a busca por um estado de exceção no qual aqueles que não pertencem à sua comunidade moral, ameaçadores da ordem, devem ser perseguidos e privados de direitos. Essa abordagem se relaciona com o ressentimento provocado pelas pressões externas às corporações militares frente aos índices de letalidade policial e vitimização de inocentes na guerra cotidiana contra o crime. Em suas propagandas eleitorais, não faltam queixas de supostas perseguições do poder judiciário, da mídia e da esquerda contra os policiais militares. Dessa forma, o ingresso desses atores na política institucional funciona não apenas para pressionar a alteração da legislação penal para legitimar juridicamente o extermínio do outro, o não cidadão. Apesar de a ideia de valorização dos agentes de segurança pública se traduzir em pautas corporativistas legítimas, como a melhoria das condições de trabalho e da remuneração desses trabalhadores, ela também se volta para a

defesa do heroísmo dos policiais militares diante das críticas e para a legitimação moral dos abusos policiais contra a lei e a garantia de direitos dos “inimigos”.

Outro efeito desta gramática punitivista é a ideia do armamentismo civil. A interpretação da sociedade dividida entre “cidadãos de bem” e “bandidos” e a consequente concepção da segurança pública como um privilégio destinado aos “cidadãos de bem” acabam por se transformar no retorno à ideia pré-moderna de proteção, marcada por mecanismos privados, arbitrários e excludentes de perseguição e justiça vingativa (Almeida & Muniz, 2018, p. 997). Assim, a defesa das armas se apresenta como um chamado aos “cidadãos de bem” à guerra contra os inimigos internos. Em princípio, a defesa do armamentismo pelos policiais militares pode parecer contraditória em relação aos seus interesses corporativos, tendo em vista que a posse e o porte de armas de fogo pelos civis podem representar a quebra do seu monopólio sobre o uso da violência legítima. Contudo, os discursos analisados partem de que o “cidadão de bem” está constantemente ameaçado e apostam no armamento civil como uma forma de sanar a ineficiência do Estado na proteção da vida, da família e da propriedade do “cidadão de bem”.

Mas, além do populismo penal, que combina armamentismo e conservadorismo moral para garantir um bom retorno eleitoral, outros interesses podem estar em jogo na defesa do armamentismo. É importante destacar que Alberto Fraga, um dos líderes da campanha contra o Estatuto do Desarmamento na Câmara dos Deputados em 2005, já chegou a ser condenado por porte ilegal de arma de fogo; Capitão Alden é associado a diversas representações de CACs; e Coronel Ulysses é empresário no ramo da segurança privada.

A gramática da guerra interna que permeia a micropolítica da prática policial e que tem sido tolerada socialmente enquanto continuamente hostiliza os corpos e territórios negros (Lima, 2022) é transportada pelos parlamentares analisados ao contexto macropolítico, da política institucional, passando a se dirigir contra os grupos políticos vistos como inimigos e a ultrajar as instituições democráticas brasileiras. A defesa do “cidadão de bem” contra o “bandido” se reconfigura como defesa da pátria contra o comunismo, a corrupção, a magistratura, a mídia tradicional e as elites. Esse salto simbólico entre os policiais militares bolsonaristas é possibilitado por uma formação cognitiva desenvolvida durante a ditadura militar e que disputa espaço dentro das

corporações militares, marcada por uma visão de mundo que considera o comunismo e o “marxismo cultural” como raiz das ameaças à ordem social fundada na família patriarcal, na igreja cristã e no convencionalismo, promovendo o aumento da insegurança e da criminalidade (Andrade, 2021; Lima *et al.*, 2022).

Segundo Andrade (2021), a ameaça do comunismo foi o que fundamentou, durante a ditadura militar, o surgimento da gramática da guerra contra os inimigos internos para justificar a perseguição dos opositores ao regime ditatorial. O que o bolsonarismo operou, na verdade, foi um resgate dessa narrativa no contexto de ascensão do antipetismo a partir de 2013. Por meio do diálogo com os movimentos neoliberais de oposição ao PT, o vocabulário antipetista dos policiais militares bolsonaristas conserva e, ao mesmo tempo, amplia o anticomunismo longo das instituições militares brasileiras.

Por um lado, os discursos analisados reciclam o entendimento do comunismo como uma prática ameaçadora e traiçoeira dos valores e das virtudes da pátria, contra a qual se deve lutar em defesa da liberdade e da democracia brasileira. Para isso, são utilizadas velhas táticas discursivas que nos remetem, por exemplo, aos boletins da Polícia Militar do Rio de Janeiro publicados nos primeiros anos da ditadura militar (Zampa, 2018), como o maniqueísmo expresso em distinções de luta entre o bem e o mal, a ordem e o caos, a democracia e o autoritarismo, o crescimento econômico e a pobreza, a liberdade e a censura, os valores cristãos e a ideologia de gênero, a vida e o aborto, entre outras.

Por outro lado, com a associação do PT à corrupção que emerge após os escândalos da operação Lava-Jato, os atores analisados aproveitam seus *status* de combatentes da criminalidade para apresentarem-se como salvadores da moralidade política, reproduzindo o cenário observado por Lima (2022), no qual os heroicos combatentes do crime nas ruas se apresentam para combater o crime do “colarinho branco”. A questão da impunidade, pela qual os policiais militares se ressentem na segurança pública, reaparece nesse novo cenário e encontra um exemplo emblemático no caso de Lula, que é apresentado como um símbolo da corrupção impune.

No antipetismo, a gramática de discriminação entre “cidadãos de bem” e “bandidos” é ampliada de modo que a lista de “bandidos” e “inimigos” possa ser expandida e incluir todos aqueles que representam o outro, a diferença, por se contraporem aos interesses, às ideias e às práticas do bolsonarismo. Não apenas o PT, mas todas as instituições que se opõem a essa visão de mundo são representados como inimigos da

pátria, justificando, assim, a necessidade de uma postura punitivista e autoritária contra eles. Dessa forma, a mídia, o STF, os opositores políticos, os movimentos sociais e outros são rotulados como petistas, bandidos e inimigos. Da mesma forma como no policiamento nas ruas, a política institucional é reduzida a um campo de batalha, onde a violência, as arbitrariedades e as ilegalidades são legitimadas em nome de um bem maior, como uma resposta às ameaças percebidas contra a ordem. Este vocabulário, que se alimenta das contradições e lacunas da democracia brasileira, como a corrupção e a violência urbana, embora apresentada como defesa dos valores nacionais, na verdade, representa uma ameaça direta à democracia, minando os pilares sobre os quais foi construída e abrindo caminho para a reivindicação de um regime autoritário, conforme observado no atentado de 8 de janeiro.

O reconhecimento de Jair Bolsonaro como comandante desta guerra que se pretende patriótica, por uma grande parcela dos policiais militares, não é um fenômeno inesperado ou surpreendente. A identidade militar de Jair Bolsonaro e a sua extensa trajetória política fundada na representação dos interesses dos militares são elementos que colaboram fortemente para a relação sinérgica entre ele e uma grande parcela dos policiais militares em um projeto normativo de sociedade que compete contra a Constituição de 1988 pelo encolhimento do corpo democrático, ou pelo menos pela manutenção das desigualdades de acesso à cidadania.

Jair Bolsonaro é um capitão reformado do Exército Brasileiro, o que favorece a formação de vínculos de identificação baseados em uma visão de mundo em comum, em uma linguagem que compartilha valores e formas de afetos frente às transformações culturais promovidas pela ampliação dos direitos e pela inclusão vivenciadas após a redemocratização. Durante sua carreira política, Bolsonaro utilizou uma retórica militarista, defendendo valores e princípios ligados à moralidade e à ordem, que ressoam forte e positivamente entre os policiais militares. Além disso, sua principal agenda enquanto parlamentar foi, durante muitos anos, a defesa de políticas que beneficiassem os militares, como melhores salários, condições de trabalho e a manutenção de privilégios previdenciários (Goulart, 2024). Sua visibilidade, no entanto, aumentou por meio da utilização de sua experiência militar como um ponto de credibilidade e autoridade na “defesa de políticas de segurança pública de orientação punitivista e crítica à ideia de direitos humanos, baseada no aumento do porte de armas, na justificativa aberta de

assassinatos extralegais e na hostilidade quanto a minorias raciais e sexuais” (Goulart, 2024).

O reconhecimento do heroísmo de Jair Bolsonaro, nesse sentido, se deve à sua capacidade de articular essa gramática do moralismo discriminatório e do punitivismo presente no *ethos* dos policiais militares com outros movimentos conservadores que emergem na crise do petismo, como o dos evangélicos e dos neoconservadores, relacionando a ideia de segurança “ao combate à corrupção, à conservação de valores morais tradicionais e ao combate à esquerda enquanto portadora dessas ameaças” (Goulart, 2024) para formar um expressivo movimento de extrema-direita no Brasil. É da sua liderança na articulação política das identidades e gramáticas normativas hegemônicas entre os policiais militares, portanto, que deriva o seu reconhecimento como comandante. Liderança esta que personifica o vocabulário moral exposto ao longo desta dissertação e que reconfigura a pátria como uma propriedade privada, na qual a cidadania é negada àqueles que, pela sua alteridade, são considerados inimigos. O carisma do líder é um facilitador dessa empreitada na medida em que lhe permite organizar não apenas as identidades e as moralidades, mas também as emoções de sua audiência para o sucesso desse projeto político.

Segundo Piovezani & Gentili (2020), a popularidade de Jair Bolsonaro foi conquistada por meio da repercussão de suas declarações ofensivas e pronunciamentos agressivos. Ainda no seu segundo mandato como deputado federal, no contexto do Massacre do Carandiru, em que a Polícia Militar assassinou 111 detentos, Bolsonaro declarou que o número foi baixo e que a PM deveria ter matado mil (Piovezani & Gentili, 2020). A linguagem utilizada por ele, recebida por seus admiradores como espontânea, sincera e autêntica, é apontada como um dos principais fatores de aproximação com o público. Ela é percebida como truculenta, violenta, mas, antes de tudo, honesta, capaz de pronunciar a realidade verdadeira em contraste com a realidade idealizada pelos acadêmicos, ativistas e políticos que atuam na reivindicação da democracia e de uma cidadania mais inclusiva.

Nesse sentido, o heroísmo de Jair Bolsonaro estaria em sua coragem de pronunciar publicamente os ressentimentos de uma “comunidade moral acuada” (Alonso, 2019 *apud* Goulart, 2024) diante do fortalecimento dos movimentos sociais feministas, LGBTQIA+ e antirracistas; em desafiar as instituições e os valores democráticos e transformar as reações

legítimas contra a nostalgia da ditadura militar, o machismo, a homofobia e o racismo em uma prova de seu sacrifício e martírio pelos “cidadãos de bem”. Ou seja, a figura do “mito” é construída sobre sua habilidade de aproveitar as contradições da democracia brasileira para rejeitar a própria democracia e defender abertamente medidas extralegis contra as minorias e a manutenção de uma ordem que garante privilégios à sua comunidade moral.

Entre os profissionais de segurança pública, esse cenário não é diferente. Segundo Camargos (2023), a identificação desses agentes com Bolsonaro se baseia na sua imagem de homem simples, transparente, com boa conduta moral por ser militar e corajoso por falar o politicamente incorreto. A estratégia discursiva de Jair Bolsonaro pode ser sentida como amparo entre os policiais militares que, segundo a literatura apresentada nesta dissertação, se sentem alienados, frustrados e prejudicados em autoestima com as transformações culturais em curso e com as demandas feitas pela mídia, pelas organizações sociais e pelos ativistas dos direitos humanos, por uma atuação cidadã e por sua reorganização enquanto polícia democrática, com maior controle civil sobre suas ações. Isto porque os discursos do líder valorizam simbolicamente a identidade hegemônica sobre o que é ser policial – um herói combatente contra inimigos –, aprovam seus desvios de conduta e prometem ainda mais autonomia para os policiais.

A ideia de “narcisismo coletivo” de Golec de Zavala e Lantos (2020) contribui para compreendermos essa identificação. O narcisismo coletivo parte da crença de que o grupo ao qual se pertence é superior e requer admiração e reconhecimento especial, o que, contudo, lhe é negado. Essa crença, segundo as autoras, se fundamenta em diversos fatores. No discurso dos policiais militares, as percepções de superioridade moral, de heroísmo e de sofrimento singular derivado da profissão se destacam no fortalecimento da coesão interna e da solidariedade entre os “irmãos de farda” (Muniz, 1999; Cymrot, 2014), que se associa ao ódio a um grupo externo. Isso ocorre porque o narcisismo coletivo alimenta uma percepção distorcida de ameaça constante ao grupo, levando à justificativa de comportamentos agressivos e retaliatórios contra aqueles percebidos como ameaças externas e, também, internas, de modo que os membros do grupo que são desprestigiados, negativamente valorizados, também se tornam alvo de hostilidade (Golec de Zavala & Lantos, 2020). Nas eleições de 2022, por exemplo, a solidariedade entre os policiais não significou maior tolerância às divergências políticas dentro das corporações. Segundo

reportagem da “BBC News”, os policiais militares que criticaram Jair Bolsonaro e manifestaram apoio à esquerda enfrentaram retaliações e passaram a ser vistos como defensores de “vagabundos” e/ou como traidores nos quartéis⁴⁷.

Além de oferecer amparo emocional aos policiais, que enfrentam múltiplas pressões e frustrações em suas atividades, a atuação de Jair Bolsonaro também tem funcionado para abrir espaço para que esses sujeitos se insiram na arena política. O sucesso da experiência do líder em alcançar popularidade por meio de desrespeitos, ataques e mentiras impunes (Piovezani & Gentili, 2020), inspira a formação, entre os policiais militares, de novas lideranças que se somam ao seu projeto de sociedade com discursos tão ou mais virulentos que o do próprio Jair Bolsonaro, como Guilherme Derrite, Coronel Meira, Sargento Fahur e Sargento Gonçalves. Lideranças que somam ao bolsonarismo tanto por legitimarem as demandas características do populismo penal quanto por utilizarem seus cargos para convocar as tropas a apoiar o bolsonarismo, como no caso do Coronel Aleksander Lacerda, da PMESP, que utilizou suas redes sociais para compartilhar mensagens de convocação para atos pró-Bolsonaro que ocorrem no dia 7 de setembro de 2022⁴⁸.

Diante desta exposição, podemos considerar o universo simbólico da polícia militar como uma das forças estruturantes do bolsonarismo. Isso não significa, como pode parecer a uma leitura apressada, que a polícia militar é *per se* bolsonarista, mas que as singularidades que caracterizam a formação e as experiências vivenciadas nessas instituições, assim como a displicência destas em relação à promoção de valores e práticas democráticas, competem para o fortalecimento do horizonte semântico que constrói esse movimento de extrema-direita e nele se radicaliza. Certamente, outras respostas podem e são dadas aos sentimentos de frustração, de ansiedade e de desamparo que fazem parte da experiência de ser policial militar, cujo exemplo mais evidente é a construção de movimentos policiais antifascismo (Monteiro, 2022; Cezarinho, 2021). No entanto, a construção da diversidade e dos adversários políticos como inimigos da pátria a serem perseguidos, excluídos e punidos para evitar uma suposta desagregação social em curso, assim como a consequente preferência de políticas punitivistas em prejuízo da proteção dos

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62286437>>. Acesso em: 09 jun. 2024.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4945328-comandante-da-pm-e-afastado-apos-convocar-manifestacao-contra-o-stf.html>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

direitos da cidadania e das políticas de justiça social, têm sido as respostas hegemônicas entre esses sujeitos, notadamente entre aqueles que abandonam os quartéis e ingressam no parlamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a discutir quem são os policiais militares bolsonaristas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2022 e qual a gramática moral que influencia os seus sentimentos, ações e discursos, a fim de compreender a relação entre a sua formação militar e a adesão ao bolsonarismo. Para esses objetivos, elegemos como campo empírico de pesquisa os discursos políticos veiculados no *Facebook* por esses parlamentares durante a campanha eleitoral (16 de agosto a 01 de outubro de 2022) e no período pré-8 de janeiro (30 de outubro de 2022 a 08 de janeiro de 2023).

Iniciamos nossa discussão abordando o fortalecimento da extrema-direita no contexto do capitalismo neoliberal como um fenômeno global. Para isso, definimos a extrema-direita como uma política de naturalização das hierarquias sociais e de perseguição e eliminação da alteridade. Por meio da análise dos elementos característicos da extrema-direita e do fascismo, tomados como sinônimos, consideramos que o bolsonarismo, a despeito de possuir singularidades históricas e regionais, faz parte do fenômeno de ascensão da extrema-direita no mundo, assumindo diversos elementos ideológicos e estratégicos desse espectro político.

Também abordamos o papel das campanhas políticas nas redes sociais na disseminação de uma retórica moral neoconservadora para enfrentar o descontentamento causado pelas mudanças sociais, promovendo um discurso autoritário e punitivo. Discutimos como as técnicas de propaganda foram estudadas pela primeira geração da Escola de Frankfurt, evidenciando não apenas a manipulação consciente dos líderes de extrema-direita, mas também a predisposição subjetiva dos seguidores às ideias e emoções transmitidas por eles. Salientamos o papel da *internet* e das redes sociais na disseminação de discursos e na mobilização política, apresentando as plataformas digitais como uma ferramenta que não apenas amplia o acesso à informação, mas também promove a formação de bolhas ideológicas que prejudicam a democracia ao limitar o debate de ideias divergentes.

Em seguida, discutimos as transformações sociais e subjetivas resultantes do neoliberalismo, percorrendo as contradições internas dessa racionalidade, originalmente concebida como uma barreira contra o totalitarismo. Autores como Dardot & Laval e Wendy Brown foram fundamentais nesse debate, ao explicar como o *ethos* neoliberal, ao

transformar o indivíduo em uma “empresa de si mesmo”, dissolve os valores de solidariedade e justiça, gerando um cenário de crise de representação, desilusão com os valores democráticos e uma ampla transformação cultural que favorece discursos de ódio e exclusão.

Por último, nos debruçamos sobre a emergência das massas digitais e outros fatores sociopolíticos e culturais que explicam a ascensão da extrema-direita no Brasil e no mundo. Argumentamos que a confluência de um ambiente digital que favorece a massificação do comportamento, a instabilidade identitária e econômica, a insatisfação popular com a corrupção e as políticas públicas e o ressentimento social resultante das desigualdades históricas contribuíram para a emergência de um discurso conservador e autoritário que explora a frustração, o medo e a insegurança para estabelecer um vínculo emocional com uma parcela significativa da população, oferecendo uma figura paternalista e protetora em Jair Bolsonaro.

Para a construção do objeto de estudo desta pesquisa, discutimos a relação entre moral, identidade e ação política a partir da teoria da intersubjetividade, que atravessa diferentes teorias críticas apoiadas em Hegel, definindo a gramática moral como uma trama cultural e linguística de distinções qualitativas fortes na qual o sujeito está inserido e que orienta os julgamentos e as práticas de cada pessoa, dando sentido às suas reações morais dos juízos, intuições ou reações morais envolvidas no sentimento de respeito e obrigação diante do outro e na compreensão acerca do que constitui uma vida plena e digna. Ou seja, como configurações morais que formam o horizonte sobre o qual os sujeitos levam e compreendem a vida e tomam decisões.

Partindo dessa consideração teórica, seguimos com a discussão sobre o contexto formativo da identidade policial militar, levando em consideração as afinidades simbólicas que motivam a entrada nas corporações, os rituais de passagem escolarizados, a formação não escolarizada que acontece na prática do policiamento e, especialmente, a formação cognitiva que permite um alinhamento entre a racionalidade política que guia os militares e o *ethos* neoliberal por meio de diversos modos de interação entre a emergência do neoliberalismo no período pós-redemocratização e a ideologia da guerra cultural.

Além disso, examinamos como a experiência dos policiais militares nas ruas, marcada por uma visão desiludida e pessimista das mudanças sociais durante a redemocratização, contribuiu para a participação desses atores na estruturação do

bolsonarismo. Vimos que os policiais militares emergem na esfera política como representantes privilegiados, por um lado, de visões contrárias à expansão da democracia no sentido de inclusão e celebração da diversidade, e, por outro lado, da ideia persecutória e punitiva de restabelecimento da ordem pública, refletindo a cultura de combate ao crime na qual estão inseridos. Ainda, argumentamos que o machismo e o *ethos* da virilidade, características proeminentes na cultura policial, contribuem para a inquietação desses sujeitos em relação às mudanças recentes provocadas pelos novos movimentos sociais.

Por fim, discutimos a relevância da gramática de distinção entre “cidadãos” e “não cidadãos” presente nas atividades de policiamento para a atuação crescente dos policiais na arena política. Sustentamos que esses atores priorizam medidas punitivistas e rejeitam políticas de justiça social, respondendo a uma demanda popular por uma segurança pública repressiva e autoritária, exacerbada após as manifestações de 2013. Ademais, os policiais políticos reverberam um discurso de moralidade e heroísmo, frequentemente evocando identidades, experiências e símbolos militares para se legitimar e capturar o tema da segurança pública, promovendo um discurso punitivista e racista que marginaliza grupos sociais e reforça estereótipos discriminatórios.

Os resultados da pesquisa, apresentados no terceiro e último capítulo, inicialmente mostraram o perfil dos policiais militares bolsonaristas eleitos para a 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2023-2027). Empreendemos uma caracterização sociodemográfica e biográfica, examinando as trajetórias individuais desses parlamentares, destacando suas carreiras militares e influências políticas. Nossa amostra foi composta por 13 parlamentares, majoritariamente homens, brancos, com idade média de 46 anos, casados, com ensino superior completo e oficiais da Polícia Militar. A apresentação desses parlamentares foi dividida entre aqueles que são veteranos na Câmara dos Deputados, eleitos antes da onda bolsonarista de 2018: *Alberto Fraga* e *Capitão Augusto*; os que conquistaram uma vaga no parlamento federal ou estadual na onda bolsonarista: *Capitão Alberto Neto*, *Capitão Derrite*, *Junio Amaral*, *Sargento Fahur*, *Cabo Gilberto* e *Capitão Alden*; e os noviços, eleitos pela primeira vez em 2022: *Coronel Fernanda*; *Coronel Assis*; *Coronel Meira*, *Coronel Ulysses* e *Sargento Portugal*.

A maioria desses atores disputou as eleições pelo Partido Liberal (PL), de Jair Bolsonaro. Entendemos que a predominância de homens e brancos reflete a desigualdade de gênero e raça presente tanto na polícia quanto na política brasileira, espaços

tradicionalmente masculinos e com sub-representação de minorias. A única mulher eleita, Coronel Fernanda, teve sua candidatura impulsionada por Jair Bolsonaro, e sua base de apoio esteve mais ligada à igreja evangélica do que aos quartéis. Em relação à predominância de oficiais, compreendemos que pode ser explicada pela estrutura hierárquica da Polícia Militar, na qual os oficiais ocupam cargos de comando e têm maior visibilidade. Verificamos que os policiais militares bolsonaristas possuem papel fundamental na construção do bolsonarismo, na medida em que muitos dos que foram reeleitos ocuparam cargos de liderança no governo Bolsonaro e no PL. Além disso, destacamos a importância da experiência militar e, especialmente, das redes sociais na construção do capital político desses parlamentares. A combinação entre esses dois fatores contribuiu para a celebração da violência em nome da segurança, um aspecto central nos discursos da extrema-direita, que ressoa positivamente entre os eleitores que demandam demonstrações de força contra os criminosos.

Em seguida, analisamos os enquadramentos semânticos presentes nos discursos de campanha e pós-eleição desses parlamentares, destacando os campos semânticos e as respectivas ideias-força que moldam seus discursos e práticas políticas. Por meio da análise do conteúdo das postagens, observamos que o conservadorismo moral, a exaltação do líder, o punitivismo e o antipetismo orientaram os discursos dos policiais militares bolsonaristas.

O conservadorismo moral dos policiais militares bolsonaristas encontrou-se articulado em torno da defesa da pátria, da família e da fé cristã. Historicamente conservadora, a polícia brasileira passou a defender o conservadorismo moral em nome da liberdade, não como dimensão democrática de ampliação da liberdade pessoal, mas como reação às conquistas de minorias como mulheres, LGBTs e negros no contexto do neoliberalismo progressista. A defesa da pátria entre esses policiais se traduziu na imagem de um “clube bolsonarista verde e amarelo”, o qual privilegia o autoritarismo de Jair Bolsonaro e a exclusão de grupos considerados indesejáveis, sem as restrições do judiciário, do “politicamente correto” e da censura. Os discursos dos parlamentares analisados sugerem que os “verdadeiros” valores da pátria estão ligados à rejeição de legislações progressistas, à oposição à “depravação cultural” e à resistência contra a suposta doutrinação comunista nas escolas. Esse posicionamento se amparou numa concepção de família tradicional, associada ao “cidadão de bem” e conformada em um

ideal cristão heteronormativo, monogâmico e patriarcal, que se opõe aos “vagabundos”, “comunistas”, “gayzistas” e “feministas”. Além disso, a liberdade religiosa é utilizada para justificar a ideia de que o direito individual é superior ao bem-estar coletivo.

Os policiais analisados exaltaram o líder, Jair Bolsonaro, como um defensor dos valores conservadores, da liberdade e dos interesses patrióticos brasileiros, utilizando diversas estratégias retóricas para consolidar sua imagem como um mártir perseguido pelo *establishment*. Bolsonaro foi descrito como um homem simples, representante do “cidadão de bem” e defensor dos valores tradicionais. Seu papel foi visto como essencial para garantir a liberdade e evitar uma ditadura no Brasil. No limite, esses parlamentares justificaram seu apoio incondicional a Bolsonaro com base no juramento militar de defender a nação, demonstrando uma concepção individual e excludente de pátria. Os discursos destacaram as realizações econômicas e de infraestrutura do governo Bolsonaro, enfatizando a honestidade do líder, a redução do Estado, a desburocratização, o empreendedorismo, a privatização e a gestão tecnocrata.

Os discursos punitivistas dos policiais militares analisados, por sua vez, fundamentaram-se em quatro pilares: recrudescimento penal, negação dos direitos humanos, valorização dos agentes de segurança e armamentismo. Eles defenderam o recrudescimento como resposta à impunidade, associada à esquerda, destacando propostas como a suspensão das saídas temporárias de presos e a eliminação das visitas íntimas nos presídios. Tais emissões discursivas também desumanizam os criminosos, retratando-os como parasitas sociais que merecem punição implacável e culpando a esquerda e os direitos humanos de protegerem criminosos em detrimento do “cidadão de bem”. Além disso, exaltaram o papel dos agentes de segurança, retratando-os como heróis desvalorizados pela legislação e perseguidos politicamente. Esses parlamentares justificaram suas candidaturas como uma forma de dar voz aos policiais e buscaram apoio dos colegas, destacando a necessidade de aumentos salariais e de proteção legal para praticar abusos na atividade policial. O armamentismo foi outro ponto central, defendido como direito da população ao porte de armas como uma garantia de liberdade e segurança individual. Eles criticaram a legislação desarmamentista e promoveram a posse de armas como um direito essencial, vinculando essa ideia a valores conservadores e à resistência contra uma suposta agenda de esquerda.

Por fim, vimos que o antipetismo é um enquadramento semântico que estende o vocabulário de distinção entre “cidadão de bem” e “bandido” do enfrentamento do crime nas ruas para o campo da política institucional, culminando na tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023. A fronteirização aqui foi dada em termos de “pátria” *versus* “comunismo”. O PT foi retratado como representante do mal, associado à depravação moral, à corrupção e ao comunismo. Essa visão se manifestou especialmente na forma de “antibolivarianismo”, uma variante brasileira do anticomunismo que associa o partido a uma suposta ameaça à democracia e à economia do país, utilizando o Foro de São Paulo como um ponto central de crítica. Além disso, o discurso anticorrupção foi utilizado para deslegitimar o PT, por meio da utilização de termos pejorativos para se referir a Lula e da instrumentalização dos escândalos da Operação Lava-Jato, do “mensalão” e do “petrolão”.

Cabe destacar que o petismo foi utilizado como um “significante vazio e flutuante”⁴⁹ que engloba todos os inimigos criados pelo movimento bolsonarista. Por isso, no contexto posterior à derrota de Bolsonaro nas urnas, o antipetismo se intensificou e se tornou mais golpista, voltando-se contra a legitimidade das instituições democráticas brasileiras, como as urnas eletrônicas, o TSE e o STF. Os parlamentares apoiaram as manifestações que clamavam por um golpe militar e atacavam diretamente o sistema judiciário, buscando enfraquecer o Estado de Direito em nome de uma visão política particular. Nesse sentido, no cerne dessa narrativa antipetista está a busca por uma “pátria bolsonarista”, onde os valores democráticos são reconfigurados para beneficiar exclusivamente os interesses do movimento bolsonarista, desafiando as instituições e os direitos fundamentais consagrados na Constituição. A retórica antipetista, portanto, não se limitou a uma perseguição ao PT, mas passou a representar uma ameaça à própria democracia brasileira, conforme vimos no reconhecimento dos invasores do Congresso Nacional como “cidadãos de bem” lutando pela pátria.

Por último, discutimos a relação entre esse horizonte semântico e a identidade dos policiais militares. A análise da relação entre as gramáticas morais presentes nesses discursos e o contexto formativo dos policiais militares demonstrou que o conservadorismo hegemônico no horizonte normativo que guia as ideias e as práticas da polícia militar contribuiu para a participação desses sujeitos na estruturação do bolsonarismo. Nesse

⁴⁹ Termo expresso por Laclau (2009) para designar um símbolo que, por sua superficialidade e falta de uma ligação sólida com conteúdos específicos, pode ser utilizado para unificar diversos significados, ao mesmo tempo em que permanece suscetível a ser facilmente ressignificado ou apropriado por diferentes cadeias de equivalência.

sentido, não há simplesmente uma cooptação desses sujeitos pelo bolsonarismo, mas sobretudo sua participação ativa na estruturação desse movimento. Ao mesmo tempo, consideramos que a gramática moral dos policiais militares bolsonaristas não é um resultado exclusivo da formação escolarizada dos militares, dos seus ritos de passagem, mas sobretudo da gramática conservadora que fundamenta e se radicaliza nas normas informais da prática de policiamento, contexto em que a lei e as arbitrariedades firmadas na visão de mundo comungada entre os policiais militares, e toleradas pelas corporações, competem para a manutenção de uma ordem discriminatória e autoritária.

Dessa forma, nossa discussão mostrou como a formação, as experiências e os valores presentes na polícia militar contribuem para a construção e o fortalecimento do bolsonarismo. Utilizando a análise do conteúdo discursivo dos policiais militares bolsonaristas nas redes sociais, ultrapassamos a abordagem tradicional sobre a relação entre polícia e política, que se concentra na atuação política dos policiais na segurança pública – especialmente em pesquisas sobre a “Bancada da Bala” na Câmara dos Deputados –, para discutirmos a importância do vocabulário normativo das polícias militares no Brasil na construção da extrema-direita brasileira. Um vocabulário que vai além das políticas de segurança pública, abrangendo gramáticas de discriminação qualitativa sobre o que é ou não é aceitável, desejável ou respeitável para uma vida plena e digna. Além disso, a perspectiva teórica adotada, que buscou compreender as justificativas e as racionalizações que fundamentam as ações políticas da maior parte dos policiais militares eleitos para a Câmara dos Deputados em 2022, permitiu uma compreensão mais profunda e holística das motivações subjetivas que sustentam a adesão ao bolsonarismo.

O debate empreendido nesta pesquisa sobre os valores morais e as identidades da elite política que representa os policiais militares enriquece o esclarecimento de uma dimensão do extremismo de direita e também demonstra a necessidade de formulação de políticas públicas e reformas institucionais voltadas para a promoção de uma cultura democrática e inclusiva nas forças de segurança pública. A presença, na sociedade brasileira, de estruturas de dominação pautadas pela tradição – que sustentam o conservadorismo moral e o punitivismo analisados nesta pesquisa – exige dessas instituições uma postura ativa para romper com essa gramática social que marginaliza as minorias. Caso contrário, as polícias militares continuarão sendo correias de transmissão (e de acirramento) da intolerância à diversidade, construindo agentes suscetíveis à adoção de

valores, crenças e práticas que ameaçam a democracia, assim como à utilização da autoridade estatal para a defesa de determinada comunidade moral em prejuízo dos princípios de cidadania consagrados pela Constituição de 1988.

Por fim, é importante avançar nessa investigação para incluir os discursos de policiais militares eleitos por outros espectros políticos que não sejam a extrema-direita e, também, daqueles que não pertencem à elite política. A amostra utilizada nesta pesquisa é, sem dúvidas, muito significativa, pois representa mais de 80% do total de lideranças dos policiais militares na Câmara dos Deputados. No entanto, considerando a multiplicidade de corporações e de agentes policiais militares no Brasil, assim como os possíveis conflitos e divergências de opiniões e atitudes políticas entre eles, é necessário continuar essa agenda de pesquisa, ampliando a amostra para incluir policiais militares de diferentes patentes, regiões e funções, além de deputados, para obter uma visão mais representativa das atitudes e valores dentro das corporações e para avaliar a receptividade dos discursos propagandeados pelos policiais políticos. Ademais, considerando a multiplicidade de forças de segurança presentes no Brasil, é fundamental incorporar análises contextuais que levem em conta as variações regionais e institucionais, assim como os impactos das políticas públicas e dos arranjos institucionais no comportamento e nas atitudes políticas dos policiais militares. Estudos que utilizem métodos qualitativos profundos, como entrevistas etnográficas e grupos focais, que considerem as diferentes identidades (de gênero, raça, religião, classe etc.), podem complementar a análise discursiva das redes sociais, fornecendo uma compreensão mais ampla das experiências e percepções dos policiais militares em relação à democracia, ao bolsonarismo e ao processo de radicalização política nas corporações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

_____. Erziehung nach Auschwitz, In: **Stichworte; kritische Modelle 2**. Frankfurt: Suhrkamp, 1974.

_____. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.

ALBERNAZ, Elizabete R. NA FRONTEIRA ENTRE O BEM E O MAL: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. **Caderno CRH**, v. 23, n. 60, 2011. DOI: 10.9771/crh.v23i60.19137. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19137>>. Acesso em: 17 out. 2023.

ALBUQUERQUE, Carlos Linhares; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, n. 5, p. 216-239, jan. 2001.

ALMEIDA, Ronaldo. BOLSONARO PRESIDENTE: CONSERVADORISMO, EVANGELISMO E A CRISE BRASILEIRA. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan. 2019.

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo e Guerra ao Inimigo Interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. Trad. Manuel Alberto. [Nova York: The New Yorker], 1967. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5144219/mod_resource/content/0/ARENDT%20C%20Hannah%20%281967%29%20Verdade%20e%20pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BACHINI, Natasha, *et al.* Comunicação política no ambiente digital: uma análise das campanhas eleitorais municipais de 2020 no Facebook. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 750-786, set. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BENETTI, Pedro Rolo. Na antessala da bancada da bala: Argumentos contra o Estatuto do Desarmamento (2003). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, n. 3, p. 859-882, 2022.

BERLATTO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 77-120, set. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Ed. Papirus, 1996.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMARGOS, Bruno. A extrema-direita na Câmara dos Deputados: uma análise dos parlamentares bolsonaristas-raiz. **Congresso de Iniciação Científica da Unb e Congresso de Iniciação Científica do DF**, Brasil, jan. 2022. Disponível em: <<https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaocientifica/27CICUnB18df/paper/view/38556>>. Acesso em: 14 out. 2023.

_____. “É o que eu creio, eu nasci assim, a minha vida foi assim”: A subjetividade dos profissionais de segurança pública bolsonaristas. In: 21º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2023, Belém. **Anais Eletrônicos: Sociólogas e Sociólogos do Futuro**, ISSN: 2236-6636. Disponível em: <<https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/anais/trabalhos/anais02>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

CAMPELLO, Filipe. **Crítica dos afetos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

CARUSO, Haydée. **Das práticas e dos seus saberes: a construção do “fazer policial” entre praças da PMERJ**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CARVALHO, Gabriela Costa. **Violência se resolve na (bancada da) bala: Percepções sobre a Frente Parlamentar de Segurança Pública**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CEZARINHO, Filipe. Movimento de Policiais Antifascismo no Brasil: uma análise sobre suas ações, práticas e ideias na contemporaneidade. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem (TEL)**, v. 12, n. 1, 2021.

COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o “cidadão de bem”? **Psicologia USP**, v. 32, p. e190106, 2021.

COSTA, Virginia Helena Ferreira. As pulsões e a racionalidade: sobre uma antropologia em Dialética do Esclarecimento. In: **A Personalidade Autoritária: Antropologia Crítica e Psicanálise**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

COUTO, Cláudio G. O BRASIL DE BOLSONARO: UMA DEMOCRACIA SOB ESTRESSE. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, p. e89859, 2023.

CYMROT, Danilo. **Polícia Militante**: deputados policiais militares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1999-2011). 2015. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.2.2015.tde-11102015-141358. Acesso em: jun. 2024.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, Christian I. L. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 116-135.

ECO, Umberto. **Fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2018.

FELTRAN, Gabriel. Polícia e política: O regime de poder hoje liderado por Bolsonaro. **Blog Novos Estudos Cebrap**. 2021. Disponível em: <<https://novosestudios.com.br/policia-e-politica-o-regime-de-poder-hoje-liderado-por-bolsonaro>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Política entre os policiais militares, civis e federais do Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

_____. **Informe de Análise – Policiais, democracia e direitos**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022a.

_____. **Informe de Análise – Candidaturas de Profissionais da Segurança Pública – 2022**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022b.

_____. **Informe de Análise – Percepções dos Profissionais da Segurança Pública sobre os ataques às sedes dos Três Poderes em 08 de janeiro de 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

_____. **Raio-x das forças de segurança pública no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

FRANÇA, Fábio Gomes e GOMES, Janaína Leticia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Rev. bras. segur. pública**. São Paulo, v. 9, n. 2, 2005, p. 142-159.

GANDESHA, Samir. “Identifying with the aggressor”: From the Authoritarian to Neoliberal Personality. **Constellations**: an international journal of critical and democratic theory, v. 25, n. 1, 2018.

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka; LANTOS, Dorottya. Collective Narcissism and Its Social Consequences: The Bad and the Ugly. **Current Directions in Psychological Science**, v. 29, n. 3, p. 273-278, jun. 2020.

GOULART, Mayra. Da Diferença à Equivalência: Hipóteses Laclauianas sobre a Trajetória Legislativa de Jair Bolsonaro. **Dados**, v. 67, n. 1, 2024, p. e20210153.

GRACINO JUNIOR, Paulo, *et al.* “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 547-579, maio/ago 2021.

GROSSI PORTO, M. S. Identidades Profissionais e Práticas Policiais. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 19, n. 40 set/dez, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/7326>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 49–74, maio 2021.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: O Neoliberalismo e as Novas Técnicas de Poder. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Policialismo**: Novo fenômeno político brasileiro. 2021.

JAEGGI, Rahel. Reconhecimento e subjugação: da relação entre teorias positivas e negativas da intersubjetividade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, mai./ago. 2013, p. 120-140.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LACLAU, Ernesto. Populismo: ¿Qué nos dice el nombre?. In: PANIZZA, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 51-70.

LEIS, Hector Ricardo. Sobre o Ressentimento dos Argentinos. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, v. 3, n. 30, 2002.

LESSA, Renato. “Homo Bolsonarus”. **Revista Serrote (Edição Especial)**, Jul/ 2020. P.46-67.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. **Diálogo entre a sociologia e a psicanálise: o indivíduo e o sujeito** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012.

LIMA, Laura Gonçalves de. **Guerras de Sertão: violência, segurança e cidadania no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LIMA, Renato Sérgio, *et al.* Saber acadêmico, guerra cultural e a emergência das ciências policiais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 108, 2022.

LOWENTHAL, Leo; GUTERMAN, Norbert. **Prophets of Deceit: A Study of the Techniques of the American Agitator**. New York: Harper & Brothers, 1949.

LUIZ, T. C. O combate à desinformação sobre a tentativa de golpe: intercorrências de pós-verdade, populismo e fact-checking. **Galáxia (São Paulo)**, v. 48, p. e62879, 2023.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. Texto Original: MANNHEIM, Karl. **Essays on Sociology and Social Psychology** (cap. II: “Conservative Thought”). Routledge and Kegan Paul Ltd.: Londres, 1959, p. 74-119. Tradução de Sylvia Lyra.

MESSEMBERG, Debora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set. 2017.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas Morais: política identitária na esfera pública técnico-midiaticizadora**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001.

MONTEIRO, Ewerton. **“Nem bandido, nem herói. Policial é trabalhador”**: O movimento de Policiais Antifascismo e as polícias na política. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia. 2022.

MUDDE, Cass. **A Extrema Direita Hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

MUNIZ, Jacqueline; ALMEIDA, Rosiane. RESPONDENDO ÀS BALAS: SEGURANÇA PÚBLICA SOB INTERVENÇÃO DAS PALAVRAS ENTREVISTA COM JACQUELINE MUNIZ. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 2, p. 993-1014, maio 2018.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo: n. 84/2, 2017.

MUNIZ, Jacqueline; PATRÍCIO, Luciane. Segurança Pública ou proteção? Na corda bamba da cidadania nos 30 anos da Constituição. IN: MONTEIRO, Tadeu (org.). **Estado, democracia e direito no Brasil**. Trinta anos da Constituição Cidadã. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2018. p. 555-580.

NOVELLO, Roberta; ALVAREZ, Marcos Cesar. Da “bancada da segurança” à “bancada da bala”: Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, n. 1, p. 81-101, 2022.

NOZAKI, William. A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder? **Cadernos da Reforma Administrativa**, n. 14, Brasília, 2021.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recente**, vol. II: Weber. Petrópolis: Vozes, 2010.

PAULA, Tiago Franco de; MESSEMBERG, Debora. Entre a punição ressocializadora e o idealismo punitivo: a segurança pública nos discursos da Igreja Universal do Reino de Deus e nos de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 41, p. e268989, 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap** n. 19, p. 26-45, 1987.

PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020.

POLÍCIAS militares têm origem no século 19. **Agência Senado**. Brasília: 26 de nov. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19>>. Acesso em: 17 out. 2023.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n.3, p. 585-610, 2005.

_____. Identidade profissional policial. In: LIMA, R; RATTON, JL; AZEVEDO, R. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014, v. 1, p. 503-510.

_____. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 22-31, 2007.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de; FEITOSA, Giulliany Gonçalves; SILVA, Caio Cesar Winker e. Petismo e antipetismo em relatos de simpatizantes da direita na internet. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-15, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2024.

OPINIÃO PÚBLICA. Campinas, Vol. 20, nº 3, Dezembro, 2014, **Encarte Tendências**. p. 523-543.

RODRIGUES, Eduardo O. Seriam os futuros policiais militares sujeitos liminares? Uma crítica à abordagem processualista nos estudos sobre a formação e identidade policial. **Rev. bras. segur. pública**, v. 17, n. 1, p. 124-145, fev/mar 2023.

ROSA, Pablo Ornelas. Do neoconservadorismo ao fascismo tropical. In: ____ (org.). **Fascismo Tropical: Uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras**. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 19-81.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SALVIATI, Maria E. **Manual do Aplicativo Iramuteq** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Planaltina, 2017. Disponível em: <<http://iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-parmari-a-elisabeth-salviati>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SENA, Andresa Pereira de. **A Questão racial na PMDF: retratos sociológicos de policiais militares negras/os**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SILVA JUNIOR, M. C. DA .; MELLO NETO, G. A. R. Do Caos ao Mito: A Ascensão de um Presidente pela Óptica Psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e230891, 2022.

SOUZA, M. A. D., and ALMEIDA, L. J. M. Voucherização da educação no Programa Auxílio Brasil: breves considerações sobre as políticas neoliberais-bolsonaristas. In: COLOMBO, L. A., ed. **Federalismo, políticas públicas e poder local [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2022, p. 231-250.

SOUZA, Jessé. Uma teoria crítica do reconhecimento. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 50, p. 133-158, 2000.

SOUZA, Renan Silva. *et al.* A Identidade da Direita em Narrativas de seus Militantes numa Universidade Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e230399, 2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

VIEIRA, O. V.; GLEZER, R.; BARBOSA, A. L. P. Supremocracia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o Governo Bolsonaro. **Novos estudos CEBRAP**, v. 41, n. 3, p. 591-605, set. 2022.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. Plural. **Antropologías desde América Latina y del Caribe**, n. 6, 2021. Disponível em: <<https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/153>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ZALUAR, Alba. Os medos na política de segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 5-22, 2019.

ZAMPA, Vivian. Efemérides e discursos políticos nos Boletins da Polícia Militar do Rio de Janeiro (1964-1969). **Intellèctus**, v. 17, n. 2, p. 157-173, 31 dez. 2018.